



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 010 CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 13 DE MARÇO DE 2007 ANO XXXII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - PFL

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo *Luiz Cláudio Romanelli*
Líder da Oposição *Valdir Rossoni*
PMDB *Waldyr Pugliesi*
PSDB *Luiz Nishimori*
PFL *Plauto Miró*
PT *Elton Welter*
PP *Duílio Genari*
PDT *Luiz Carlos Martins*
PTB *Fábio Camargo*
Bloco PPS/PMN *Marcelo Rangel*
Bloco PSB/PL/PRB/PV *Reni Pereira*

Representação Partidária

PMDB - 17: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Geraldo Cartário - Luiz Cláudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mamede - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Rui Hara - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Professor Luizão - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Tadeu Veneri; **PFL** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 03: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 03: Carlos Simões - Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 010

9ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Ofícios..... 03

Indicações 03

Proposta de Emenda à Constituição 04

Requerimentos 05

Projetos de Lei 08

Pequeno Expediente:

Dep. Luciana Rafagnin 23

Grande Expediente:

Dep. Jocelito Canto..... 24

Horário das Lideranças:

Liderança do PMDB

Dep. Stephanes Júnior..... 27

Liderança do PFL

Dep. Plauto Miró 28

Liderança do PT

Dep. Péricles de Mello.....28

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati30

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Douglas Fabrício32

Liderança da Oposição

Dep. Valdir Rossoni34

Liderança do Governo

Dep. Cleiton Kielse.....35

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente37

Discussão / Votação:

3ª Discussão37

2ª Discussão38

1ª Discussão38

Discussão Única (Proposições)..59

Discussão Única (Indicações)....62

Requerimentos63

Encerramento da Sessão64

Transcrições.....64

DIÁRIO Nº 010

9ª SESSÃO ORDINÁRIA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 9ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 13 DE MARÇO DE 2007

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelas Sras. Deputadas Cida Borghetti e Luciana Rafagnin.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins, Luiz Cláudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Rui Hara, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (51).

Ausentes os Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Geraldo Cartário e Mamede (03).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofício

OFÍCIO N° 009/07

Curitiba, 13 de março de 2007.

Senhor Presidente:

Cumprimentando-o cordialmente, venho pelo presente requerer a V. Exa. a realização de uma Sessão Solene para o dia 26 de abril próximo (quinta-feira), a partir das 9h30, com o objetivo de comemorar os sessenta anos de fundação da Associação dos Professores do Paraná - APP-Sindicato.

A entidade, que representa os trabalhadores da Educação no Estado, foi fundada em Curitiba, nesta mesma data, em 1947. Em todos esses anos a APP-Sindicato esteve à frente de importantes conquistas da classe docente. Dentre elas, está a criação da lei para regulamentar a profissão, a reestruturação da tabela salarial e a conquista de um novo plano de carreira. Fará uso da palavra nesta data o Presidente da APP-Sindicato, o professor José Rodrigues Lemos.

Atenciosamente,

(a) PÉRICLES DE MELLO

Indicações

INDICAÇÃO N° 006/07

Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública.

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - o aumento do contingente de policiais civis e militares no Município de Campo Mourão;

II - a determinação de ronda ostensiva especialmente na região da rodoviária do Município;

III - esta é uma reivindicação antiga dos moradores e em especial dos taxistas que operam no ponto da rodoviária. Recentes práticas de crimes violentos vêm confirmar tal necessidade. No início do mês de fevereiro do corrente ano ocorreu a morte de um taxista, vítima de um espancamento feito por dois rapazes, gerando manifestação de populares que chegaram a fixar uma faixa pedindo justiça no ponto da rodoviária;

IV - a insegurança atingiu patamar tão elevado que tem taxista que só atende corrida à noite se o chamado for para o celular dele e ainda se se tratar de cliente conhecido;

V - o atendimento quanto ao aumento do contingente e o acirramento das rondas ostensivas trará enormes benefícios à comunidade mourãoense.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 13.03.07.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

INDICAÇÃO N° 007/07

Exmo. Sr. Governador do Estado, Roberto Requião.

A Deputada Rosane Ferreira, no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o que segue: a criação de um novo Batalhão da Polícia Militar com sede no Município de Araucária, para auxiliar o 17º Batalhão da Polícia Militar, que é responsável pelo atendimento de 22 Municípios da Região Metropolitana de Curitiba, cuja sede fica em São José dos Pinhais.

Sala das Sessões, em 13.03.07.

(a) ROSANE FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

O 17º Batalhão de Polícia Militar é responsável por 22 (vinte e dois) Municípios da Região Metropolitana, abrangendo aproximadamente 1.400.000 habitantes, com área de 12.292 km, tendo sua sede em São José dos Pinhais, subdividido em 05 (cinco) Companhias.

A 1ª Cia. atende os Municípios de São José dos Pinhais, Pinhais, Piraquara e Tijucas do Sul; a 2ª Cia. atende os Municípios de Araucária, Contenda, Fazenda Rio Grande e Mandirituba; a 3ª Cia. atende os Municípios de Campo Largo, Balsa Nova e Campo Magro, a 4ª Cia. atende os Municípios de Colombo, Adrianópolis, Tunas do Paraná, Bocaiúva do Sul, Quatro Barras e Campina Grande do Sul; e a 5ª Cia. atende os Municípios de Almirante Tamandaré, Cerro Azul, Dr. Ulisses, Itaperuçu e Rio Branco do Sul.

Considerando a idéia de se criar mais um Batalhão para atendimento à população da Região Metropolitana, entendemos ser o Município de Araucária o mais indicado para sediá-lo. Hoje o Município é o segundo pólo industrial do Estado do Paraná e o segundo em arrecadação de ICMS.

O levantamento feito pela Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, Ciência e a Cultura-OEI, aponta a Cidade de Araucária como uma das mais

violentas do Brasil, com uma média de trinta homicídios para cada grupo de cem mil habitantes, sendo que no período de 1997 à 2004, ocorreu um aumento de homicídios de 400% (5 homicídios/ano para 20 homicídios/ano).

O Município abriga a REPAR, local considerado de segurança nacional é a quinta maior unidade do País, responsável por 12% da produção nacional. A unidade está em processo de ampliação e modernização para os próximos cinco anos, com a contratação de aproximadamente dezessete mil pessoas em diversas frentes de trabalho. Isso acarretará um aumento populacional, provocando um sério impacto sócio-econômico na região e em seu entorno.

O novo Batalhão atenderá os Municípios ligados a 2ª, 3ª e 5ª Companhias que hoje estão subordinadas ao 17º Batalhão de Polícia Militar, enquanto que o atual Batalhão atenderia aos Municípios ligados pela 1ª e 4ª Companhias.

Assim, a presente indicação tem por objetivo alcançar uma melhor eficiência na segurança pública da população da Região Metropolitana de Curitiba.

INDICAÇÃO N° 008/07

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado Roberto Requião de Mello e Silva e ao Secretário de Estado da Saúde, Cláudio Murilo Xavier.

O Deputado Augustinho Zucchi dirige-se às V. Exas. para expor e reivindicar o seguinte:

1) a construção de um Hospital Regional no Município de Pato Branco, terá como área de abrangência o Município do mesmo nome e os Municípios Bom Sucesso do Sul, Clevelândia, Chopinzinho, Coronel Domingos Soares, Coronel Vivida, Honório Serpa, Mariópolis, Mangueirinha, Itapejara d'Oeste, Palmas, São João, Saudade do Iguazu, Sulina e Vitorino;

2) a solicitação justifica-se tendo em vista a necessidade de ampliar o atendimento público gratuito e de qualidade para a população dos quinze Municípios que compõem o Núcleo de Saúde de Pato Branco.

Sala das Sessões, em 13.03.07.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, Líder do PMDB, nos termos do parágrafo 1º do artigo 12 do Regimento Interno, vem, por meio deste, comunicar V. Exa. a indicação como Vice-Líderes do PMDB os Deputados Luiz Eduardo Cheida e Cleiton Kielse.

Atenciosamente.

Sala das Sessões, em 13.03.07

(a) WALDYR PUGLIESI

Proposta de Emenda à Constituição

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Art. 1º O artigo 75, da Constituição do Estado passa a vigorar acrescido dos parágrafos 6º, 7º, 8º, 9º, 10 e 11, com as seguintes redações:

“§ 6º As recomendações do Tribunal de Contas, relativas a prestações de contas municipais, deverão ser manifestadas no prazo máximo de doze (12) meses, após o encerramento do mandato dos prefeitos.

§ 7º Os acórdãos, julgamentos, decisões ou recomendações do Tribunal de Contas referentes às prestações de contas dos Municípios, órgãos da administração direta, indireta, autárquica e fundacional do Estado, bem como de Associações e entidades filantrópicas, obrigatoriamente deverão receber o *referendum* da Assembléia Legislativa para plena eficácia, devendo os processos integrais ser recebidos à Comissão de Fiscalização da Assembléia Legislativa no prazo de dez dias, a contar da publicação dos atos pelo Tribunal.

§ 8º Recebidos os processos integrais de que trata o parágrafo anterior, a Comissão de Fiscalização da Assembléia, procederá a exame e manifestar-se-á através de projeto de resolução para deliberação do Plenário no prazo de trinta dias, referendando ou não o posicionamento do Tribunal, indicando neste caso as providências cabíveis.

§ 9º A entrega de certidões de regularidades ou não, relativas às prestações de contas dos Municípios, órgãos da administração direta, indireta, autárquica e fundacional do Estado, associações e entidades filantrópicas é de responsabilidade da Presidência da Assembléia Legislativa.

§ 10 As certidões que trata o parágrafo anterior, somente poderão ser expedidas após deliberação do Plenário da Assembléia na forma dos parágrafos 7º e 8º, deste artigo.

§ 11 Na hipótese de a Assembléia Legislativa referendar a recomendação do Tribunal de desaprovação de prestação de contas, o processo será integralmente devolvido ao Tribunal de Contas para execução e responsabilização civil e criminal, na forma da lei.”

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entrará em vigor na data de sua promulgação.

Sala das Sessões, 13.03.07.

(a) ANTONIO BELINATI

Apoiamento:

Chico Noroeste, Reni Pereira, Valdir Rossoni, Duílio Genari, Rui Hara, Francisco Bühner, Plauto Miró, Elio Rusch, Ney Leprevost, Durval Amaral, Edgar Bueno, Marcelo Rangel, Luiz Carlos Martins, Pastor Edson Praczyk, Felipe Lucas, Rosane Ferreira e uma ilegível.

JUSTIFICATIVA:

A fixação do prazo máximo de doze meses, após encerrar-se o exercício, para julgar as contas das administrações municipais e estaduais, é para evitar que muitas prestações de contas levem até mais de dez anos para serem analisadas pelo Tribunal de Contas.

É também, perfeitamente justificável que se transfira para esta Assembléia o fornecimento de certidões,

levando-se em conta que o Tribunal de Contas é órgão auxiliar desta Casa de Leis.

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 337

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a dispensa de redação final para os projetos que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 13.03.07.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 357

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a prorrogação da Sessão Ordinária por duas horas, com base no artigo 81 do Regimento Interno deste Poder.

Sala das Sessões, em 13.03.07.

(a) LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 313

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUEREM seja convidado o Sr. Procurador-Geral do Estado e Presidente do Conselho de Administração da SANEPAR, para que venha ao Plenário desta Assembléia esclarecer denúncias por ele feitas e veiculadas pelos principais meios de comunicação do Estado do Paraná, a respeito de irregularidades ocorridas na gestão daquela autarquia.

Sala das Sessões, em 13.03.07.

(aa) PLAUTO MIRÓ

RIBAS CARLI FILHO

REQUERIMENTO Nº 324

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário o registro de votos de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Romeu de Castro, ocorrido no último dia 04 de março na Cidade de Ponta Grossa.

Requer ainda, o envio de correspondência à família enlutada, a ser enviada à Rua Doutor Colares, 283, Centro, Ponta Grossa-PR.

Sala das Sessões, em 13.03.07.

(a) MARCELO RANGEL

REQUERIMENTO Nº 356

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de pesar,

pelo falecimento do Sr. Romeu de Castro, no último dia 04 de março, empresário de destaque da Cidade de Ponta Grossa, onde exerceu suas funções com muita dedicação e honradez.

Nestes termos, requer também, após decisão do Plenário desta Casa de Leis, envio de correspondência à Rua Dr. Colares, 283, Centro, Ponta Grossa-PR, à família enlutada.

Sala das Sessões, em 13.03.07.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 331

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações ao Sr. Mário Veiga pelos relevantes serviços prestados aos seus clientes.

Sala das Sessões, em 13.03.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Mário Veiga, pelos relevantes serviços prestados aos seus clientes.

Destacamos sua brilhante atuação como Diretor Comercial à frente da CCV Veículos, concessionária Chevrolet.

REQUERIMENTO Nº 332

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações ao Sr. Nilson de Jesus Pires Falavinha, Presidente da Câmara Municipal de Campina Grande do Sul.

Sala das Sessões, em 13.03.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Nilson de Jesus Pires Falavinha, pelas relevantes conquistas daquela Casa de Leis em prol da comunidade campinense.

REQUERIMENTO Nº 333

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações ao Dr. José Roberto Sperandio.

Sala das Sessões, em 13.03.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Dr. José Roberto Sperandio, pelas suas realizações profissionais na área de Direito, sempre atuando com ética e competência profissional, concretizando-se como um exemplo de profissional paranaense.

REQUERIMENTO Nº 334

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e con-

gratulações a Dra. Anna Silvia Setti da Rocha, membro da Associação Brasileira de Radiologia Odontológica.

Sala das Sessões, em 13.03.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Dra. Anna Silvia Setti da Rocha, pelas suas realizações profissionais na área de Odontologia, sempre atuando com ética e competência profissional, concretizando-se como um exemplo de profissional paranaense.

REQUERIMENTO Nº 335

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações ao Dr. Alexandre Schlemm, membro da Associação Brasileira de Radiologia Odontológica.

Sala das Sessões, em 13.03.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Dr. Alexandre Schlemm, pelas suas realizações profissionais na área de Odontologia, sempre atuando com ética e competência profissional, concretizando-se como um exemplo de profissional paranaense.

REQUERIMENTO Nº 336

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações a Sra. Cleide Anastácio Rando, pelos serviços prestados à Comunidade.

Sala das Sessões, em 13.03.07.

(a) NEY LEPREVOST

JSUTIFICATIVA:

Justa homenagem a Sra. Cleide Anastácio Rando, pelos relevantes serviços prestados à comunidade.

Destacamos sua atuação como Presidente da Associação e Oficinas de Caridade Santa Rita de Cássia, reconhecendo sua extraordinária gestão neste momento em que termina seu mandato que foi repleto de conquistas e realizações.

REQUERIMENTO Nº 351

Senhor Presidente:

O Deputado que o subscrive o presente requerimento, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, votos de louvor à Associação Comercial e Industrial de Alvorada do Sul, pelo excelente trabalho prestado à sociedade paranaense.

Favor enviar correspondência para o seguinte endereço: Rua Luiz Ribeiro, s/n, CEP: 86150-000, Alvorada do Sul-PR.

Sala das Sessões, em 13.03.07.

(a) ALEXANDRE CURI

REQUERIMENTO Nº 352

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente, REQUER, envio de voto de louvor, congratulações e aplausos, ao Soldado QPM 1-0 Josias Ramos dos Santos, pertencente ao PPRv do Município de Colorado / 4ª Cia, pelo seu comportamento profissional e convicção moral, digno de um policial militar.

Ao Sr. Josias Ramos dos Santos, meus votos de louvor, congratulações e aplausos pelo seu ato digno, por ter, no dia 14 de dezembro de 2006 (quinta-feira), por volta das 11h, durante operação na Rodovia PR-463, preso em flagrante, por corrupção ativa, contrabandista, o qual entregou ao miliciano a quantia de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) para que não fosse atrás do caminhão Ford/Cargo, que o mesmo havia desobedecido a ordem de parada, tendo em vista o referido veículo estar transportando uma carga de cigarros do Paraguai. Diante dos fatos, o Soldado Josias Ramos dos Santos, informou a Polícia Rodoviária do Estado de São Paulo e a Polícia Federal, e em seguida o cidadão transgressor foi conduzido à Delegacia de Polícia de Colorado para lavratura do flagrante delito.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o artigo 128 do Regimento Interno desta Casa de Leis, solicitando o envio de cópia do presente aos homenageados.

Sala das Sessões, em 13.03.07.

(a) CLEITON KIELSE

REQUERIMENTO Nº 350

Senhor Presidente:

O objetivo desta solicitação é atender a urgente necessidade de recuperação do trecho asfáltico que liga as Cidades de Santo Antônio do Sudoeste e Pranchita.

O referido trecho, de cinco quilômetros, é de responsabilidade do DER, e há muito tempo encontra-se em péssimo estado de conservação.

A situação do trecho vem prejudicando muito o trânsito entre as duas Cidades, colocando em risco de vida a população que diariamente trafega pela rodovia.

Sala das Sessões, em 13.03.07.

(a) ADEMAR TRAIANO

REQUERIMENTO Nº 312

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, envio de expediente ao Coronel Nemésio Xavier de Paula, Comandante Geral da Polícia Militar do Paraná, no sentido de que sejam tomadas com a máxima urgência providências em relação ao policiamento do Bairro Água Verde em Curitiba, nas imediações da Avenida Presidente Getúlio Vargas, Rua Bento Vianna e Rua Petit Carneiro, onde estão ocorrendo vários

assaltos em diferentes horários do dia, trazendo insegurança a todos moradores da região.

Sala das Sessões, em 13.03.07.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 327

Senhor Presidente:

O Deputado Duílio Genari, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente aos Exmos. Srs. Roberto Requião, Governador do Estado e Heron Arzua, Secretário de Estado da Fazenda, solicitando providências para que a Caixa Econômica Federal seja oficializada para receber o IPVA-Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores.

Os contribuintes paranaenses têm encontrado muitas dificuldades para efetuar o pagamento do IPVA, visto que na maioria dos Municípios não existem agências do Banco do Brasil, obrigando-se a deslocar para outras cidades, ocasionando longas filas de espera nos caixas, o que tem gerado muitas reclamações. Com a Caixa Econômica Federal e as casas lotéricas autorizadas a receber IPVA, o Governo do Estado do Paraná estará beneficiando os contribuintes.

Sala das Sessões, em 13.03.07.

(a) DUÍLIO GENARI

REQUERIMENTO Nº 329

Senhor Presidente:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais REQUER por meio desta e após a apreciação pelo Plenário desta Casa de Leis, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Delegado da Receita Federal de Maringá, para que este se digne a encaminhar ao setor competente daquela unidade, para a apreciação e aprovação os dois projetos encaminhados pelo Rotary Club Mamborê-Dist. 4630, CNPJ: 05.578.287/0001-55, conforme aponta-se:

I - Projeto Bazar Beneficente, datado de 13 de outubro de 2005;

II - Projeto Solicitação de Veículo, datado de 21 de setembro de 2006.

Julgamos de grande importância para a comunidade mamboreense, a aprovação dos projetos citados acima, pois atenderão 7 (sete) entidades do Município de Mamborê, atingindo uma região muito carente, que realmente necessita destas ações propostas.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 13.03.07.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

REQUERIMENTO Nº 342

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis, envio de

expediente à Secretaria de Estado da Segurança Pública e ao Governador do Estado do Paraná, solicitando, devido a falta de segurança que assola o Município de Ipiranga, providências no sentido de nomear um Delegado de Polícia Civil.

Sala das Sessões, em 13.03.07.

(a) MARCELO RANGEL

REQUERIMENTO Nº 339

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, com base no artigo 131, parágrafo 3º, IX, do Regimento Interno desta Casa e, após aprovação do douto Plenário, ao Exmo. Sr. Secretário Estadual de Segurança Pública do Paraná, Dr. Luiz Fernando Delazari, a implantação de uma nova sede para a 2ª Companhia do 17º Batalhão da Polícia Militar no Município de Araucária.

Sala das Sessões, em 13.03.07.

(a) ROSANE FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

Atualmente a sede da 2ª Companhia do 17º Batalhão da Polícia Militar do Paraná no Município de Araucária, localiza-se em uma casa alugada pela Prefeitura Municipal, numa situação precária. Quando chove, as instalações ficam alagadas, danificando os poucos recursos já existentes, como computadores e outros materiais, o ambiente é insalubre e os policiais militares não têm segurança, devido a estrutura física do imóvel.

Uma nova sede é de suma importância, pois a referida Companhia atende, além do Município de Araucária, os Municípios de Contenda, Fazenda Rio Grande e Mandrituba, perfazendo uma população de 236.000 habitantes.

A segurança pública do nosso Estado deve ser prioridade e a Polícia Militar representa a linha de frente para manter essa segurança. Sendo assim, necessitam de uma sede digna e bem estruturada.

REQUERIMENTO Nº 349

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM ao Dr. Nestor Baptista, Presidente do egrégio Tribunal de Contas do Estado, que determine uma auditoria especial junto à Secretaria de Estado de Obras Públicas - SEOP, no sentido de obter informações abaixo especificadas, relativas às licitações promovidas por aquela Pasta, haja vista que proliferam termos aditivos para cada uma das obras licitadas, como se esse instrumento de mera e eventual correção fosse uma regra geral e não de exceção:

1) quantas e quais licitações foram feitas pela SEOP, diretamente ou indiretamente através de convênios, nos últimos quatro anos, especificando as respectivas obras, Município por Município;

2) das licitações formalizadas, quantas obras foram executadas, e quantas ainda estão em andamento;

3) quantas obras foram objeto de termos de aditamento, especificando uma a uma (executadas e em andamento), seus valores originais, constantes das respectivas licitações e os valores dos correspondentes aditamentos.

Sala das Sessões, em 13.03.07.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS, DOUGLAS FABRÍCIO, RIBAS CARLI FILHO, PLAUTO MIRÓ, ADEMAR TRAIANO, VALDIR ROSSONI, MARCELO RANGEL, DURVAL AMARAL, ELIO RUSCH E ANTONIO BELINATI.

REQUERIMENTO Nº 346

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a transcrição nos Anais desta Casa de Leis, do artigo “Um Mandato Revolucionário”, de autoria do jornalista Cícero Cattani, publicado no jornal “Hora H”, edição do dia 13 de março de 2007.

Sala das Sessões, em 13.03.07.

(a) LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 103/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído, no Estado do Paraná, o Programa de Incentivo à Produção de Biodiesel, através da desoneração progressiva no pagamento de impostos estaduais.

§ 1º O incentivo referido no *caput* deste artigo corresponderá ao recebimento, por parte do produtor de oleaginosas destinadas à produção do biodiesel, bem como do empreendedor que instalar usinas de biodiesel, de bônus expedido pelo Poder Público, correspondente ao valor do incentivo autorizado pelo Poder Executivo.

§ 2º O portador dos bônus poderá utilizá-los para pagamento de ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, Imposto sobre Transmissão de Bens *causa mortis*, e IPVA - Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor devido a cada incidência do tributo.

§ 3º Para efeito de pagamento, nos termos do parágrafo anterior, o valor do bônus sofrerá desconto de 15% (quinze por cento).

Art. 2º O Poder Executivo, anualmente, fixará o valor do incentivo a ser concedido na forma desta lei.

Art. 3º Os bônus terão validade para sua utilização de 5 (cinco) anos, a contar de sua emissão, corrigidos mensalmente pelo mesmo índice aplicável na correção do imposto.

Art. 4º Fica autorizada a criação do Fundo Especial de Apoio aos Produtores de Biodiesel no Estado do Paraná, conforme regulamentação do Poder Executivo.

Art. 5º Esta lei será regulamentada pelo Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 13.03.07.

(a) CIDA BORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

É fundamental reconhecer a necessidade de o Poder Público fomentar a produção de biodiesel. Hoje o óbice à viabilização da produção de biodiesel é a ganância fiscal. Enquanto no resto do mundo os Governos incentivam e dão subsídios para quem investe na produção de biodiesel, no Brasil, pela atual legislação tributária, cobra-se cerca de R\$ 0,60 por litro somente em impostos federais e estaduais (Contribuição Rural, PIS, COFINS e ICMS).

O Brasil tem, do Centro-Oeste ao Rio Grande do Sul, no período de abril a setembro, seguramente mais de dez milhões de hectares de lavoura sem nenhuma utilização. Quando se encontra alguma plantação, é somente para cobertura de inverno, sem fins comerciais. São terras aptas para se plantar oleaginosas de inverno.

É fundamental criar programas de incentivo à produção de oleaginosas, bem como de pequenas usinas de biodiesel de até dez mil litros por dia. Seriam pequenas cooperativas ou associação de produtores.

Em Buenos Aires já está funcionando uma usina de biodiesel, cuja matéria-prima é o óleo de cozinha usado. No Brasil, até o momento, tudo o que vimos são estudos de universidades sobre o assunto.

Enquanto não são tomadas medidas concretas, continuamos colocando o óleo usado na cozinha no esgoto sanitário, poluindo e degradando nosso já sofrido planeta.

O biodiesel é assunto bastante antigo, data da década de quarenta, quando as colônias africanas da França e da Bélgica já eram estimuladas a plantar dendê com finalidade energética.

Em 1940 rodou o primeiro ônibus movido a biodiesel em Bruxelas, na Bélgica. A partir daí, tanto o biodiesel como o álcool foram praticamente extintos em função de interesses geopolíticos e econômicos, particularmente porque o petróleo era mais barato. O Brasil é líder na substituição de energia fóssil por renovável. Nossa gasolina tem, por lei, a incorporação de álcool.

Essa liderança persistirá com a introdução do biodiesel, desde que as condições tributárias e econômicas permitam. O biodiesel só é viável se acontecer uma desoneração fiscal e um programa de incentivo para que todos os grãos possam ser utilizados no biodiesel.

Além da proteção ao meio ambiente, a produção do biodiesel gera renda e melhoria na qualidade de vida.

No jornal Umuarama Ilustrado de 02 de março de 2007, foi editada matéria quando o Secretário de Agricultura do Estado reafirma apoio ao biodiesel. A Secretaria

de Agricultura do Estado retrata a política do Governo do Estado para a área e nessa linha vem a matéria proposta, visando oferecer bases para a sólida produção do biodiesel no Estado.

PROJETO DE LEI Nº 104/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o Governo do Estado do Paraná, em sendo da sua oportunidade e conveniência, a colocar propaganda publicitária nos materiais escolares que forem distribuídos nas escolas estaduais.

§ 1º A propaganda em que se refere o *caput* é a de empresas privadas, públicas, de economia mista, autarquias, institutos, serviços sociais ou cooperativas que comercializem produtos ou prestem serviços em conformidade com a legislação brasileira e que não ofendam a moral e os bons costumes.

§ 2º Esta propaganda deve ser impressa em locais que não atrapalhem o rendimento escolar do estudante e tragam mensagens de caráter educativo e cultural.

Art. 2º Os recursos angariados com esta comercialização de espaço devem ser revestidos para a aquisição de novos materiais e na implementação de programas educativos e culturais nas escolas estaduais.

Art. 3º A Administração Pública Estadual deve regulamentar o presente diploma legal em até 90 (noventa) dias após a sua entrada em vigor.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13.03.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Enviamos para análise e deliberação do douto Plenário, projeto de lei que *autoriza o Governo do Estado do Paraná a colocar propaganda publicitária nos materiais escolares que forem distribuídos nas escolas estaduais.*

Objetivamos com esta proposição que a Administração Pública Estadual venha angariar, através da comercialização de espaços destinados a publicidade, recursos que podem ser destinados à compra de novos materiais e a implementação de programas educativos e culturais.

Ocorre que quando os recursos disponíveis não comportam uma melhor estrutura de aprendizado, bem como a realização de atividades educativas e culturais, necessário se faz buscar outras fontes de rendimento, para que com criatividade e trabalho consigamos levar o que tem de melhor ao estudante paranaense.

Ante ao exposto, e em conformidade com o que dispõe a legislação pátria, solicitamos o apoio dos eminentes membros deste Parlamento para que esta proposição seja discutida e aprovada.

PROJETO DE LEI Nº 105/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica proibido qualquer tipo de discriminação aos portadores do vírus HIV (human immunodeficiency virus) ou a pessoa com AIDS (acquired immunodeficiency syndrome).

Art. 2º Para efeitos desta lei, considera-se discriminação os seguintes procedimentos:

I - solicitar exames para a detecção do vírus HIV ou da AIDS para inscrição em concurso ou seleção para ingresso no serviço público;

II - solicitar exames para a detecção do vírus HIV ou da AIDS para seleção de candidatos a vagas no mercado de trabalho;

III - divulgar, por quaisquer meios, informações ou boatos que degradem a imagem social do portador do vírus HIV ou de pessoas com AIDS, inclusive de seus familiares e amigos;

IV - impedir o ingresso ou a permanência no serviço público ou na iniciativa privada de portador do vírus HIV ou pessoas com AIDS, em razão desta condição.

V - recusar ou retardar o atendimento, a realização de exames ou qualquer procedimento médico ao portador do vírus HIV ou a pessoas com AIDS e ainda informar a sua condição de forma jocosa a outras pessoas.

Art. 3º A solicitação de exames para detecção do vírus HIV ou da AIDS, para fins de diagnóstico médico ou exame pré-natal, deverá ser precedido de inequívocos esclarecimentos sobre forma e finalidade, sendo obrigatório o expresso consentimento do interessado.

Art. 4º Caberá às empresas, através de médico do trabalho, com base em critérios clínicos e epidemiológicos, promover ações destinadas ao trabalhador diagnosticado como portador do vírus HIV ou com AIDS, visando:

I - adequar suas funções em face de suas condições de saúde;

II - se a medida anterior não for possível, mudar sua atividade, função ou setor.

Art. 5º É proibido impedir o ingresso, a matrícula ou a inscrição de portador de vírus HIV ou pessoa com AIDS em creches, escolas, centros esportivos ou culturais, programas, cursos e demais equipamentos de uso coletivo, públicos ou particulares, em razão desta condição.

Art. 6º O descumprimento a esta lei acarretará ao particular as seguintes penalidades:

I - multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), na primeira ocorrência;

II - multa de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), na segunda ocorrência;

III - suspensão de 60 (sessenta) dias do alvará de funcionamento mais pena de multa no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), na terceira ocorrência;

IV - cassação definitiva do alvará de funcionamento mais pena de multa no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), na quarta ocorrência.

Parágrafo Único. O Poder Executivo regulamentará, em 60 (sessenta) dias, as formas de defesa administrativa e aplicabilidade das sanções contidas no *caput* deste artigo.

Art. 7º As empresas públicas ou entes de direito público que infringirem esta lei serão punidas com multa de 10.000 (dez mil) vezes o valor da Unidade Fiscal do Estado do Paraná, em vigência.

Art. 8º A fiscalização será exercida pelos entes administrativos dentro de sua competência legal.

Art. 9º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13.03.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Enviamos para análise e deliberação do douto Plenário, projeto de lei ordinária que proíbe a discriminação aos portadores de vírus HIV (human immunodeficiency virus) ou a pessoa com AIDS (acquired immunodeficiency syndrome) e dá outras providências.

Apesar de já ser notório o conhecimento por parte da população, teceremos algumas explicações sobre o vírus HIV e a AIDS, para que fique evidenciada a importância desta legislação.

HIV, membro da família de vírus conhecida como *Retroviridae* (retrovírus), classificado na subfamília dos *Lentiviridae* (lentivírus). Estes vírus compartilham algumas propriedades comuns: período de incubação prolongado antes do surgimento dos sintomas da doença, infecção das células do sangue e do sistema nervoso e supressão do sistema imune. A infecção humana pelo vírus HIV provoca uma moléstia complexa denominada Síndrome de Imunodeficiência Adquirida (AIDS).

AIDS, estado final da infecção crônica provocada pelo retrovírus HIV (vírus da imunodeficiência humana). É uma doença que anula a capacidade do sistema imunológico de defender o organismo de múltiplos microorganismos, causando, entre outros problemas, infecções oportunistas graves, como toxoplasmose, pneumonia e tuberculose pulmonar. Caracteriza-se por astenia e perda de peso acentuadas, bem como por uma incidência elevada de certos cânceres, especialmente o sarcoma de Kaposi e o linfoma de célula B.

Transmite-se pelo sangue, por contato homossexual ou heterossexual e, através da placenta da mãe infectada ao feto. As transfusões sanguíneas foram uma via

importante de transmissão, antes do desenvolvimento de um teste confiável para a detecção do vírus no sangue. Um dos mecanismos principais de transmissão e difusão da doença é o uso compartilhado, pelos viciados em drogas, de agulhas contaminadas com sangue infectado. Nos países ocidentais, o maior número de casos ocorreu por transmissão sexual. O vírus HIV permanece inativo por um tempo variável, no interior das células T infectadas, e pode demorar até dez anos para desencadear a moléstia.

Pela forma como o vírus se transmite, grande parte da população está potencialmente sujeita à contaminação, não podendo ser aceita pela sociedade e nem pelo Poder Público qualquer forma de discriminação.

No entanto, na realidade cotidiana, por falta de maiores esclarecimentos e por questões culturais, ainda ocorrem atos discriminatórios, que esta legislação visa coibir.

Ante ao exposto, e em conformidade com o que dispõe a legislação pátria, solicitamos o apoio dos eminentes membros deste Parlamento para que esta proposição seja discutida e aprovada.

PROJETO DE LEI Nº 106/07

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica estabelecido que o Governo do Estado do Paraná abone as faltas dos servidores públicos estaduais que professem a religião judaica ou islâmica, no dia de seus feriados religiosos.

Art. 2º Para que haja o abono de falta é necessário a comunicação por escrito, à respectiva chefia imediata, com no mínimo 07 (sete) dias de antecedência, demonstrando através de documento assinado, por sacerdote ou assemelhado, de que aquele dia é de consagração religiosa e que o servidor professa a respectiva religião.

Parágrafo Único. Os abonos não poderão ultrapassar um máximo de 03 (três) dias anualmente.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará a presente lei em até 60 (sessenta) dias após sua entrada em vigor.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13.03.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Enviamos para análise e deliberação do douto Plenário, projeto de lei ordinária que *autoriza o Governo do Estado do Paraná, a abonar as faltas ao serviço dos servidores públicos estaduais que professem a religião judaica ou islâmica e dá outras providências.*

A presente proposição tem como escopo magno, possibilitar que os servidores públicos estaduais seguidamente

res do judaísmo e do islamismo possam guardar seus feriados religiosos da mesma forma com que os seguidores das religiões cristãs guardam.

Para demonstrarmos a relevância da presente proposição, teceremos um breve comentário histórico sobre as religiões.

O islã, é uma importante religião mundial (a população muçulmana é estimada em mais de 935 milhões), originária da península da Arábia e é baseada nos ensinamentos de Maomé (570-632), chamado o Profeta.

Segundo o Alcorão, o islã é a religião universal e primordial. O muçulmano é um seguidor da revelação divina contida no Alcorão e formulada pelo Profeta Maomé. O judaísmo, cultura religiosa dos judeus (povo de Israel) é uma das religiões mais antigas do mundo. Originou-se em Israel, também conhecido como Palestina, no Oriente Médio.

A principal característica da religião judaica é o monoteísmo, a crença que um só Deus, transcendente, criou o universo. A história do povo, seus preceitos e filosofia estão contidos na Torá, também chamada de Lei de Moisés ou Lei Mosaica. A Torá é formada pelo Pentateuco, ou seja, os cinco livros que constituem a primeira parte da Bíblia: Gênesis, Êxodo, Levítico, Números e Deuteronômio. Estes cinco livros também fazem parte do Antigo Testamento cristão.

Todo cidadão brasileiro, nos termos da Constituição Federal, tem o livre e pleno direito a exercer sua crença religiosa, pois assim dispõe o artigo 5º, inciso VI:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e suas liturgias.

É nítida a intenção da Carta Magna em estabelecer a igualdade entre os cidadãos, conforme se observa no *caput* do artigo 5º, como também está expressamente garantida a livre crença, nos termos do inciso VI.

Pois bem, aos católicos, maioria em nosso País, está garantida a guarda de seus dias religiosos, como o Natal, a Sexta-Feira Santa e Nossa Senhora Aparecida, por exemplo.

Acreditamos, no entanto, que também seja o desejo dos judeus e dos muçulmanos em poder guardar seus feriados religiosos, direito este albergado expressamente pela Constituição, conforme explicitamos acima.

No que concerne a nossa competência legislativa, como Parlamentar Estadual, é a forma como podemos contribuir para que a igualdade, substancialmente vá abrangendo todo o povo brasileiro.

Ante ao exposto, e em conformidade com o que dispõe a legislação pátria, solicitamos o apoio dos emi-

nentes membros deste Parlamento para que esta proposição seja discutida e aprovada.

PROJETO DE LEI Nº 107/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam obrigados, os motociclistas que transitarem pelas rodovias do Estado do Paraná, prestando serviços de entrega, a utilizarem vestimentas com faixas fosforescentes.

Parágrafo Único. As faixas em material fosforescente deverão localizar-se nas costas e laterais das vestimentas, acima da cintura.

Art. 2º A presente lei deverá ser regulamentada, pelo Executivo, no concernente às especializações técnicas e à penalização aos infratores.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.03.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Tal proposição visa garantir aos próprios motoqueiros maior segurança e garantia de visibilidade por parte dos demais veículos que trafegam à noite.

Esta iniciativa vem somente trazer benefícios aos motoqueiros, afinal os serviços de atendimento e entregas via motocicletas cresceram consideravelmente nos últimos tempos e o volume destes veículos, principalmente no período noturno, também atingiu níveis elevados.

Esta iniciativa somente vem a colaborar com as novas tendências de respeito e consideração aos motoristas, principalmente aos de motocicletas, portanto em nada afeta qualquer dispositivo legal que a restrinja ou impossibilite.

Certos de que esta idéia concretizará nossa preocupação com a qualidade de vida em nosso Estado, desde já propugnamos por sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 108/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o Governo do Estado do Paraná a instituir o Programa Troque sua Arma de Brinquedo por uma Bola, nas escolas da rede pública estadual de ensino no Estado do Paraná.

§ 1º Os alunos participantes do programa deverão ter entre 02 (dois) e 10 (dez) anos e estar regularmente matriculados nas instituições de ensino.

§ 2º Deverá acontecer juntamente com a implantação do programa uma campanha de orientação, através de folders, palestras ou outras formas de divulgação, diri-

gida aos pais, que alertará sobre o perigo das armas e da violência.

§ 3º Poderão ser consideradas armas para efeito de troca:

I - réplicas de revólveres, pistolas, metralhadoras e espingardas, que sejam de espoleta, chumbinho, bolinha, água, sonoro ou qualquer outro modelo existente;

II - réplicas de faca, espada ou punhal;

III - canivetes ou estiletes, de verdade ou brinquedo.

Art. 2º O recurso para o desenvolvimento deste programa será destinado à autarquia Paraná Esporte, que juntamente com a Secretaria de Estado de Educação executarão o programa.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará o programa referido na presente lei, no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13.03.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto institui o Programa Troque sua Arma de Brinquedo por uma Bola, a ser realizado nas escolas da rede estadual de ensino no Estado do Paraná.

Este programa tem a finalidade de realizar junto aos alunos uma campanha educativa, coibindo a violência e mostrando que o esporte é um caminho para uma vida saudável e feliz.

A criança, ao trocar uma arma por uma bola, adquirirá gradualmente a consciência dos males que a violência e as armas, sejam de brinquedo ou de verdade, trazem para a comunidade, orientando assim esta geração para um futuro com muito menos desgraças e mortes.

O programa também estimulará o esporte, pois dará às crianças uma oportunidade de se interessarem pela carreira esportiva e quem sabe tê-la como profissão.

Isto posto, o objetivo deste projeto é inibir desde cedo o uso das armas, pois uma criança que brinca com revólver tem grandes chances de se tornar um adulto violento, e mostrando a força do esporte, reprimiremos a força da violência.

PROJETO DE LEI Nº 109/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído o sistema de bônus pecuniário e de pontuação para merecimento aos integrantes da Polícia Militar do Estado do Paraná, que no exercício de suas funções, apreendam armas de fogo sem registro e/ou autorização legal, e entreguem ao órgão de que trata o artigo 2º desta lei.

Art. 2º As armas de fogo apreendidas serão entregues ao órgão de polícia judiciária competente, para que se tenha os procedimentos legais cabíveis, em face da legislação processual penal.

Art. 3º Os responsáveis por aplicações indevidas das disposições desta lei serão indiciados em processos disciplinares e judiciais, na forma da legislação própria.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará a presente lei, no prazo de sessenta dias a contar da data de sua publicação, definindo a forma de concessão de bônus e os seus valores financeiros, assim como a sistemática de pontuação para os fins descritos no artigo 1º.

Art. 5º Para atendimento ao disposto nesta lei, fica autorizado o remanejamento orçamentário que se fizer necessário.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor 60 (sessenta) dias após a data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13.03.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Enviamos para análise e deliberação do douto Plenário, projeto de lei ordinária que *institui o sistema de bônus pecuniários e de pontuação para merecimento aos integrantes da Polícia Militar do Paraná em casos de apreensão de armas de fogo.*

Objetiva o presente que sejam concedidos bônus pecuniários e de merecimento aos integrantes da Polícia Militar, que no exercício de suas funções apreendam armas de fogo, em situação irregular e encaminhem o infrator ao órgão policial competente.

A segurança pública é substancialmente o maior drama vivido nas cidades paranaenses, pois a comunidade sofre com a insegurança gerada por assaltos, assassinatos, enfim, com toda forma de medo e constrangimento.

PROJETO DE LEI Nº 110/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica proibido qualquer tipo de discriminação aos portadores de epilepsia.

Art. 2º Para efeito desta lei, considera-se discriminação os seguintes procedimentos:

I - impedir que portadores de epilepsia façam inscrição em concurso ou seleção para ingresso no serviço público;

II - solicitar exames para a detecção da epilepsia para ingresso no mercado de trabalho;

III - divulgar, por quaisquer meios, informações ou boatos que degradem a imagem social do portador de epilepsia, inclusive de seus familiares e amigos;

IV - impedir o ingresso ou a permanência no serviço público ou na iniciativa privada de suspeito ou confirmado portador de epilepsia, em razão desta condição;

V - recusar ou retardar o atendimento, a realização de exames ou qualquer procedimento médico ao portador de epilepsia e ainda informar a sua condição de forma jocosa a outras pessoas.

Art. 3º Caberá à empresa, através de médico do trabalho, com base em critério clínicos e epidemiológicos, promover ações destinadas ao trabalhador diagnosticado como portador de epilepsia, visando:

I - adequar suas funções em face de suas condições de saúde;

II - se a medida anterior não for possível, mudar sua atividade, função ou setor.

Art. 4º É proibido impedir o ingresso, a matrícula ou a inscrição de portador de epilepsia em creches, escolas, centros esportivos ou culturais, programas, cursos e demais equipamentos de uso coletivo, públicos ou particulares, em razão desta condição.

Art. 5º O descumprimento a esta lei acarretará ao particular as seguintes penalidades:

I - multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), na primeira ocorrência;

II - multa de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), na segunda ocorrência;

III - suspensão de 60 (sessenta) dias do alvará de funcionamento mais pena de multa no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), na terceira ocorrência;

IV - cassação definitiva do alvará de funcionamento mais pena de multa no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), na quarta ocorrência.

Parágrafo Único. O Poder Executivo regulamentará, em 60 (sessenta) dias, as formas de defesa administrativa e aplicabilidade das sanções contidas no *caput* deste artigo.

Art. 6º As empresas públicas ou entes de direito público que infringirem esta lei serão punidas com multas de 10.000 (dez mil) vezes o valor da Unidade Fiscal do Estado do Paraná, em vigência.

Art. 7º A fiscalização será exercida pelos entes administrativos dentro de sua competência legal.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13.03.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Enviamos para análise e deliberação do douto Plenário, projeto de lei ordinária que *proíbe a discriminação*

aos portadores de epilepsia dentro do Estado do Paraná e dá outras providências.

A epilepsia é um distúrbio crônico do cérebro caracterizado por convulsões ou ataques repetidos. A origem dos ataques pode ser uma lesão cerebral subjacente, uma lesão estrutural do cérebro, uma doença sistêmica, ou até ser idiopática (sem causa orgânica). Os ataques epiléticos consistem em perda de consciência, espasmos convulsivos de partes do corpo, explosões emocionais ou períodos de confusão mental.

Nos indivíduos epiléticos, as ondas cerebrais, que são uma manifestação da atividade elétrica do córtex cerebral, têm um ritmo característico anômalo.

Desta forma, uma parte considerável da população está sujeita a estes distúrbios, não podendo ser aceito pela sociedade e nem pelo Poder Público qualquer forma de discriminação.

No entanto, na realidade cotidiana, por falta de maiores esclarecimentos e por questões culturais, ainda ocorrem atos discriminatórios, que esta legislação visa coibir.

Ante ao exposto, e em conformidade com o que dispõe a legislação pátria, solicitamos o apoio dos eminentes membros deste Parlamento para que esta proposição seja discutida e aprovada.

PROJETO DE LEI Nº 111/07

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Os estabelecimentos comerciais que funcionam no Estado do Paraná, bem como os órgãos públicos municipais e estaduais, atenderão, de forma prioritária, os idosos com mais de 65 anos de idade, os deficientes físicos, as gestantes e as mulheres com crianças ao colo.

Parágrafo Único. O benefício previsto no *caput* deste artigo estende-se às casas noturnas, teatros, locais de shows e eventos.

Art. 2º Os estabelecimentos comerciais e órgãos públicos municipais e estaduais deverão afixar, em local bem visível aos cidadãos, informações sucintas sobre a forma deste atendimento prioritário.

Art. 3º O descumprimento da presente lei acarretará ao infrator, as seguintes penalidades:

I - na primeira infração, multa de 500 (quinhentas) UFIRs;

II - na segunda infração, multa de 1000 (mil) UFIRs;

III - na terceira infração, multa de 2000 (duas mil) UFIRs e cassação do alvará de localização.

Parágrafo Único. Todas as denúncias devem ser devidamente fundamentadas, sendo garantido amplo direito de defesa.

Art. 4º O Poder Executivo deve regulamentar esta lei no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias após a sua publicação.

Art. 5º Esta lei entra em vigor 60 (sessenta) dias após a sua publicação.

Sala das Sessões, em 13.03.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Tal proposição visa legalizar uma situação fática que já vem sendo observada por alguns estabelecimentos comerciais e órgãos públicos, porém acreditamos que este benefício deva se estender para todos os estabelecimentos comerciais e órgãos públicos.

Esta futura lei define melhor a forma de penalização aos descumpridores deste atendimento prioritário, regulando de forma inequívoca tal assunto.

A importância desta proposição é inegável, afinal, resguarda o direito a cidadania de certa parcela de nossa população, merecedora de tratamento privilegiado. Portanto, esperamos a acolhida do presente projeto em todos seus termos.

PROJETO DE LEI Nº 112/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica obrigatório a todos os órgãos públicos estaduais, municipais e estabelecimentos privados de acesso público, a utilização do símbolo internacional de acesso, nos exatos termos da Lei Federal nº 7.405/85.

Art. 2º Todos os estabelecimentos que sejam de acesso público, tais como supermercados, cinemas, teatros, museus, casas de diversão e espetáculos, hospitais e órgãos públicos, além de deverem utilizar o símbolo referido no artigo 1º desta lei, devem assegurar um local especial para estacionamento, embarque e desembarque, das pessoas portadoras de deficiência, nas especificações legais já existentes.

Art. 3º Os estacionamentos dos sistemas zona paga, nas áreas definidas pelos Municípios, deverão, obrigatoriamente, destinar espaços, à frente dos locais mencionados nesta lei, seguindo as seguintes especificações:

I - preferencialmente localizadas ao lado esquerdo da via pública, para facilitar o desembarque das pessoas portadoras de deficiência;

II - nos casos de estacionamento ao lado direito da via pública, deverá ser efetuado um recuo para estacionamento, de modo a tornar possível o desembarque, sem prejuízo ao trânsito e sem risco à pessoa portadora de deficiência.

Art. 4º Estas especificações deverão ser consideradas para a concessão de alvará de funcionamento, e sua

inobservância poderá ocasionar seu indeferimento.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.03.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição objetiva atender às necessidades das pessoas portadoras de deficiência, nos seus mais legítimos direitos. Destaquemos a importância em nosso Estado, como modelo nacional de respeito à cidadania, daí a necessidade de avançarmos na atenção e cuidados com direitos destas pessoas.

A utilização do símbolo internacional de acesso, deve ser adotada a fim de se uniformizar a informação das áreas reservadas ou específicas para as pessoas portadoras de deficiência. Atualmente encontramos muitos símbolos, de variadas cores e formas, que objetivam identificar os locais especiais, porém, muitas vezes, ao invés de auxiliar a informação, acabam por dificultar, principalmente aos estrangeiros.

Nosso projeto, além de facilitar o *ius manendi et ambulandi* (direito de ir e vir), salienta-se sozinho (atente-se para este detalhe) das pessoas portadoras de deficiência, preocupa-se com o respeito a elas, bem como objetiva adequar nossa legislação à tendência mundial, da derrubada das barreiras arquitetônicas que dificultam ou restringem este direito.

PROJETO DE LEI Nº 113/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituída a política estadual de incentivo à cultura do bambu, como parte da política estadual de desenvolvimento agrícola.

Parágrafo Único. A cultura do bambu compreende o cultivo agrícola voltado para a produção de colmos e para a extração de brotos e a valorização do bambu como instrumento de promoção do desenvolvimento sócio-econômico regional e integrado do Estado.

Art. 2º A política instituída nesta lei tem como objetivo o desenvolvimento da cultura do bambu no Estado, por meio de programas governamentais e de empreendimentos privados.

Art. 3º São diretrizes da política estadual de incentivo à cultura do bambu:

I - a valorização do bambu como produto agrícola capaz de suprir necessidades ecológicas, econômicas, sociais e culturais;

II - o desenvolvimento tecnológico do cultivo e das aplicações do bambu;

III - o desenvolvimento de pólos bambuzeiros.

Art. 4º São instrumentos da política estadual de incentivo à cultura do bambu:

- I - crédito anual;
- II - assistência técnica;
- III - promoção e comercialização do produto;
- IV - certificado de origem e qualidade dos produtos destinados à comercialização.

Art. 5º Serão beneficiadas prioritariamente pela política instituída por esta lei as pequenas e médias propriedades de regiões com vocação agrícola para a cultura do bambu.

Art. 6º Na implantação da política de que trata esta lei, compete ao Poder Executivo:

- I - incentivar a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico do cultivo e das aplicações dos produtos e subprodutos do bambu;
- II - orientar o cultivo para a produção e a extração de brotos para a alimentação;
- III - incentivar a utilização do bambu na recomposição de matas ciliares, na recuperação de áreas degradadas e na composição de sistemas agro-florestais;
- IV - incentivar a adoção da cultura e manufatura do bambu na agricultura familiar;
- V - estabelecer parcerias com entidades públicas e privadas para maximizar a produção e a comercialização dos produtos derivados do bambu;
- VI - estimular o comércio interno e externo do bambu e de seus subprodutos;
- VII - produzir mudas de bambu em viveiros públicos estaduais.

Art. 7º O incentivo referido nesta lei corresponde ao recebimento de bônus expedido pelo Poder Público, correspondente ao valor do incentivo autorizado pelo Poder Executivo.

Art. 8º O portador dos bônus poderá utilizá-los para pagamento de ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, Imposto sobre Transmissão de Bens *causa mortis*, e IPVA - Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor devido a cada incidência do tributo.

Art. 9º O Poder Executivo, anualmente, fixará o valor do incentivo a ser concedido na forma desta lei.

Art. 10. O bônus terá validade para sua utilização de 5 (cinco) anos, a contar de sua emissão, com valor corrigido mensalmente pelos mesmos índices aplicáveis na correção do imposto.

Art. 11. Fica autorizada a criação do Fundo Especial de Apoio aos Produtores de Bambu no Estado do Paraná, conforme regulamentação do Poder Executivo.

Art. 12. O Poder Executivo regulamentará esta lei.

Art. 13. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13.03.07.

(a) CIDA BORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

O objetivo da implantação de política para a produção dos brotos de bambu é fomentar o artesanato e sua futura industrialização, atendendo crescentes demandas dos setores de arquitetura, paisagismo, decoração e construção civil.

Muitos países têm encontrado sucesso na exportação de móveis feitos de bambu e esse sucesso se deve a implantação de oficinas profissionalizantes, auto-sustentáveis, de cunho ambiental econômico e social, com a criação de pólos geradores de trabalho.

É preciso conscientizar a sociedade e dar incentivos ao surgimento de novos artesãos, viabilizando a venda de produtos e consolidando o bambu no mercado.

O incentivo proposto nesta legislação tem por escopo formar pólos bambuzeiros, haja vista que a industrialização desse material tem ampla aceitação no mercado nacional e internacional, especialmente na arquitetura e móveis de design.

“No atual contexto social e produtivo mundial, vemos crises assolando povos de países inteiros. Estes se vêm à margem da política econômica mundial, e não conseguem criar e manter uma economia própria. Mas existem alguns Países enxergando o bambu como um dos meios alternativos para aumentar a produtividade agrícola, gerar emprego e estimular a indústria. Assim pensam os governos da China, Nepal, Filipinas e Havaí.

A questão ecológica é hoje um assunto muito discutido. A poluição e subprodutos decorrentes de uma economia industrial capitalista globalizada geram desequilíbrios por todas as partes do globo, na terra, água e ar. O bambu é eficaz no combate a muitas formas de poluição nesses recursos naturais, produzindo oxigênio, reciclando a água de rios e lagoas e limpando o solo de alguns elementos nocivos. É também material altamente renovável e que pode substituir o uso da madeira (material e combustível), impedindo o corte indevido de árvores essenciais ao equilíbrio natural.

Na América do Sul existem culturas ricas e vibrantes que muito se associaram ao uso do bambu. É o caso do Equador e da Colômbia, países onde o bambu da espécie *Guadua angustifolia*, gigante e muito resistente, é conhecido por todo habitante e é utilizado há milhares de anos pelos nativos. Ele sustenta casas de mais de cem anos de idade, assim como as casas de uma grande parcela da população. A Costa Rica, na América Central, recentemente adotou uma estratégia para implementar a construção em massa de habitações populares construídas com bambu.

O Brasil é um dos países com maior número de espécies nativas e maior área de florestas naturais de

bambu. Estas espécies nativas, algumas até endêmicas, são na sua grande maioria desconhecidas. É imperioso elaborar uma política de preservação, propagação e disponibilização destas espécies que muito têm a nos encantar e oferecer.

Pessoas do mundo inteiro se unem em associações e instituições para divulgar as múltiplas utilizações do bambu, incitar o debate social e desenvolver a pesquisa científica, tomando como exemplo: IBA, INBAR, ABMTENC, ABS, EBS, ECUABAMBU.

O bambu é usado há muitos milênios na produção de uma miríade de artefatos úteis ou decorativos. Por sua característica tubular o bambu já agrega funções e adequações inerentes à sua forma. Sendo composto basicamente de longas fibras vegetais, pode ser moldado ou desfiado para novas aplicações. É essencial que se escolha o tipo de certo de bambu e o modo correto de tratamento para cada aplicação.

O bambu é reconhecidamente um excelente agente na contenção de encostas ameaçadas de erosão. Sua distribuição subterrânea de rizomas forma uma malha resistente que reforça a estrutura natural do solo. Para obter bons resultados são utilizados os bambus de rizomas leptomorfos, que se espalham na área mais rapidamente.

O bambu é utilizado na irrigação de solos e lavou-
ras. É tubular, facilitando o transporte de água da fonte ao local da irrigação.

O bambu pode também ser utilizado na bio-remediação de ambientes molestados pela intervenção humana. Segundo os especialistas da West Wind Technologies, nos Estados Unidos existem muitas criações de suínos, e despejam os restos fecais dos animais diretamente no ambiente natural, contaminando campos e fontes de água. Uma solução para este problema seria despejar os restos em campos de grama, uma planta que consome largamente o nitrogênio presente nos restos. Mas a grama não tem mercado e é deixada no solo. Com o tempo, o nitrogênio na grama é reabsorvido pelo solo. O bambu é uma grama, e consome muito nitrogênio. Depois pode ser coletado e vendido como material de construção, levando consigo o nitrogênio.

Outro uso do bambu na remediação foi sugerido em 1998, pelo Senador americano Duncan Hunter, dirigente da Fundação World Emergency Relief, para despoluir o Rio Choluteca, que atravessa a Capital do México. O projeto propõe que se plante bambu nas beiras do rio, porque agiriam como agente descontaminante. Este tipo de projeto já foi implantado no Rio Nuevo, Califórnia, e ao norte da Cidade do Mexicali, México.

O bambu também é utilizado como combustível e papel, substituindo o uso tradicional e, muitas vezes, irresponsável, de madeiras importantes para os ecossistemas. O carvão de bambu é de excelente qualidade, e seu rápido crescimento equilibra a relação entre o gás de carbono emitido e o gás de carbono absorvido. O papel de bambu tem a mesma qualidade que o papel de madeira.

O papel é o uso industrial do bambu de maiores proporções no mundo. O bambu oferece seis vezes mais celulose que o pinheiro e mais rápido cresce. Suas fibras são muito resistentes e tem qualidade igual ou superior à fibra de madeira. O Brasil é o único País das Américas a ter uma indústria de papel de bambu, com uma grande plantação no Estado do Maranhão.”¹

Esta Assembléia Legislativa, que tem compromisso com o desenvolvimento do Estado do Paraná, não deixará de apoiar a iniciativa desta matéria, gerando emprego e renda.

PROJETO DE LEI Nº 114/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam alterados os artigos 1º e 3º da Lei nº 14.940, de 15 de dezembro de 2005, que passarão a ter a seguinte redação:

“Art. 1º Fica instituído o ‘Selo de Qualidade Paraná’, que será concedido por entidade certificadora, a ser autorizada pela Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA, para todos e quaisquer produtos e subprodutos das cadeias agropecuária e florestal que venham a ser exportados via portos de Paranaguá e Antonina e que estejam em conformidade com os padrões exigidos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, ou, na ausência, pelos padrões internacionais aceitos.

Parágrafo Único. A Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA, regulamentará os critérios de concessão do ‘Selo de Qualidade Paraná’.

Art. 3º A entidade certificadora a ser contratada pela Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA - deverá, obrigatoriamente ser pertencente ao terceiro setor, credenciada junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, há no mínimo de 02 (dois) anos e estar apta a atuar dentro das normas Guia ISO 65 editada pelo INMETRO - Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial.”

Art. 2º Fica acrescido novo artigo 5º da Lei nº 14.940, de 15 de dezembro de 2005, com a seguinte redação, renumerando o atual artigo 5º para artigo 6º:

“Art. 5º Todos os produtos referidos no artigo 1º que forem exportados via Portos de Paranaguá e de Antonina deverão apresentar à Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA, o certificado que ateste a qualidade de seu produto, a ser fornecido obrigatoriamente pela entidade certificadora autorizada.

Parágrafo Único. A Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA, não autorizará o embar-

1. www.bambubrasileiro.com

que dos produtos que não apresentarem o certificado de qualidade.”

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13.03.07.

(a) ALEXANDRE CURI

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando a presente proposição técnica com objetivo de aprimorar a regulação do “Selo de Qualidade Paraná”. Este Selo que já se tornou referência e possibilitou a agregação de valor aos produtos exportados.

Não obstante, a necessidade de sempre aprimorar o controle de qualidade é o que possibilita esta agregação, razão pela qual pequenos ajustes se fazem necessários à Lei Estadual 14.940/05.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do projeto de lei em tela, temos certeza, trará enormes benefícios aos exportadores paranaenses.

PROJETO DE LEI Nº 115/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica criado o “Dia Estadual de Conscientização e Prevenção de Intoxicação por Agrotóxicos”.

Art. 2º Fica estabelecido o dia 15 de agosto como data determinada para todos os fins do artigo 1º.

Art. 3º Na data estabelecida no artigo 2º, realizar-se-ão atividades educativas e culturais com o objetivo de divulgar:

I - a legislação federal, estadual e municipal que regulamenta a compra e o uso de agrotóxicos;

II - os cuidados necessários na utilização de agrotóxicos;

III - as formas de prevenção de acidentes que possam provocar intoxicações e contaminações do meio ambiente;

IV - incentivo a produção de alimentos através da agricultura orgânica, agroecológica ou biodinâmica;

V - as consequências para a saúde humana e ao meio ambiente que os produtos agrotóxicos, podem causar pelo uso indiscriminado;

VI - divulgação de alternativas, evitando o uso de agrotóxicos no combate a pragas em lavoura convencional.

Art. 4º Será veiculada uma campanha publicitária educativa, anualmente, durante todo o mês de agosto, com o objetivo de divulgar as atividades do “Dia Estadual de Conscientização para a Prevenção da Intoxicação por Agrotóxicos”, alertando a população paranaense sobre os

riscos da intoxicação por substâncias químicas, as consequências para a saúde humana e ao meio ambiente.

Art. 5º As Secretarias da Agricultura, Educação, Meio Ambiente, Saúde e do Trabalho, cada uma em sua área de ação ou em conjunto, executarão as atividades que envolvem os eventos relacionados com o “Dia Estadual de Conscientização e Prevenção da Intoxicação por Agrotóxicos.”

Art. 6º Na ocasião das atividades educativas e culturais dispostas no artigo 3º, o público alvo será constituído, principalmente, por alunos da rede municipal e estadual de ensino, agentes de saúde, produtores rurais, comerciantes de agrotóxicos e profissionais envolvidos nas áreas de agrotóxicos.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.03.07.

(a) ROSANE FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

Em levantamento realizado pela Vigilância Epidemiológica da Secretaria Estadual de Saúde do Paraná, das intoxicações causadas pelos produtos químicos desde a década de 80 por meio de fichas específicas para registro e acompanhamento desses casos, que é utilizada por todos os hospitais e clínicas do Estado no período, tivemos 28.177 intoxicações.

Destas intoxicações, 1127 evoluíram para óbitos, sendo que 63% foram atribuídos aos agrotóxicos e 7% aos pesticidas domésticos.

Apesar de o agricultor só poder adquirir os agrotóxicos, através da apresentação de uma receita prescrita por um profissional legalmente habilitado (engenheiro agrônomo, engenheiro florestal ou técnico agrícola), na maioria das vezes o mesmo não recebe as informações com relação aos cuidados que devem ser tomados na sua utilização. Com isso, acontecem as intoxicações e morte de agricultores, como também muitas vezes a contaminação dos rios com mortandade de peixes e comprometimento do abastecimento de cidades pelo consumo de água contaminada.

Foi escolhida a data de 15 de agosto por se tratar da época do início de plantio das culturas que mais utilizam agrotóxicos, como o algodão, a soja, as hortaliças, o milho e outras.

PROJETO DE LEI Nº 116/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o condutor de veículo automotor, portador de necessidades especiais, isento do pagamento das

tarifas de pedágio nas rodovias que cortam o Estado do Paraná.

Art. 2º Para se beneficiar da isenção os condutores deverão obrigatoriamente apresentar a Carteira Nacional de Habilitação e esta deverá conter, no campo das observações, as restrições médicas que comprovem a necessidade especial, conforme a Resolução nº 176, anexo II do CONTRAN.

Art. 3º O portador de necessidade especial que não possuir registro das restrições médicas em sua Carteira Nacional de Habilitação deverá dirigir-se ao DETRAN e requerer a mudança de sua habilitação, devendo, para tanto, preencher os requisitos exigidos pelo órgão para constar a necessidade especial em sua CNH.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13.03.07.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Os portadores de necessidades especiais - deficientes físicos - corriqueiramente sofrem preconceitos, principalmente junto ao mercado de trabalho, o que gera uma disparidade entre eles e a sociedade.

Visando combater as desigualdades sociais, o presente projeto de lei tem por objetivo a inclusão social dos portadores de necessidades especiais e propiciar a eles que os custos de seu deslocamento dentro do Estado do Paraná sejam minimizados por conta da isenção das tarifas de pedágios.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 117/07

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a construir e instalar o Hospital Regional de Pato Branco.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, em 13.03.07.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

A construção e implantação de um Hospital Regional em Pato Branco se faz necessária devido a altíssima demanda de atendimento e as limitações de especialidades dos hospitais existentes na região.

Pequenos hospitais dos Municípios vizinhos estão fechando, e portanto os atendimentos estão se concentrando em Pato Branco. A cada ano, o número de pessoas internadas em Pato Branco chega a sete mil.

Pato Branco ainda carece de especialidades importantes como reumatologia, e não possui atendimento pelo SUS nas especialidades de endocrinologia e otorrinolaringologia. Certos atendimentos na área de oftalmologia só podem ser feitos em Curitiba.

Não existe no Município de Pato Branco o serviço de radioterapia, nem exames de ressonância magnética, o que obriga mensalmente centenas de moradores se deslocarem até a Capital do Estado, distante 430 quilômetros de Pato Branco, para receber atendimento.

Dados fornecidos pela 7ª Regional de Saúde revelam que somente no ano passado, 15.820 pessoas foram encaminhadas para consultas, exames e cirurgias em Curitiba. Isso significa dizer que mensalmente, cerca de 1.400 moradores da microrregião de Pato Branco se deslocam para a Capital em busca de atendimento médico.

Sendo assim, a construção de um Hospital Regional garantirá atendimento público, gratuito e de qualidade para a população dos quinze Municípios que compõem o Núcleo Regional de Saúde de Pato Branco, além de fortalecer o Sistema de Saúde já implantado.

PROJETO DE LEI Nº 118/07

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a desenvolver projeto específico de proteção e reflorestamento das margens de rios e lagos no Estado do Paraná.

§ 1º O projeto de que trata este artigo inclui a recuperação de áreas degradadas, contemplando em especial a vegetação nativa da flora paranaense, dando preferência às espécies frutíferas.

§ 2º Sempre que possível serão utilizados os viveiros estaduais para produção das mudas necessárias à execução da presente lei.

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará a presente lei, prevendo dotação orçamentária específica para a sua execução, bem como, para estabelecer critérios, condições e atribuições dos órgãos incumbidos de executá-la.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13.03.07.

(a) DR. BATISTA

JUSTIFICATIVA:

Tem a presente proposição a finalidade de desenvolver projeto de proteção e reflorestamento das margens de rios e lagos do Estado do Paraná.

Pretende-se com esta prática a recuperação das áreas degradadas, contemplando especialmente a vegetação nativa da flora paranaense, dando preferência às espécies frutíferas.

Através dos viveiros estaduais, sempre que possível, serão utilizadas mudas, por eles produzidas, necessárias para a execução deste projeto.

Face o exposto, contamos com o apoio dos nobres Pares ao presente plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 119/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituída no Calendário Oficial da Rede Estadual de Educação, a Semana Monteiro Lobato de Literatura Infante - Juvenil, que acontecerá todos os anos, do dia 15 à 21 de abril.

Art. 2º Durante a semana, o Estado em parceria com a iniciativa privada, promoverá peças teatrais, concursos de redação, de poesia e de desenho, além de leituras das histórias escritas por Monteiro Lobato e de outros autores da literatura brasileira.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por conta de convênios e da venda de espaço publicitário entre a Secretaria de Estado da Educação e a iniciativa privada.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13.03.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Monteiro Lobato nasceu em Taubaté, no dia 18 de abril de 1882. Em vida, Lobato esteve todo o tempo ligado, direta ou indiretamente ao que houve de mais importante e de maior repercussão no universo editorial brasileiro, seja como jornalista, seja como editor e principalmente como escritor. Seu estilo simples e direto, repleto de ironia, cativa os leitores.

A maioria de seus livros, Monteiro Lobato escreveu para o público infante-juvenil, com a intenção de ajudar na formação intelectual e moral da nossa juventude. Mostrava sua grande preocupação com a situação de nosso povo e seu engajamento nas lutas por mudanças na sociedade brasileira. Sempre se dedicou à luta pela preservação dos valores culturais e das riquezas naturais da Nação.

Foi pioneiro na luta pela preservação de nossas florestas, de nossos índios e de nossos bichos. Sempre procurou incentivar o diálogo e a busca de parceiros para as brincadeiras. Lobato foi um comunicador incomparável para o público infante-juvenil, com seu estilo simples e direto, repleto de ironia, com sua mente inquieta e de fértil imaginação, escreveu vários clássicos da literatura brasileira.

Em seu trabalho buscou modelar o Brasil de seus sonhos: democrático, sem opressão, capaz de construir

uma grande Nação. Sempre defendeu a idéia de que *crianças eram adultos reduzidos em idade e estatura. A criança é um ser onde a imaginação predomina em absoluto*. Para ele as crianças não têm malícia, aceitam e compreendem tudo. Monteiro sempre tratou as crianças como interlocutores competentes. Discutia temas como saúde, religião ou política. Além disso estimulava a atividade literária dos seus leitores, encorajando-os a desenvolver enredos e histórias.

De 1920 a 1947 lançou 22 títulos que até hoje continuam a ser editados, entre eles: O Saci; As Caçadas de Pedrinho; Memórias de Emília; O Pica-pau-amarelo; O Minotauro, Geografia de Dona Benta; Dom Quixote das Crianças; Histórias de Tia Nastácia.

Baseado em todos os seus ideais, sonhos e realizações, além de nossa preocupação em darmos continuidade ao seu trabalho de conscientização, da importância e do incentivo da literatura para o futuro dos jovens, e bem como prestar uma homenagem ao grande escritor Monteiro Lobato é que estamos propondo a inclusão da "Semana Monteiro Lobato de Literatura Infantil" no calendário oficial de toda a rede educacional do Estado do Paraná.

PROJETO DE LEI Nº 120/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar cessão de uso, ao Município de Jandaia do Sul, de parte de imóvel situado no perímetro urbano do Município, registrado sob a matrícula nº 2.609, do 4º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Jandaia do Sul.

Parágrafo Único. A parte do imóvel mencionada no *caput* deste artigo, com 1.732,50m², confronta-se pela frente com a Rua dos Patriotas, com distância de 23,50 metros; daí segue confrontando com o Corpo de Bombeiros, na distância de 33,00 metros e na distância de 20,00 metros; daí segue confrontando com parte do lote quatro e com o lote oito, com a distância de 22,00 metros; daí segue confrontando com o Lote da SANEPAR, com 43,50 metros, daí segue confrontando com o restante da quadra 30/rem, com 55,00 metros, fechando o perímetro.

Art. 2º O lote em questão deverá ser utilizado, exclusivamente, para a construção de um Centro de Convivência do Idoso, sendo retomado a qualquer tempo caso seja comprovada destinação diversa da estabelecida.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13.03.07.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem por objetivo ceder parte do terreno registrado sob a matrícula nº 2.609 de

propriedade do Governo do Estado, com área total de 15.490,75 m², o qual já foi realizada seção anterior para um melhor aproveitamento do terreno.

Área em questão com 1.732,50 m² será destinada a construção de um Centro De Convivência do Idoso.

O terreno em questão está totalmente desocupado, inclusive murado nas confrontações, pois uma parte da integralidade do terreno já foi anteriormente cedida para a construção do Corpo de Bombeiros, e o Município, tendo a necessidade de construir um Centro de Convivência do Idoso, não disponibiliza de área para executar tal construção. Este terreno está em localização privilegiada na Cidade, uma vez que esta confrontando com as construções da SANEPAR, Corpo de Bombeiros e colégio estadual aos fundos.

Na certeza de poder contar com o apoio dos nobres Parlamentares para aprovação do presente projeto de lei, renovo protestos de elevada estima e consideração.

PROJETO DE LEI Nº 121/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a adotar, no Estado do Paraná, medidas preventivas de proteção à saúde pública, concernentes aos trabalhadores que manipulam alimentos em estabelecimentos comerciais.

Parágrafo Único. Entende-se por manipulação o preparo e a distribuição de alimentos ao público.

Art. 2º O Poder Executivo exigirá Certificado de Capacidade Funcional dos trabalhadores que manipulam alimentos, emitindo crachá de identificação, com fotografia.

Art. 3º O Certificado de Capacidade Funcional, expedido pela Secretaria de Saúde, tornará válido o crachá que deverá ser portado de modo visível por todos os trabalhadores envolvidos com alimentação pública.

Art. 4º Qualquer cidadão poderá, na forma desta lei, denunciar irregularidade ao órgão público a ser definido por regulamentação do Poder Executivo.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13.03.07.

(a) MARCELO RANGEL

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei apresentado, visa garantir medidas preventivas de proteção à saúde pública aos trabalhadores que manipulam alimentos em estabelecimentos comerciais.

A matéria é louvável, pois a correta manipulação dos alimentos é de fundamental importância para a saúde

da população. Sabe-se que alimentos mal manipulados acarretam inúmeras doenças aos cidadãos.

Através deste projeto, os trabalhadores receberão um Certificado de Capacidade Funcional, expedido pela Secretaria de Saúde, o que garantirá a qualidade da manipulação do alimento.

Desta forma, esperamos o devido apoio e a conseqüente aprovação dessa colenda Casa ao projeto de lei apresentado.

PROJETO DE LEI Nº 122/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º As farmácias, drogarias e estabelecimentos congêneres instalados no Estado do Paraná ficam obrigados a fixar em local visível ao público, cartaz contendo a relação dos medicamentos proibidos pelo Ministério da Saúde.

Art. 2º Esta lei será regulamentada pelo Poder Executivo.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13.03.07.

(a) MARCELO RANGEL

JUSTIFICATIVA:

A proposta apresentada visa tornar obrigatória a fixação de cartaz contendo a relação de medicamentos proibidos pelo Ministério da Saúde nas farmácias, drogarias e estabelecimentos congêneres do Estado do Paraná.

O projeto tem caráter educativo e, principalmente, inibidor de práticas condenáveis resultantes da venda de medicamento já retirado do mercado - por desconhecimento do consumidor e de má-fé do comerciante.

Desta forma esperamos o devido apoio e a conseqüente aprovação desta colenda Casa ao projeto de lei apresentado.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No Pequeno Expediente, com a palavra a Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

Deputada Luciana Rafagnin (PT)

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Gostaria de usar este espaço deste dia para aqui registrar muitos eventos que aconteceram na semana que passou, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher. Tivemos eventos importantes aqui na Capital do Estado, tivemos eventos na Câmara dos Vereadores com a presença da Maria da Penha, a mulher que originou a

Lei Maria da Penha, a Lei 11340/06 que pune os agressores de violência doméstica contra as mulheres. Uma lei importante, uma grande conquista para as mulheres que são vítimas de violência.

Infelizmente, celebramos, comemoramos o 08 de março como o Dia Internacional da Mulher, mas ainda lamentamos a discriminação que ocorre com a mulher e de uma maneira especial, o que mais lamentamos ainda é a violência que ocorre contra a mulher.

Estivemos na semana passada e usamos esta tribuna, Sr. Presidente, para justificar nossa ausência na Sessão do dia 07 e também do dia 08, tendo em vista que estávamos em vários Municípios, tanto na Capital do Estado como nas Regiões Oeste e Sudoeste, representando a Assembléia Legislativa. E, fui surpreendida por uma matéria que saiu no jornal O Estado, que circula aqui na Capital, no qual colocam manobras que teriam acontecido no dia 07 com relação à votação da PEC. Essa matéria que estava em votação, reduz o recesso parlamentar e também junto a essa matéria teve uma emenda do Deputado Tadeu Veneri, que acaba com o pagamento aos Deputados quando convocados no recesso.

Esta Deputada sempre foi favorável a essas matérias, tanto que o projeto que a PEC apresentava foi apresentado pela Mesa, assinada pelo nosso Presidente Nelson Justus, pelo 1º Secretário Alexandre Curi e por esta Deputada que é a 2ª Secretária.

Então, em nenhum momento fui contra essa matéria. É uma matéria que sempre defendemos nesta Casa. Da mesma forma, o fim do pagamento das convocações quando no recesso desta Casa.

Infelizmente, esse jornal trouxe umas inverdades, o que lamentamos, porque as pessoas que leram essa matéria com certeza vão fazer uma imagem desta Deputada que não é. Sempre tive posições nesta Casa, sempre assumi as minhas posições, e sempre tive um bom relacionamento com a imprensa, a qual elogio muito.

Não gostaria de dizer isso para os demais órgãos de comunicação que também nada têm a ver com essa matéria, mas infelizmente essa matéria traz como manobra aqui da Base do Governo e coloca como se esta Deputada tivesse se ausentado do Plenário na hora de votar essa matéria. Isso é inverdade, desde o início da discussão fui favorável à redução do recesso parlamentar, assim como também assinei a emenda do Deputado Tadeu Veneri acabando com o recurso, com jeton, assim chamado das Sessões que éramos convocados, de uma maneira extraordinária ou as Sessões do recesso. Eu queria deixar bem claro que lamento que isso aconteceu. Conversei, agora, um pouco antes da Sessão, com o jornalista que fez essa matéria e espero que esse jornal possa retratar um pouco, porque esta Deputada justificou, e muito bem, a sua ausência do plenário nos dias 07 e 08. Eu gostaria que ficasse bem clara a minha posição com relação a essa matéria.

Agradeço ao Sr. Presidente pelo espaço e pela oportunidade. Não é uma recomendação, mas quero elogiar todos os jornalistas que sempre quando me entrevis-

taram sobre posições a serem tomadas nesta Casa, sobre a posição de determinado projeto ou matéria, sempre antes de colocar a posição desta Deputada, foi checada essa informação, sempre vieram até esta Deputada para saber qual era sua posição. Infelizmente, não aconteceu com relação a esse jornal, que poderia ter pedido qual era a nossa posição com relação à matéria ou, então, era só ter olhado na Sessão anterior, ter observado o nosso pronunciamento no dia 06, porque justificávamos que não estaríamos aqui presentes nos dias 07 e 08.

Essa matéria traz um erro, com relação ao Partido desta Deputada. Sou filiada ao PT desde o ano de 89 e a matéria traz esta Deputada como filiada ao PMDB. Tenho uma grande simpatia pelo PMDB, mas sou filiada, admiro e gosto muito meu Partido. Desde 89 sou filiada ao Partido dos Trabalhadores. Esperamos que as matérias que dizem respeito a nós, Parlamentares, que realmente sejam consultados, para que um assunto que não é verdade não seja publicado. Quero que fique bem claro a minha posição. Sou favorável a PEC e sempre fui. Tanto é que assinei o projeto também de nossa autoria, da Mesa Diretora. E também sou favorável, assinei a emenda do Deputado Tadeu Veneri para acabar com o jeton.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado Srs. Deputados.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Pela ordem, Sr. Presidente?

(Assentimento)

Quero só corroborar com as palavras da Deputada Luciana, inclusive, lembrando que no dia que ocorreu a votação, foi justificada a ausência da mesma em plenário por este Deputado, uma vez que no dia anterior já havíamos feito o convite a Deputada e ela havia justificado que não estaria presente, por estar no dia 08 em solenidades que homenageavam a mulher nas Regiões Oeste e Sudoeste. Tanto que a audiência pública que fizemos, a Deputada Rosane voltou a justificar a sua ausência. Minha solidariedade à Deputada Luciana Rafagnin.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

A solidariedade e a compreensão da Mesa também.

Passa-se ao Grande Expediente.

Concedo a palavra ao Deputado Jocelito Canto.

Esta Presidência, antes de passar a palavra ao Deputado Jocelito Canto, suspende a Sessão por três minutos, para que a Prefeita de Campina Grande do Sul distribua aos Srs. Deputados o convite para a II Festa do Milho.

(Suspensa a Sessão por três minutos)

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está reaberta a Sessão.

No Horário do Grande Expediente, com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Aproveito o horário do Grande Expediente de hoje para tratar de alguns assuntos de muita importância e que, não tenham dúvida os senhores, nos chamam a atenção na Sessão desta tarde.

Primeiro, Sr. Presidente, a preocupação nossa com a questão desse ramal ferroviário que foi solicitado mais uma vez pelo Governo para que ele viesse por Irati e não por Ponta Grossa. Mais uma vez levanto nesta Casa aqui a voz da região do Ipiranga, da região dos Campos Gerais para, mais uma vez, solicitar e pedir ao Governo que não faça nenhum tipo de influência, porque esse ramal constituído na Cidade de Ipiranga, já está definido pelo Governo e o Governo Federal definiu que essa obra está no PAC, inclusive, e que há um pedido do Governador para que se mude por Irati. Isto vai acabar complicando a vida e vai sair mais caro para o Governo Federal. O Governo que prega, acima de tudo, o respeito pelo dinheiro público, deve evitar esse tipo de processo que pode ser mudado lá em Brasília, de acordo com interesses políticos das pessoas que cercam o Governo Federal.

Então, mais uma vez eu quero falar alto aqui e cobrar para que o Governo do Paraná não faça esta intervenção no que se refere a nossa rodovia e este ramal que, definitivamente, deve passar pela região do Ipiranga.

O outro assunto hoje, Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu tenho dito aqui nesta Casa que iria buscar nos Anais desta Casa alguns pronunciamentos, algumas pérolas, e quem conhece o passado, quem investiga o passado pode compreender um pouco mais o presente. O que estou querendo, na verdade, Deputado Belinati, é compreender o presente. Então, para compreender o presente eu fui ao passado. Diz-se que para vivermos bem o presente precisamos conhecer um pouquinho o passado. Eu fui aos Anais da Casa fazer uma pesquisa para buscar alguns documentos - acho que é muito importante comentarmos nesta tarde aqui nesta Casa - eu apresentei três requerimentos a esta Casa. Os três requerimentos foram, de forma muito estranha, derrubados pela Bancada, pelo Líder do Governo nesta Casa, o Deputado Romanelli. E os três requerimentos, tudo tem a ver com o furacão que estamos vivendo neste momento, envolvendo a saída do Procurador-Geral do Estado, Dr. Botto de Lacerda, que deixou o Governo, e a PAVIBRAS e a SANEPAR.

E agora, Sr. Presidente, eu recebi aqui, não deu tempo de ler ainda, só passei o olho de radialista em cima desse documento, ainda não deu tempo de analisar. Não vou me pronunciar a respeito desses documentos que eu recebi, de forma confidencial. Alguém ligado à SANEPAR mandou para mim alguns documentos que vou analisar depois com mais critério. Estes documentos falam

exatamente do envolvimento da PAVIBRAS em toda questão que envolve recursos que vieram de forma internacional que começaram no outro Governo e foram estendidos neste Governo. Isso nos deixa preocupados, quando o atual Governo não quer falar desse assunto. Quando não quer falar é porque algo nos chama atenção: “não queremos discutir esse assunto, derruba-se o requerimento.”

Esse é o primeiro ponto. A saída do Procurador Botto de Lacerda tem a ver com a SANEPAR, ele era o Presidente do Conselho. A saída do Procurador-Geral tem a ver com a PAVIBRAS e estes dois requerimentos, de forma estranha, foram derrubados nesta Casa porque há um entendimento agora do Governo que não deve mais aprovar pedidos de informações dos Deputados.

Mas, nos Anais da Casa, eu encontrei, uma terça-feira como hoje, dia 24 de maio de 1983, uma Proposta de Emenda Constitucional que foi protocolada pelo então Deputado Roberto Requião. O Governador atual era Deputado nesta Casa e fez uma emenda. O parágrafo único dizia o seguinte, vejam só os senhores, é isso que quero entender: *Para o exercício da defesa dos direitos e garantias individuais, cuja inviolabilidade é assegurada neste artigo, os órgãos públicos deverão fornecer, a pedido do interessado, todas as informações de caráter pessoal existente a seu respeito nos arquivos dos órgãos governamentais.* Essa emenda foi apresentada pelo então Deputado Requião, lá em 1983, ele já se posicionava no sentido da transparência. O Governador nos dizia nessa sua emenda constitucional de 24 de maio que os órgãos públicos deveriam fornecer, a pedido do interessado, todas as informações possíveis. Essa é uma Proposta de Emenda Constitucional proposta pelo então Deputado Roberto Requião, lá em 1983!

Na Sessão de terça-feira, dia 08 de março de 1983 achei mais uma participação do Governador Roberto Requião. Ele dá um aparte a V. Exa., Deputado Caíto Quintana. V. Exa. estava fazendo um pronunciamento brilhante, nesta Casa. Veja como é importante o passado para vivermos bem o presente! O Deputado Requião pediu um aparte, V. Exa. concordou, disse ele: “Nós aqui nessa Assembléia somos oposição ao Governo Federal e ao regime, eventualmente somos uma Bancada no momento em que o PDS se dispuser a valorizar o Legislativo, a valorizar o processo democrático de abertura que só vai melhorar e fortalecer o Legislativo”. Este é o aparte que o Governador deu num pronunciamento que V. Exa., Deputado Caíto, fazia aqui nesta Casa. Mais tarde, o Governador, no dia 09 de março de 1983, falou nesta Casa também e fez mais um aparte e disse o seguinte: “Perfeitamente, Deputado Gabriel, eu inicialmente faço um apelo ao Deputado Gabriel Sampaio, que não renuncie, porque o MDB tem o compromisso de democratizar esta Casa...” Ao mesmo tempo em que o Deputado reivindica a valorização da Casa para o seu fechamento ao povo, ele propõe medida de justiça num contato direto do Governador com a população organi-

zada, atropelando de uma forma definitiva o Legislativo e suas funções. Palavras de Roberto Requião, se manifestando pela transparência e pela liberdade. Concluiu ainda Requião nesse mesmo pronunciamento: “valorizando seu mandato e não assumindo mais a pretensão autoritária de que tudo sabe e tudo representa.” Palavras de Roberto Requião. E disse em mais um aparte que fez ao Deputado Trajano Bastos em 09 de março de 1983: “A transparência pública estabelecida ao lado da participação viabilizará a continuidade do processo representativo neste Brasil, caso contrário me parece, num ponto de vista político e sociológico, o Parlamento será atropelado por uma proposta autoritária que atravessa todos os Partidos, inclusive o nosso da relação direta entre o Executivo e a população, da sociedade sem política, sem ideologia, sem Partido, onde vale a palavra do Governante, vale a palavra da autoridade.” Palavras do Governador Requião. Fui buscar nos Anais desta Casa palavras do Governador, quando ele era somente Deputado, como nós somos nesse momento.

Mas, no dia da posse o Governador fez um discurso nesta tribuna e disse: “novamente vamos devolver à administração pública a mais absoluta transparência, envolvendo a sociedade na fiscalização da ação governamental, dando a ela condições e meios para que essa fiscalização seja feita com todo rigor.” Disse Roberto Requião no dia da sua posse, 01 de janeiro de 2003, no seu segundo mandato. Esse é o segundo pronunciamento do Requião. E no dia 17 de fevereiro de 2003, também nesta tribuna, quando o Governador prestava contas e assumia o compromisso de governar o Paraná, quando se instalou a Legislatura de 2003, o Governador soltou algumas pérolas, inclusive para V. Exa. Deputado Tadeu Veneri. Tem uma citação sua muito interessante. Disse o Governador: “O Paraná teve, no início das investigações, e as primeiras provas sobre o ocorrido deve ao Deputado do PT Tadeu Veneri, a quem o Governo do Paraná rende as homenagens neste momento. Esse é o papel de um Deputado. Legislar, sim, mas a fiscalização do comportamento do Estado é uma constante. E a mesma atitude, Deputado Tadeu Veneri, que V. Exa. teve em relação ao Governo anterior, que também tenha em relação ao nosso Governo.” Palavras do Governador Requião.

O passado é bom, o passado deixa o presente mais bonito. E o Governador soltou uma pérola. Essa pérola, aqui, é uma palavra da juventude de hoje, é da moda, é do ficar, é aquele momento. O Governador diz: “... e para tornar administração pública...” Deputado Romanelli, V. Exa. não estava aqui, era Presidente da COHAPAR nesse momento. Nesse dia, não ouviu, mas o Governador soltou esse pérola aqui, está nos Anais da Casa: “E para tornar a Administração Pública mais transparente, eu fiz um decreto, já nos primeiros dias do nosso Governo, determinando que as Secretarias, as Autarquias, as Empresas Públicas respondam no máximo, em cinco dias, os pedidos de informação feitos pelo Poder Legislativo. Não temos nada para esconder. O Governo está aberto para

esclarecer qualquer dúvida.” Não são palavras minhas. São palavras de S. Exa., o Governador do Paraná, Roberto Requião. Eu fiquei tão feliz quando vi o Governador fazer esse pronunciamento aqui, fiquei contente ao ver o Governador propor aqui. “A partir de agora, nenhum pedido de informação nesta Casa precisará ser votado”. Eu estava ali, sentado. Aplaudi o Governador, em 17 de fevereiro, instalação do seu segundo mandato.

Nesta eleição agora eu votei no Governador Requião e acho importante cobrar. O bom companheiro não é só aquele que diz “amém”. O bom companheiro é aquele que no momento em que alguma coisa vê que não está certo, manifesta aquilo que sente, aquilo que não acha correto.

Ainda no discurso: “Transparência absoluta na Administração Pública.” Alguém da Liderança do Governo poderia dizer que está tudo na internet. É uma beleza essa internet. Se estivesse na internet, não precisaríamos pedir. Lá não está, por exemplo, isso que o Governador autorizou aqui. A Paraná Ambiental, senhores, isso aqui é grave. Imprensa do Paraná, isso é grave! O Governador fez uma reunião com os Deputados e disse que tinham descoberto, que tinham vendido as nossas florestas do Banestado, a um preço abaixo de mercado e que ele havia feito uma auditoria e comprovou que havia irregularidades nas florestas do Paraná, que o preço era trinta e haviam sido pagos dez. O que o Governo fez? Chamou as empresas e fez um aditivo ao contrato e as empresas começaram a pagar mais por aquilo que valia de fato. Isso é muito grave! O Governador determinou, naquele dia, quando tomou posse aqui, quando fez a abertura da Legislatura, que era para fornecer os documentos. Eu pedi os documentos. Eu recebi os documentos sem informação. Peço ao Líder do Governo que me dê os documentos. O Governo derrubou o meu pedido, que eu queria saber.

Fiquei mais assustado ontem, quando ouvi de um renomado Deputado desta Casa - que votou a favor do meu requerimento, ontem - dizer para mim que sabe que algumas empresas pagaram aditivos e que outras não pagaram o aditivo. Isso é muito grave! Não é brincadeira!

Eu preciso ver esses aditivos. Quero seguir o que pregava aqui, o nosso Governador Requião. Quero ver os aditivos. É um direito deste Parlamento investigar isso. Até porque temos a palavra do Governador que havia algo de errado e que ele consertou e mandou fazer o aditivo. Isso é muito dinheiro, mas, de repente descobre-se, que parece que alguns não pagaram. A pessoa que me contou não é nenhum fanfarrão. É um homem sério, que eu tenho por ele a maior seriedade nesta Casa.

Então Deputado Romanelli, eu tenho muito respeito por V. Exa. e pelo Governo que eu ajudei a eleger. Se a V. Exa. perceber, eu tenho votado sempre com o Governo, mas não vou me calar quando eu achar que o Governo está cometendo erros. Por exemplo, o Governador foi a Ponta Grossa, na eleição, está aqui a fita - depois

eu vou mandar para o Governador esta fita, que não foi ao ar ainda, irá amanhã, no rádio, esta denúncia sobre uma obra feita em Ponta Grossa, que foi feita de forma correta, que não foi recebida, que está bichada, que está estragada e que o próprio Governador, quando foi lá, disse: “Olha, isso aqui não está bom, arrumem”. Agora, para surpresa minha fui procurado hoje, por um membro dessa empresa que fez o serviço e que não recebeu, para dizer que está tudo errado, está tudo mal feito - é o Hildebrando de Souza, Deputado Plauto - aquela ampliação do cadeião. Está tudo errado. Os presos estão fugindo, porque foi mal feita a obra. O empreiteiro diz aqui, eu vou colocar na rádio amanhã, mas antes eu vou mandar ao Governador.

Isso é ajudar o Governo. O Governo está fazendo uma fiscalização nas obras, vou mandar a ele que fiscalize essa obra também, porque é uma obra importante, se bem feita. Não uma obra mal feita e que coloca em risco a segurança pública da nossa Cidade e dos Campos Gerais.

Por isso, Deputado Romanelli, eu vou continuar com essa convicção, eu quero ser um Deputado da Base do Governo, mas, não laranja. Eu não vou ser laranja de ninguém. Eu vim aqui nesse mandato para trabalhar os interesses do povo, nesse Governo que eu ajudei a eleger, eu tenho mais responsabilidade.

O Governo anterior eu não havia ajudado a eleger, agora, esse Governo eu ajudei a eleger. Eu tenho por obrigação fazer esse manifesto e, peço que se respeite a vontade do Governador. O Governador disse aqui, que não se deve deixar de aprovar os requerimentos. Ou mudou, mudou? Então está bom, Deputado Romanelli, pergunto: mudou? O Governador pediu para mudar? Eu só queria fazer esta pergunta a V. Exa.. O senhor pode me responder? Não é mais isto aqui? Eu só quero saber se eu pego isto aqui e faço assim... (rasgando os papéis)... rasgo isto! Faço isto! Só quero saber isto, porque senão não adianta.

O Sr. Luiz Cláudio Romanelli (PMDB) (Aparte)

Acho em primeiro lugar que é um desrespeito V. Exa. rasgar um papel e jogar neste Plenário. Mas, este é um direito seu, enfim. Só acho de muito mau gosto. Mas, em todo caso, é um direito seu.

Olha, eu fui recentemente ao cinema assistir um filme chamado Tróia. Provavelmente o senhor deve conhecer a história de Tróia.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Não sou muito de cinema, não.

O Sr. Luiz Cláudio Romanelli (PMDB) (Aparte)

Pois é, mas procure se informar sobre Tróia e o significado. O fato, Excelência, é que os requerimentos que têm sido apresentados neste período, especialmente por V. Exa. tem sido, de fato, muito interessantes. Alguns estranhos. Eu fiz ontem um levantamento e dos pedidos de informação aqui apresentados, 80% nós encaminha-

mos pela aprovação. Oitenta por cento deles. E muito provavelmente, Deputado Jocelito, nós continuaremos com esta índice altíssimo de aprovação de requerimentos e de pedidos de informação.

Fui Deputado nesta Casa, da Oposição...

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Estou me lembrando. Estou lendo sua biografia.

O Sr. Luiz Cláudio Romanelli (PMDB) (Aparte)

E quem foi Deputado comigo sabe que fiz vários pedidos de informação. Meus pedidos de informação sempre foram muito bem fundamentados. Sempre utilizei este instrumento, que é o mecanismo regimental...

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

E foram todos aprovados?

O Sr. Luiz Cláudio Romanelli (PMDB) (Aparte)

Não. Muitos foram rejeitados. E muitos foram fruto de negociação que tive com o então Líder do Governo, Deputado Valdir Rossoni, que me fornecia as informações que eu demandava e não era necessário, eu retirava o pedido de informação.

Penso eu que nós devemos restabelecer esta relação respeitosa que todos nós devemos ter - e claro que nós temos, felizmente - mas, fundamentalmente de princípios que devem nos nortear. V. Exa. não precisa, como integrante da Base do Governo...

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Muito obrigado, Deputado Romanelli.

Meu tempo está terminando. Agradeço seu aparte. V. Exa. use o horário do PMDB para falar. Sr. Presidente, gostaria que garantisse a minha palavra para eu encerrar o pronunciamento.

O Sr. Deputado Antonio Belinatti (PP)

Solicito um aparte.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Eu só queria encerrar, porque não dá mais tempo, meu tempo está terminando, para dizer ao Deputado Romanelli: V. Exa. não respondeu o que lhe pedi.

Eu lhe perguntei se mudou... Pode deixar que eu vou juntar o papel, deixa aí que eu vou juntar, fui eu quem fez a confusão...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Aliás, em tempo. Eu iria solicitar a V. Exa., como homem bem educado que é, que junte os papéis que V. Exa. rasgou.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Pode ter certeza que eu o faria, Sr. Presidente. Até porque isto aqui é um desabafo. Porque eu li, aqui, o que o Governador fez quando foi Deputado. Eu li o que o

Requião pregava. Li o que o Requião disse quando assumiu esta Casa. E li, agora, o que ele disse quando assumiu a Legislatura. E o Deputado Romanelli não me respondeu. Mudou? Então está bom, a partir de hoje ninguém mais apresenta requerimento. Nós temos três confusões graves no Paraná acontecendo e ninguém quer investigar...

O SR. DEPUTADO FELIPE LUCAS (PPS) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, queria registrar a presença do Prefeito de Imbituva, Celso Kubaski, junto com seu Secretário de Meio Ambiente, que nos visitam.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Que sejam bem-vindos.

O SR. DOUGLAS FABRICIO (PPS) (Pela Ordem)

Queria registrar a presença do nobre Vereador Carlos Koch, da Cidade de Campo Mourão, que está aqui conosco, hoje.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Seja bem-vindo, nobre Vereador.

O SR. DEPUTADO ELTON WELTER (PT) (Pela Ordem)

Também queria registrar a presença do Presidente da Câmara Municipal de Guaíra, Josefino Xavier, popular “Ferroquina”; o Antonio Lopes, também Vereador daquela Casa; Gabriel Moura, Coordenador do SINE; Almir Bueno, Secretário de Ação Social; e o Valmiro, que é uma liderança comunitária da Cidade de Guaíra.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Devidamente registrado.

No Horário das Lideranças, consulto o PMDB se fará uso do seu tempo.

Com a palavra o Sr. Deputado Stephanes Júnior.

Liderança do PMDB: Deputado Stephanes Júnior

O SR. STEPHANES JÚNIOR

Sr. Presidente Nelson Justus, meus colegas Deputados e Deputadas; senhoras e senhores.

Eu pedi para falar no horário do PMDB porque acho que este tema que vou abordar é muito importante para nós, no dia de hoje.

Nós temos, hoje, uma discussão do Projeto de Lei 54/07, que autoriza o Poder Executivo, mediante decreto, proceder à transformação de cargo de provimento em comissão, desde que não haja qualquer aumento de des-

pesa. Acho que isso é uma metodologia de trabalho boa desde que não gere maiores despesas.

Fui Secretário de Estado da Administração do Paraná, cuidei da folha de pagamento, durante quatro anos. Quando entrei no Estado, tínhamos uma folha de aproximadamente 70%; quando saí estava em 60; aumentou a arrecadação; nós criamos a PARANAPREVIDÊNCIA, que fez com que os aposentados passassem a ser puxados por um novo fundo e com isso começou a desonerar a folha. Fizemos alguns julgamentos na folha, contém vários penduricalhos também e algumas coisas legais, mas o fato é que eu entendo um pouco desse assunto.

Qual é a minha preocupação? A preocupação que eu quero passar, principalmente ao meu Líder de Partido, o Waldyr Pugliesi e ao Líder do Governo, Romanelli.

Nós temos uma outra lei que permite - sei que o Requião não usaria dessa forma - mas permite a concessão de encargos especiais até o valor do DAS-1, em qualquer dos atuais cargos. No momento em que nós possamos subdividi-los e a outra lei continuar prevalecendo e nós tenhamos condições de dar encargos especiais até o valor do DAS-1, nós podemos - não que o Requião vai utilizar assim - mas o próximo Governador poderá pegar um DAS-5, dividir em dois o valor e dar encargos especiais nos dois até o valor de DAS-1.

Já que é uma discussão ainda, não é uma votação, vou votar de acordo como o Líder quiser, mas acho que deveríamos tratar da outra lei de encargos especiais, porque senão, em termos técnicos, nós vamos estar dando condições, sem nenhum aumento, de você pegar os atuais cargos e remanejar como achar que deve. Acho que aí está nota 10, mas tem outra lei que pode pegar qualquer um desses cargos criados e dar encargos especiais até o valor de DAS-1. Então, queria fazer esse alerta para a Casa.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Ainda no Horário das Lideranças, consulto o PSDB se fará uso do seu tempo.

(Declina)

Consulto a Liderança do PFL. Com a palavra o Sr. Deputado Plauto Miró.

Liderança do PFL: Deputado Plauto Miró

O SR. PLAUTO MIRÓ

Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados.

Tenho acompanhado, analisado, escutado e observado a atitude dos Parlamentares desta Casa. Um novo mandato, novos Deputados, muitos reeleitos, novos eleitos, alguns apoiando os projetos do Governo do Estado do Paraná e um bloco maior na linha de Oposição ao atual Governo.

Já há alguns mandatos nós estamos participando na Assembléia Legislativa do Paraná e vi Parlamentares do

PMDB e do PT, lá no Governo anterior, na década de 90, fazer oposição ao ex-Governador do Estado do Paraná. E os que hoje fazem uma linha de oposição, questionando a forma de governar do atual Governador do Paraná, eram Situação. E eu vi lá no passado, Parlamentares do PMDB e do PT questionarem por inúmeras vezes como agia a Bancada do Governo. E, pasmem! Parece-me que a página da história virou e o comportamento dos Parlamentares também.

Hoje, vejo aqui na Assembléia Legislativa do Paraná, pedidos de informação sendo encaminhados por Parlamentares, por ser uma prerrogativa do Parlamento, dos Deputados, que é fiscalizar, todos eles não sendo aprovados.

Vi, há minutos atrás, o Deputado Jocelito Canto bravo porque aqui quer cumprir com o seu dever no Parlamento, tentando buscar informações junto ao Governo do Estado do Paraná, e infelizmente os seus requerimentos não passam. Porque aqueles que no passado agiam de uma forma, hoje estão agindo completamente diferente daquilo que falavam.

Vi o Deputado Jocelito Canto encaminhar três requerimentos pedindo informações: uma da Paraná Ambiental, outra da SANEPAR. Denúncias do Procurador-Geral do Estado de que irregularidades existem na empresa SANEPAR. E, até agora, nada foi explicado ou muito pouco, para o povo paranaense.

O Procurador-Geral do Estado é o Delegado do Estado, o homem que cuida para que o Estado ande dentro da lei. Infelizmente, ele trouxe uma série de denúncias, mostrando irregularidades, e pouco se fez.

Vimos aqui, o Deputado Marcelo Rangel apresentar um pedido de informação sobre os gastos de publicidade nos anos de 2005 e 2006, querendo saber quanto foi gasto pelo Governo do Estado do Paraná. Também o requerimento dele foi derrubado pela Bancada do Governo.

Vi aqui o Deputado Valdir Rossoni encaminhando um pedido de informações sobre o vínculo do PT com a PAVIBRAS. Também o pedido de informações foi derrotado pelos integrantes da Bancada do Governo.

Outros tantos pedidos de informações de Deputados da Oposição foram derrubados.

Está aí uma situação: no último Governo do Requião todos os pedidos de informações passavam. E as respostas chegavam, certas ou não, mas chegavam. E nós tínhamos uma resposta do Governo, com relação à vontade e o nosso dever de fiscalizar. Mas, agora não acontece mais. Isso me preocupa, porque quem esconde, quem autoriza, quem não aprova um pedido de informações dá a entender que está escondendo alguma coisa. Dá a entender que está “varrendo para debaixo do tapete” coisas indevidas.

Aqui quero deixar registrado, para que todos os Parlamentares desta Casa vejam bem o que estão fazendo. Em especial aqueles que lá defendem as ações do Governo do Estado do Paraná. É democracia, é o Par-

lamento. Tem os que apóiam e tem a Oposição. E é muito importante ter os dois lados, só que temos que deixar claro aquilo que está acontecendo nesta Casa de Leis. Tudo que queremos saber, todas as denúncias que acontecem, todas as irregularidades que acontecem são trazidas à tona. Não conseguimos investigar, não conseguimos buscar explicações.

Espero que os Parlamentares que compõem a base do Governo mudem o seu comportamento. Façam o que fizeram nos últimos quatro anos quando os pedidos de informações eram aprovados e as respostas vinham. Acho que isso faz parte e é uma obrigação nossa, nós que fomos eleitos pelo voto popular, para podermos dar resposta à população, do que está acontecendo com o dinheiro que é arrecadado através dos impostos.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Horário do PT. Concedo a palavra ao Deputado Péricles de Mello.

No horário do PP, peço ao Deputado Antonio Belinati que aguarde.

Liderança do PT: Deputado Péricles de Mello

O SR. PÉRICLES DE MELLO

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Acho que no começo de um Governo é norma que na Bancada que dá sustentação ao Governo existam algumas contradições, senão não há o processo democrático.

Eu, por exemplo, entendo que o requerimento é um direito do Parlamentar. Quando fui Prefeito de Ponta Grossa, mandei uma mensagem à Câmara, que não precisava mais, a partir daquela data, ser votado o requerimento na Câmara. Qualquer Vereador podia encaminhar um requerimento ao Prefeito, na Câmara Municipal de Ponta Grossa, que ele responderia conforme o direito constitucional. Essa é minha posição pessoal, tanto que votei favoravelmente aos requerimentos, a não ser em casos esdrúxulos, que notamos claramente que a intenção do Parlamentar, ao fazer o requerimento, não era investigar, mas trazer questionamentos sem nenhuma lógica. Nesse caso, acho que tem sentido votar contra o requerimento.

Com relação a SANEPAR, Deputado Jocelito, fui Diretor-Administrativo desta durante um ano e dois meses. O processo da PAVIBRAS já havia começado há bastante tempo, mas eu gostaria de dar um testemunho pessoal. A SANEPAR é uma empresa totalmente transparente, onde há mecanismos de controle. São nove diretores e cada um deles têm os seus gerentes, que são funcionários públicos de carreira, que analisam cada processo. Noventa e nove por cento dos cargos de confiança da SANEPAR são exercidos por funcionários de carreira. Cada Diretor analisa o seu processo e, depois, tem uma reunião de diretoria, rigorosamente toda segunda-feira, às

9h da manhã, os nove Diretores se reúnem para discutir pauta e aprovar processos. Acima dos Diretores tem um Conselho de Administração, que é formado basicamente por Procuradores de Estado, além de que nesse Conselho há uma representação dos funcionários da SANEPAR.

Portanto, votei a favor do seu requerimento. O senhor não conseguiu. O senhor pode se dirigir a um Conselheiro, que representa os funcionários, e esse Conselheiro tem todos os poderes para trazer a informação que o senhor desejar.

O processo da PAVIBRAS é complexo. Acho que as pessoas não devem se deixar levar por denúncias vazias, porque é um processo que envolve questões ambientais no atraso de obras. É muito complexo.

No tempo que eu estive lá, quando me manifestei, não vi nenhum tipo de problema. Quero destacar uma coisa importante: quando eu estava na reunião do Conselho Administrativo da SANEPAR, quando foi votado o equilíbrio da PAVIBRAS, o Presidente do Conselho, Sérgio Botto, votou favoravelmente a esse equilíbrio.

Não tem cabimento essa história nos jornais, que o Procurador do Estado, por causa da SANEPAR e da PAVIBRAS - pode ser por outro motivo, mas não o da PAVIBRAS - porque eu estava presente na reunião do Conselho, o Diretor não votava, mas assistia, quando foi votado a favor do equilíbrio, depois de longas discussões passar para o Tribunal de Contas, para ver se podia.

O Presidente da SANEPAR é um homem de grande experiência e está aqui nesta Casa prestando todo e qualquer tipo de informação sobre a questão da PAVIBRAS. Venho aqui defender a SANEPAR pela experiência que tive. É uma empresa transparente, na qual o Governo Roberto Requião teve uma mudança estrutural. Ela caminhava para a privatização. Eu era aqui Deputado, juntamente com os Deputados Plauto, Romanelli, Valdir e fomos derrotados em tudo o que dizia respeito à privatização do serviço público. Tenho a minha consciência tranqüila.

É estranho verificarmos e ouvirmos os Deputados questionarem a questão dos requerimentos. Eu estive nesta Casa e nenhum requerimento foi aprovado, quando o Lerner era Governador do Estado. Para eu conseguir os documentos relativos ao pedágio, foi a coisa mais difícil do mundo. CPI, era absolutamente impossível conseguir no Governo Lerner. É estranho que alguns Deputados do passado, que votaram contra qualquer tipo de requerimento, venham agora colocar questionamento sobre a Bancada de Situação do Governo. Ser Situação não é compactuar ou aceitar todos os parâmetros do Governo. Sou Situação e defendo o Governador Roberto Requião há muito tempo e o apoiei em todas as eleições.

Acho que o PT teve candidato, apoiei o PT no primeiro turno, no segundo turno apoiei o Governador Requião. Quando fui Prefeito tive uma postura de extrema lealdade e continuo sendo leal ao Governador, porque acredito no seu Governo, nas questões estruturais,

na defesa do patrimônio público, nos problemas sociais, na questão da educação.

Agora, claro que em questões pontuais pode haver divergências - é normal que assim seja, este é o processo democrático, verdadeiro e leal.

Hoje, por exemplo, eu votarei favoravelmente ao projeto do Deputado Tadeu Veneri, apesar de que o Governador vetou, mas eu acho que não são coisas que digam respeito à estrutura fundamental do Governo. Voto a favor do projeto do Deputado Tadeu Veneri, porque acho que é um projeto que humaniza as relações de trabalho e as relações de poder e isto para mim é o que legitima o pensamento de Esquerda verdadeiro - construir um mundo mais democrático, mais humano, mais fraterno.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Eu só queria aproveitar e perguntar se V. Exa. esteve lá na SANEPAR e na reunião do dia 07 de março de 2006 o senhor falou em Conselheiros, vários Conselheiros, e V. Exa. que estava nessa reunião, nesse dia o Conselheiro Pedro Henrique Xavier fez um pronunciamento, fez um parecer e disse que não concordava em dar os 41 milhões para a PAVIBRAS - e terminou dizendo: *Sob as bênçãos complacentes deste Conselho, consuma-se agora um caso emblemático de fraude ao princípio de licitação e a SANEPAR que nos orgulhamos, sem dizer nosso Governo, devolveu ao povo paranaense, sai sangrada em 41 milhões - desculpem-me, Srs. Conselheiros, mas não com o meu voto. Curitiba, 07 de março de 2006 - Pedro Henrique Xavier - Conselheiro.* Se não me falha a memória, nomeado pelo Governo. V. Exa. estava nessa reunião? Foi esse voto? E V. Exa. votou a favor?

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT)

Exatamente, eu estava, e não, eu não votei. Deixa eu explicar, Deputado. O que eu quis dizer aqui é que o Conselheiro Sérgio Botto de Lacerda votou favoravelmente. Então, não tem sentido dizer que a saída do Sérgio Botto do Governo é pelo fato dessa votação da PAVIBRAS, porque ele, enquanto Presidente do Conselho da SANEPAR, votou favoravelmente ao requerido da PAVIBRAS. Quem votou contra, como o senhor leu corretamente, foi o outro Conselheiro.

O Sr. Jocelito Canto (PTB) (Aparte)

E qual o seu entendimento sobre essa votação?

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT)

Veja bem, eu não fiz uma análise porque eu não votava nesse processo. A minha diretoria discutia aspectos de legalidade. Como esse processo vinha muito antes de eu estar na SANEPAR, eu não dei um parecer sobre este processo, especificamente. Agora, o que eu digo é

que a SANEPAR tem transparência, eu acho que é um processo complexo, eu acho que as pessoas devem investigar este processo.

O Sr. Jocelito Canto (PTB) (Aparte)

Mas me permite, Deputado, V. Exa. não foi o que fez o pagamento desses ou o senhor não era do Conselho?

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT)

Quem faz o pagamento é a Diretoria Financeira e a Presidência. Agora, eu como Diretor, também devo ter assinado alguns processos. Veja bem, mas é importante, é importante...

O Sr. Jocelito Canto (PTB) (Aparte)

O Conselheiro diz, e esse Conselheiro, pelas informações que se tem, é um homem de muito respeito e ele diz aqui: “me desculpem, Srs. Conselheiros, não com o meu voto” - é uma sangria de 41 milhões do povo do Paraná.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT)

Sim, quem aprovou esse... foi o Conselho da SANEPAR que tem o poder maior na SANEPAR. Nesse Conselho houve divergências. O Presidente do Conselho tinha uma posição favorável. O outro Conselheiro votou contra, deu o seu voto por escrito. Então, é uma questão contraditória. Agora, pelo entendimento que eu tenho, é uma questão muito complexa. O Presidente Stênio virá aqui explicar a questão PAVIBRAS e a mim não ocorreu nenhum tipo de irregularidade. Deve ser investigado, eu acho que a SANEPAR não se preocupa com isto, o senhor tem razão em investigar. Agora, eu tenho a consciência muito tranqüila, porque acho que a SANEPAR é transparente, que tem todas as formas de controle, e o processo da PAVIBRAS é muito complexo, porque envolve questões ambientais, atraso de obra por embargo do IAP, o que levou a este tipo de reajuste. Agora, deve ser investigado. Esta é a minha posição.

Por último, Sr. Presidente, Srs. Deputados, estou encaminhando um requerimento à Mesa e passo a ler.

(Lê:)

Senhor Presidente

Cumprimentando-o cordialmente, venho pelo presente REQUERER a V. Sa. a realização de uma Sessão Solene para o dia 26 de abril próximo (quinta-feira), a partir das 9h30, com o objetivo de comemorar os 60 anos de fundação da Associação dos Professores do Paraná - APP-Sindicato.

A entidade, que representa os trabalhadores da Educação no Estado, foi fundada em Curitiba, nesta mesma data, em 1947. Em todos esses anos a APP-Sindicato esteve à frente de importantes conquistas da classe docente. Dentre elas, está a criação da lei para regulamentar a profissão, a reestruturação da tabela salarial e a conquista de um novo plano de carreira. Fará uso da

palavra nesta data o Presidente da APP-Sindicato, o professor José Rodrigues Lemos.

Atenciosamente,

(a) PÉRICLES DE MELLO

Deputado Estadual - PT

Então, eu gostaria de solicitar desta Casa que fosse realizada Sessão Solene, pela importância histórica que tem a APP para o Paraná, não só para os trabalhadores da Educação, professores e funcionários, mas por toda a história das conquistas democráticas de nosso Estado e do nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Com a palavra, Deputado Antônio Belinati, no horário do PP.

Liderança do PP: Deputado Antonio Belinati

O SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O nosso tema não é político, mas sim, um tema que deve ser debatido com paixão, com amor e com muita profundidade por todos os Parlamentares, não só da Assembléia Legislativa mas do Brasil e do mundo. A imprensa nacional está fazendo uma crítica ao nosso Estado, ao Paraná, no tocante a área da Saúde.

Eu me recordo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, que um prédio muito antigo da Secretaria de Saúde do Paraná, bem na área central, próximo a antiga estação rodoviária, ele tem bem em cima escrito uma frase marcante: - “A Saúde do povo é a suprema Lei.” Foi até esse slogan muito utilizado também por um amigo nosso, Deputado Cheida, que chegou também ao cargo de Prefeito de Londrina, Dalton Paranaçu, que já foi Secretário de Saúde do nosso Estado.

Analizando o que tem ocorrido na área da Saúde: que tristeza vemos a pobreza de pequenos Municípios que colocam em ambulâncias, em outros veículos, até mesmo em caminhões, trabalhadores, trabalhadoras, pessoas doentes, pessoas morrendo e despejam os enfermos nas cidades de porte médio ou nas Cidades grandes. Muitas vezes chegam até a abandonar o paciente, que depois de atendido ou não atendido, fica sem dinheiro até mesmo para retornar para sua cidade de origem.

Já abordamos aqui a falta de vagas nas UTIs, que tem matado gente aqui no Paraná. Falta de vagas nas UTIs, não é na África, é aqui, numa das terras mais abençoadas por Deus! É difícil no planeta Terra um pedaço de chão tão produtivo, tão bom, como é o solo do Paraná! Num lugar se produz café, no outro a soja, no outro hortelã, o ramí, o algodão, o arroz, o feijão, tem a área da pecuária, temos mar aqui, temos grandes rios, é um Estado privilegiado, o Paraná, no tocante àquilo que Deus nos proporcionou! E é muito triste, Sr. Presidente, Srs. e Sras. Deputados, vemos que num Estado tão pujante

como o Paraná nós ligamos a televisão, o rádio, abrimos os jornais e está virando uma coisa quase que rotineira, estampado ali que morreu gente porque não pode ser atendido! A imagem, estampada na televisão, de doentes que passam a noite toda na porta do hospital, jogados pelos corredores, esperando em cima de macas pelo atendimento que não chega! Alguns, não é exagero, Sr. Presidente, minha querida Deputada Cida Borghetti, meu querido Deputado Ribas Carli, não é exagero, mas é a dura realidade, gente morrendo no Paraná por absoluta falta de atendimento na área de Saúde!

Faltam até médicos em pequenas cidades, faltam mais hospitais, faltam mais leitos nos hospitais já existentes, faltam mais enfermeiros, enfermeiras, atendentes, profissionais. Falta mais investimentos na área da Saúde. E qual é a crítica que hoje está estampada na imprensa nacional, Deputado Valdir Rossoni, sobre o Paraná? É que a Constituição, no tocante a área da Saúde, está sendo violada, aqui, ela não está sendo respeitada. Diz a Constituição que é dever, que é obrigação do Governo investir pelo menos 12% da arrecadação na área da Saúde, o mínimo. O bom seria que pudéssemos dizer que a Constituição obriga a autoridade a investir 12%, mas aqui, graças a Deus, está investindo 20% ou 30% na área da Saúde, investindo além do que diz a Constituição, na própria área da educação, na área da segurança pública, também crítica. O que nós temos em mãos é que o orçamento na área de Saúde no Paraná em 2006 foi 1 bilhão 262 milhões 937mil 697 reais o estabelecido no orçamento. E a imprensa nacional está batendo, está dando um puxão de orelha no Paraná, porque aqui os 12%, mínimo estabelecido na Constituição, que o Governo tem que investir na área de Saúde, está sendo investido apenas 8,86%.

Então falta para complementar o mínimo estabelecido na Constituição o investimento de mais 3,14% que é o mínimo estabelecido na Constituição no Brasil. Em resumo, deixou-se de aplicar como manda a Constituição. Não é a Assembléia, é a Carta Magna, é a Carta Soberana, é a Lei Maior que rege todos nós brasileiros. Esses 3,4% que faltaram para completar o mínimo de 12% da execução do orçamento para a área de Saúde significa que o Governo não investiu na área de Saúde, aqui, ficou faltando o investimento de 39 milhões 687 mil 643 reais e 80 centavos.

Sr. Presidente, em números redondos, faltam quarenta milhões para completar o mínimo, que é o que está no orçamento na área de Saúde para se chegar aos 12% determinado pela Carta Maior. Deputado Romanelli, com mais de quarenta milhões da área da Saúde, quantos novos leitos hospitalares? Quantas novas ambulâncias? Quantos novos médicos? Quantos novos enfermeiros? Quantos milhares de frascos de medicamentos poderiam ser adquiridos com esse dinheiro e quem sabe salvar a vida de quem está enfermo? Garantir saúde, porque não basta viver com enfermidade que muitas vezes tem cura e

não é curada e muitas vezes leva o paciente para o cemitério, porque é pessoa pobre, carente, que não tem dinheiro para comprar o remédio, não é internado quando está passando mal, não tem alguém para socorrer, para salvar a sua vida.

Então, Sr. Presidente, espero que logo possamos voltar a esta tribuna, não para criticar a falta de investimentos na área da Saúde, não para criticar porque estão investindo menos do que manda a Constituição.

Queira Deus, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, que possamos, logo, poder voltar aqui, quem sabe, para enaltecer o Governo, as autoridades, e dizer ao Brasil que aqui a saúde do povo, como está lá no alto daquele prédio da antiga Secretaria, que aqui verdadeiramente a saúde do povo...

O Sr. Cleiton Kielse (PMDB)

V. Exa. me concede um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Deputado Belinati, terminou o seu tempo, então não é mais possível conceder aparte. Estou lhe dando tempo apenas para conclusão.

O Sr. Cleiton Kielse (PMDB)

Gostaria de usar o Horário da Liderança do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

V. Exa. vai usar a Liderança do Governo depois.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Encerro o meu tempo. Tenho a impressão que o Deputado Kielse vai trazer uma grande notícia, que vão finalmente, investir o mínimo de 12% na área de Saúde, para dar vida, mas uma vida com muita saúde e dizer ao Brasil: “aqui no Paraná, a saúde do povo é a suprema lei”.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Deputado Kielse, V. Exa. está inscrito no Horário da Liderança do Governo, devidamente permitido pelo Líder, Deputado Romanelli.

O SR. ELTON WELTER (PT) (Pela Ordem)

Para registrar a presença do Presidente da Câmara Municipal de Iporã.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Devidamente registrado. Obrigado pela presença. Bloco PPS/PMN.

Com a palavra, o Sr. Deputado Douglas.

Liderança do Bloco PPS/PMN: Deputado Douglas Fabrício (PPS)

(Lê:)

“Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O Paraná está produzindo, este ano doze milhões de toneladas de soja. Um recorde. Desse total seis a sete milhões de toneladas, mais da metade de tudo que se produzirá, será de soja transgênica.

Segundo informações de várias instituições, o volume de sementes de soja transgênica que está sendo colhida este ano, para plantio na próxima safra que começa em setembro, tem um aumento de mais de 30%. Isto significa que o Paraná deverá plantar mais de oito milhões de toneladas de soja transgênica para ser colhida e comercializada em 2008.

Contudo, os produtores rurais podem não usufruir das vantagens que essa semente proporciona, simplesmente porque não poderão utilizar a tecnologia inerente à soja transgênica. Utilizando-se de uma lei estadual que regula a comercialização de defensivos agrícolas e exige o cadastramento de produtos, o Governo do Estado quer proibir o uso do glifosato na pós-emergência.

Ocorre que a soja transgênica é uma cultura que foi desenvolvida justamente para aceitar a aplicação do glifosato na pós-emergência da planta. Esse agroquímico específico elimina as plantas daninhas, mas preserva a soja.

O uso do glifosato na pós-emergência dispensa o uso dos demais agrotóxicos para combater invasoras de folhas largas, folhas estreitas e os que mais infestam uma lavoura, reduzindo enormemente a agressão ao meio ambiente. Além do mais, dada a sua formulação, o glifosato se torna inerte na natureza depois de alguns dias de sua aplicação. Estes são dados disponíveis a qualquer pessoa pela internet. Inclusive para autoridades e técnicos do Governo do Estado.

Trata-se, assim, de uma dupla vantagem: reduz os custos de produção e ao mesmo tempo tem efeito benéfico no meio ambiente em relação ao plantio da soja convencional.

De acordo com estimativas, o plantio da soja transgênica, pelo uso do glifosato, proporciona uma economia aos produtores da ordem de R\$ 200,00 por hectare. Se levarmos em conta que na próxima safra deverão ser cultivados algo em torno de dois milhões de hectares, a economia para os produtores somaria R\$ 400 milhões.

Essa é uma quantia expressiva que não pode ser ignorada, mormente levando-se em conta os prejuízos que os produtores rurais do Paraná vêm sofrendo desde o segundo semestre de 2004, por conta de três sucessivas e graves secas e a queda do dólar, que deprimiu os preços pagos no campo.

A conjugação desses dois fatores negativos - seca e câmbio - acrescido da ocorrência da febre aftosa, proporcionou um prejuízo de R\$ 9,8 bilhões de reais aos produtores paranaenses nesse período, levando-se em conta a comercialização de um ano comum, como foi 2003. O alongamento dos débitos promovido pelo Governo Federal conseguiu apenas amenizar a absorção desse prejuízo, mas não eliminá-lo.

Por uma outra conjugação de fatores - dessa vez positiva - os preços de algumas commodities agrícolas reagiram no mercado internacional a ponto de torná-los interessantes mesmo com o câmbio defasado.

A decisão dos Estados Unidos de utilizar o álcool do milho como combustível teve o condão de aumentar o preço desse cereal no mercado internacional, por conta da expansão do seu plantio e conseqüente redução no plantio da soja, levou em seu vácuo o preço da soja.

Isso não significa que esses preços estejam excepcionais, apenas que se tornaram palatáveis para os produtores, com possibilidades de iniciar uma retomada dos anos bons para a agricultura.

Mas no Paraná, onde a soja tem um peso extraordinário, esta retomada potencial está enfraquecida pela política do Governo do Estado, que insiste em combater os produtos transgênicos, na contramão do que ocorre hoje no mundo inteiro.

Apenas para identificar esse peso, basta dizer que até 2004 a soja representava 25% do Valor Bruto da Produção, com R\$ 7 bilhões e, com a mesma área plantada, caiu para 16% no ano passado, apenas R\$ 3,9 bilhões, em cálculos feitos pelos órgãos representativos dos agricultores com base em dados do DERAL da Secretaria da Agricultura.

Essa ojeriza incompreensível ao desenvolvimento da agropecuária vem desde o início do Governo Estadual, em 2003, quando o Governo Federal, em três medidas provisórias transformadas em lei, permitiu o plantio de soja transgênica. Com a sanção da Lei de Biossegurança, Lei 11.105 de 24 de março de 2005, o cultivo desse produto foi liberado.

Com base numa lei estadual, considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, o Governo do Estado tentou primeiro proibir o plantio e o transporte de soja transgênica. Como perdeu na Justiça, o Governo tentou criar embaraços proibindo o embarque do produto no Porto de Paranaguá. Novamente perdeu na Justiça.

Numa outra tentativa, usou da Lei Estadual dos Agrotóxicos para impedir o uso do glifosato na pós-emergência da planta, como uma forma para impedir que o produtor rural pudesse colher o que plantou, ou então se sujeitasse a gastar muito mais com o uso dos defensivos receitados para a soja convencional. E poluir muito mais, também.

Os agricultores paranaenses obtiveram liminar em mandado de segurança que assegurou o direito ao uso do glifosato, argumentando que o produto estava devidamente registrado no Ministério da Agricultura, com pareceres favoráveis da ANVISA e do IBAMA.

Infelizmente a liminar foi cassada recentemente pelo Tribunal de Justiça a pedido do Governo do Estado.

Sobre este assunto, há questões para reflexão.

A primeira delas - mas não a mais importante - é a discussão a respeito do glifosato usado na pós-emergência. Ora, trata-se de um produto antigo cuja patente inclusive já caducou, sendo sua produção livre para qualquer

laboratório. Não se trata, portanto, de um monopólio de uma multinacional.

Os seus efeitos, tanto no meio ambiente, em relação à fauna e à saúde humana são sobejamente conhecidos, a ponto de ter sido registrado no Ministério da Agricultura e cadastrado na Secretaria da Agricultura para uso pré-emergente há muitos anos.

O seu uso pós-emergente também foi aceito pelo Ministério da Agricultura com apoio da ANVISA e do IBAMA. E certamente também pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNbio que aprovou o plantio da soja transgênica RR conforme estabelece a Lei de Biossegurança. Como a tecnologia da soja RR requer o uso do glifosato na pós-emergência, o pressuposto é que automaticamente o produto estaria liberado.

É preciso também levar em conta nessa questão que o registro do produto no Ministério da Agricultura é muito mais importante que o seu cadastramento na Secretaria da Agricultura.

Com o registro no Ministério já estão resolvidas as preliminares a respeito do meio ambiente e da saúde. O cadastramento destina-se apenas para efeito de fiscalização.

A Constituição Federal, no seu artigo 24, diz que compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre vários assuntos, entre os quais a conservação da natureza, a defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição.

Mas a competência é apenas no sentido de concorrer, isto é, contribuir, cooperar, ajudar e nunca no sentido de opor-se. Assim, se a legislação brasileira diz que tal direito é válido, o Estado não pode contrapor-se e proibir.

Se a legislação brasileira liberou o plantio da soja transgênica, a nenhum Estado da Federação é dado o direito de proibir. Foi o que levou o Supremo Tribunal Federal a cassar a lei estadual de proibição do transgênico.

É esse conceito de direito que nos leva a questão mais relevante deste triste episódio: a Constituição Federal dá aos produtores rurais o direito de escolher o que quiserem produzir. Governador nenhum tem o direito de tolher esta liberdade, como infelizmente tem ocorrido no Paraná.

Se o plantio da soja transgênica é legal, se o uso do glifosato na pós-emergência faz parte inerente da tecnologia de plantio dessa soja transgênica, não há porque proibi-lo.

O fato das empresas fabricantes não terem cadastrado seus glifosatos ou o Governo do Estado estar sempre exigindo algo mais das empresas que pediram o cadastro, não pode penalizar os produtores rurais.

De mais a mais, já há registro no Ministério, o que torna o glifosato pós-emergente de uso legal em todo o País. Forçar uma situação para castigar o produtor que optou livremente, com base na Constituição Federal, por

produzir soja transgênica, é um ato de força, de discriminação, injusto e ilegal.

A insistir nessa tática o Governo do Estado demonstra pouco caso em relação aos produtores rurais do Paraná. E mais, não quer que esses produtores tenham uma renda melhor que ajude a pagar os prejuízos que tiveram nestas últimas safras e possam dar um salto qualitativo em suas colheitas.

Querer que o Paraná seja, à força, uma ilha de produtos convencionais é desconhecer o mercado mundial. Hoje planta-se produtos transgênicos no mundo inteiro, inclusive nos Países da União Européia. Aceita-se produtos transgênicos no mundo inteiro, inclusive na China, exemplo constante das autoridades estaduais como um País que discrimina os produtos geneticamente modificados. Aceita sim. Compra da Argentina, dos Estados Unidos, do Canadá, onde os transgênicos - não apenas soja, mas também milho, algodão - são largamente produzidos.

A rejeição dos transgênicos pelo mercado é, portanto, uma desculpa inaceitável até pelas informações dos fluxos de commodities no comércio internacional.

A persistir esta situação, os produtores continuarão sendo castigados. Castigadas serão também as populações do interior, cuja economia gira em torno da produção agropecuária. O Estado todo é prejudicado por essa teimosa posição do Governo Estadual.

Afinal, o Governo do Estado deve defender os direitos constitucionais de seus cidadãos e não ofender esses direitos, mesmo que de forma indireta como vem fazendo ultimamente.

Conforme minhas manifestações anteriores, não se pense que a defesa dos direitos dos agricultores plantar produtos transgênicos represente um desprestígio ao produto orgânico, convencional. Sou favorável ao desenvolvimento da ciência e ferrenho defensor da liberdade de iniciativa. Devo satisfação aos agricultores do Paraná, em especial aos de minha região de atuação, a COMCAM, que nos cobram de maneira incessante.

Faço um apelo às nossas autoridades para que resolvam esse problema da forma mais urgente possível, uma vez que as decisões sobre plantio são tomadas com antecedência de meses. Peço também a meus Pares desta Assembléia e que fazem parte da Bancada do Governo que ajudem a incutir bom senso nas atitudes dessas autoridades.

Muito obrigado”.

O Sr. Luiz Eduardo Cheida (PMDB) (Aparte)

Deputado Douglas Fabrício, muito rapidamente, dizendo a V. Exa. que essa questão da transgenia na soja é altamente polêmica, como todos nós sabemos. A experiência que o Brasil e o mundo têm com relação a transgenia da soja, não autoriza um posicionamento assim tão certo a respeito do glifosato. Há outros estudos. Agora, recentemente, na tarde de hoje, a Europa está denunci-

ando alterações humanas através do consumo de milho transgênico. Essa é uma questão séria.

Não quero tirar o valor e o brilho do seu posicionamento, mas acho até que esse é um tema que nós deveríamos procurar debater aqui na Casa, de uma maneira dasapaixonada, ouvindo inclusive os cientistas, não apenas do Paraná, mas do Brasil e até quem sabe de outros países, para que nós pudéssemos nos orientar com relação a isso. A posição do Executivo, é claro, mas a Assembléia Legislativa nunca teve um posicionamento próprio a este respeito.

Gostaria de então solicitar a V. Exa. que pudesse pensar sobre o assunto e quem sabe nós pudéssemos ter, aí sim, uma avaliação própria do Legislativo paranaense a respeito dessa questão da transgenia e, em especial do uso do glifosato, que é como eu disse, extraordinariamente questionável, até este momento.

Agradeço pelo aparte.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Sou eu quem agradece.

E que também meus Pares nos ajudem, proporcionando esta discussão, como citou o nosso brilhante Deputado, para que possamos trabalhar favoravelmente ao desenvolvimento do Paraná.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

No horário destinado à Liderança da Oposição, com a palavra o Deputado Valdir Rossoni.

Liderança da Oposição: Deputado Valdir Rossoni (PSDB)

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados; permito aparte ao Deputado Belinati, antes de iniciar minha fala.

O Sr. Antonio Belinati (PP)

Nobre Deputado Valdir Rossoni, eu queria fazer um reparo e pedir perdão a esta Casa e aos jornalistas, porque a Dr^a Ana Beatriz acabou de me trazer o relatório oficial sobre a área da Saúde. E o problema é muito mais grave do que eu havia afirmado, aqui, na informação parcial, preliminar.

O orçamento da área de Saúde do Paraná, do ano passado, foi de fato, de R\$ 1.263.937.697,00. Pela Constituição o Governo tem a obrigação, o dever, de aplicar no mínimo 12% do orçamento na área da Saúde. Mas, aqui, o Paraná aplicou apenas 8,86%.

Então, em dinheiro, o Governo do Paraná investiu do orçamento da área de Saúde, R\$ 933.207.332,95. Com falta uma diferença de 3,4 para completar os 12%, o Governo deixou de investir, como manda a Carta Maior do Brasil - e daí peço perdão pela informação incorreta - R\$ 330.730.364,05. São mais de 330 milhões que o

Governo não investiu na área de Saúde. Portanto, houve esse furto, conforme a obrigatoriedade pela Constituição.

Muito Obrigado!

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Deputado Belinati, eu ouvi o seu pronunciamento e, também, o pedido de aparte do Deputado Kielse e ele não teve oportunidade de colocar seu aparte. Como ele fará uso da Liderança do Governo, certamente, ele trará números, talvez, que possam nos convencer de uma outra maneira, mas essa questão que V. Exa. falou nós poderíamos incluir no nosso pronunciamento para que os Srs. Parlamentares atentem para o que vamos votar no dia de hoje.

Está na Ordem do Dia, Deputado Carli, um projeto de lei do Poder Executivo pedindo autorização a esta Casa para que aprovemos esse projeto de lei autorizando o Governo a remanejar e transformar por decreto os cargos que o Governo tem em comissão. Não quero dar o encaminhamento a essa questão, mas quero que os Srs. Deputados atentem para o que está acontecendo nesta Casa.

Quando aprovamos o orçamento do Estado, procuramos dar a esta Casa poderes para que quando o Governo precisasse de suplementação precisasse pedir a esta Casa a autorização, porque nós estamos aqui para fazer isso. O Governo vetou e deixou esta Casa completamente sem poderes na questão orçamentária. O Governo não precisa desta Casa para suplementar verba em qualquer área do Governo. Então, quer dizer, tirou poderes desta Casa.

Segundo item que precisa ser atentado, Deputado Luiz Carlos Martins, o Governo, no final do ano passado, encaminhou a esta Casa o Projeto de Lei nº 297/06, onde pede autorização a esta Casa para doação genérica de imóveis de propriedade do Estado, quando sabemos que qualquer doação do Estado tem que ser feita por lei específica. Se fosse um projeto de lei, se fosse a questão orçamentária, mas os pedidos de autorização a esta Casa para o Governo legislar sob decreto vêm aumentando.

Nós podemos observar a pauta. Vamos reconhecer, meus caros Deputados, principalmente os Deputados novos, nós ficamos com uma pauta com inúmeros itens, mas se formos observar é Utilidade Pública, é título de Cidadão Honorário. Por quê? Porque os poderes desta Casa estão sendo usurpados. Nós estamos abrindo mão dos poderes desta Casa e, agora, pasmem os senhores, está chegando ao Paraná a "síndrome chavista". Não quero, aqui, conflitar com quem simpatiza com Chávez, mas o que aconteceu na Venezuela foi que o Presidente Hugo Chávez pediu autorização ao Congresso da Venezuela para que ele governasse por decreto. Guardadas as proporções e se nós formos analisar aqui esses três projetos de lei, da questão orçamentária, da questão da doação de imóveis do Estado e esta última que hoje nós temos no item 3º. O que é que o Governo está pedindo para nós?

Que esta Casa autorize a transformação e o remanejamento de cargos. O que quer dizer com isso, traduzindo isso?

Quer dizer que se o Governo desejar pegar um cargo de uma determinada Secretaria, e disse bem o Deputado Stephanes aqui, um cargo de cinco mil reais e transformar em cinco cargos de mil reais, nós estaremos autorizando se aprovarmos essa lei. Se o Governo também desejar transformar dois cargos de três mil reais em um cargo de seis mil reais, o Governo poderá transformar, por decreto.

Por esta razão, se nós continuarmos neste caminho, daqui alguns dias poderemos nos reunir apenas na segunda-feira para curar a ressaca do final de semana. Porque nós não teremos mais atribuições legislativas nesta Casa. Não estou entrando na questão da constitucionalidade, porque ao nosso ver já encaminhamos na CCJ o nosso voto em separado, alegando a inconstitucionalidade desse projeto encaminhado pelo Governo. Mas me faz crer, acredito ainda que o bom senso vai prevalecer nesta Casa.

Porque hoje, Deputado Waldyr Pugliesi, está governando o Governador do PMDB. Amanhã estará governando um outro Governador. E o que vai acontecer? Cada Governador vai começar uma transformação, um remanejamento dos cargos que daqui alguns dias, nós não sabemos mais como é que está a estrutura do Estado, porque ele fará por decreto.

Por esta razão, estou encaminhando no horário da Liderança da Oposição para procurar iniciar aqui o convencimento dos Srs. Parlamentares Governistas e Oposicionistas, de que não é importante para esta Casa autorizar nenhum Governo, nem dos Deputados hoje Governo.

Mas não é importante nós aprovarmos esse projeto de lei, e o que hoje pode servir aos Deputados do Governo, amanhã poderá não servir. E nós estamos aqui para fazer leis, para aprovarmos ou reprovamos. Quando discutimos a constitucionalidade de uma lei, não é porque sou Governo, porque sou Oposição que vou dizer que é constitucional ou é inconstitucional. O que é importante é termos atribuições, e atribuições que são desta Casa, constitucionalmente.

Por isso, peço aos Srs. Parlamentares, nós termos oportunidade na hora do encaminhamento desse projeto e aí me socorro dos meus companheiros para que me ajudem a acompanhar para tentar convencer os Srs. Deputados. Espero que o bom senso prevaleça nesta Casa e esta Casa não dê mais uma atribuição que é de sua competência ao Poder Executivo, para que ele Governe este Estado sem precisar desta Casa, governando por decreto, que isto, sinceramente, depõe contra todos os Parlamentares deste Poder.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Liderança do Governo, Deputado Cleiton Kielse.

Liderança do Governo: Deputado Cleiton Kielse (PMDB)

O SR. CLEITON KIELSE

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Não venho apenas mostrar o que aconteceu na área da Saúde nesses últimos três anos. Mas, venho realmente fazer um paralelo, Deputado Belinati, nosso amigo de família, sabe que a tradição fala a verdade. E V. Exa. tem tido não só uma defesa da região de Londrina, mas, com certeza, de todos os paranaenses.

Venho fazer um relato do que estamos estudando da área da Saúde do Paraná. Os investimentos em números, talvez alguns que informem paralelos. O que pode ter acontecido apenas na área da Secretaria de Estado da Saúde, talvez esses números não venham a fechar conforme alguns companheiros, e até alguns adversários cheguem a citar que não foram investidos os recursos que esperávamos na área da Saúde.

Venho dizer o contrário, Deputado Zucchi. Eu, por correr mais da metade do Estado do Paraná, tenho acompanhado quase umas cinco dezenas de obras nas nossas cidades.

Vou citar brevemente o caso de Paranavaí, onde o companheiro, está aqui o Deputado Teruo Kato, que há dois anos inauguramos o Hospital Regional totalmente equipado, modificado. E na sexta-feira inauguramos o outro pedaço da Santa Casa que se transformou em Hospital do Noroeste do Estado, num dos mais modernos complexos de saúde do Estado do Paraná. O investimento da ordem hoje, só em Paranavaí, na casa de quase vinte milhões de reais.

Vamos citar alguma coisa mais próxima de Londrina, como o Hospital da Zona Norte, que o senhor ajudou tanto na época que era Prefeito e que hoje está pronto, funcionando; o Hospital da UEL que está recebendo no dia de hoje os equipamentos mais modernos que temos da Medicina, para que os universitários, por meio da Secretaria de Ciência e Tecnologia, e é nisso que quero justificar, que Secretarias de Estado tiveram investimento na área da Saúde de uma forma indireta. Recursos que são oriundos para a saúde e que foram aplicados por dezenas de outros projetos oriundos do Governo do Estado. Citando, também, o Hospital da Zona Sul, lá em Londrina, que também já está em fase de construção e equipamentos já autorizados; o Hospital de Queimados, em Londrina, que também já está atendendo a metade do Paraná. O Hospital que nós até brigávamos, em paralelo ao Deputado Plauto Miró, que é o de Ponta Grossa, junto com os demais Deputados Marcelo, Jocelito, já está com o dinheiro em caixa. E pela burocracia que temos muitas vezes na ação pública, ações e ações se perdem no espaço e no tempo e quem perde, realmente, é o povo.

Mas, vamos citar outros projetos, como o de Paranaguá, na casa de vinte milhões; o de Reabilitação aqui de Curitiba. Talvez o hospital mais bonito que já entrei, que tem um convênio já firmado com o Sara Kubitschek,

em Brasília, aonde, provavelmente, a D. Sara estará aqui para mostrar como vai funcionar o mais moderno do País, Deputado Elio. Uma mudança radical.

Temos o de Francisco Beltrão, os hospitais como o do Norte Pioneiro, o de Santo Antônio da Platina, que de tantos problemas que passamos, Deputado Romanelli, V. Exa. atende aquela região, hoje está funcionando com 26 médicos e as demais dependências estão sendo reformadas e equipadas.

Temos uma lista, aqui, de 65 cidades que estão construindo os Centros da Mulher e da Criança. Vou explicar brevemente do que se trata. É um centro exclusivo, Deputada Beti que vai atender a mulher, normalmente, com o seu filho ou as crianças. Por que essa separação? Uma pesquisa feita há dois anos atrás mostrava que algumas mulheres se intimidavam ao irem a um posto de saúde, com hemorragia. Algumas com problemas sérios e que não se prestavam ao tratamento, exclusivamente, por não terem uma educação prévia, para terem a coragem de se mostrar a um médico. Aí vêm os problemas de câncer tão conhecidos, como o de colo de útero, o de mama, por não terem, preventivamente, tido atendimento.

Neste momento estamos com quase cinquenta milhões de reais, ainda do orçamento passado, sendo aplicados nesses Centros Especiais da Mulher e da Criança. Mas temos mais 85 centros divididos em todo o Estado do Paraná, que serão entregues dentro deste ano, acreditamos, que de 110 a 120 centros exclusivos da mulher e da criança.

O homem é proibido de entrar lá. Para abriremos um precedente, para que tenhamos ginecologistas e obstetras, especialistas no tratamento de doenças exclusivas da mulher, podendo dar uma economicidade nas cidades.

Vou citar parcerias, aqui, - dando um exemplo do meu companheiro Peté de Ibaiti, - que estará recebendo nos próximos dias, quase quinhentos mil reais de equipamentos no Hospital Municipal da Cidade de Ibaiti. Um hospital que nós pegamos falido e que vai ter no aspecto regional um atendimento fantástico, a partir da parceria com o Governo do Estado. Temos tantas coisas para citar do Hospital Militar de Curitiba, do Programa do SAS.

Sabidamente a Emenda Constitucional 29 fez uma separação. Porque em alguns Estados temos ainda o plano de saneamento básico, que também foi feito, baseado no entendimento que seria para a área da Saúde. Nesse período de três anos e meio foram investidos entre Curitiba e Região Metropolitana de Londrina e de Maringá um bilhão e seiscentos milhões de reais. Só nesse sentido teríamos a atenção real que o orçamento teria sido gasto. Vamos descartar o pressuposto que essa emenda não contemple saneamento básico, sabidamente, porque queremos mais.

Vamos falar dos hospitais de pequeno, médio e grande porte. Temos vinte hospitais de grande porte no Estado. Cada hospital recebe, hoje, como não recebia, cem mil reais por mês, fora o contrato que existe com o SUS, recebe do Governo do Estado. Por mês são dois

milhões só para os de grande porte. São mais de quarenta de médio e pequeno porte, entre sessenta e quarenta mil reais por mês, somando mais dois milhões a dois milhões e meio, fora o Programa do Kit Saúde, que todos os Municípios, independentemente da cor partidária, recebem do Governo do Estado.

Fora os projetos que estamos tendo, como o atual, da dengue, que venho salientar a atenção do Secretário de Estado da Saúde - vamos ter a maior equipe de dengue da história do Paraná, contratada nos próximos dias. Infelizmente, alguns não sabem o que é a dengue hemorrágica, mas a Secretaria de Saúde sabe o que significa isso. Vinte pessoas morreram no Paraguai, aqui, cerca de seiscentos, setecentos quilômetros de Curitiba. Estamos tendo esse investimento, fora o que estamos tendo de atenção dos Municípios.

Concedo um aparte ao Deputado Tadeu Veneri. E na sequência ao Deputado Cheida.

O Sr. Tadeu Veneri (PT)

Deputado Kielse, eu entendo a sua preocupação, eu só queria registrar, que a Folha de São Paulo, de domingo, traz uma reportagem sobre os Estados que não cumprem a Emenda Constitucional nº 29. Infelizmente, o Paraná é um deles. Não sou eu que disse. Foi o Tribunal de Contas da União e também todas as auditorias feitas. O Paraná tem gastado em torno de 8,68 dos 12%. Ainda que faça muitas obras, está muito abaixo daquilo que nós precisaríamos gastar.

O SR. CLEITON KIELSE (PMDB)

São obras, Deputado Veneri, que estão em fase de aplicação de recursos. Os recursos estão no caixa do Estado, dando exemplo, desse Centro da Mulher, que só somando esses dois projetos, são 160 projetos em andamento no Estado. Só essa soma chega na faixa de quatrocentos milhões de reais.

Por isso, a contabilidade pública, eu como também tenho praxe como auditor, posso dizer que estamos errando nas prestações de contas. Porque temos o dinheiro parado em fase de aplicação e, pela Lei de Responsabilidade Fiscal, como V. Exa. sabe, hoje nós temos que reter o dinheiro, antecipadamente, a ter realmente a liberação da obra. Por isso, estamos com o dinheiro em caixa, dando andamento nas obras. Mas se o fechamento das contas, pela Folha de São Paulo, pela briga do Governador com a imprensa, seja de uma forma paralela, o que eu estou fazendo, não é defesa do Governo, porque nós não precisamos fazer a defesa.

O Sr. Tadeu Veneri (PT)

É o Tribunal de Contas da União que diz.

O SR. CLEITON KIELSE (PMDB)

Sim, mas foi feita de uma forma equivocada, a prestação de contas. Isso nós vamos trazer os números nas semanas, sem contar as 147 UTIs que foram abertas,

as parcerias com os hospitais particulares, as parcerias com os hospitais municipais e tantas outras coisas que estão sendo feitas. As ambulâncias, os SIATES para o Paraná inteiro. São tantos os projetos, divididos em tantas áreas, que nós poderíamos ficar aqui, falando, no mínimo, mais uma hora e meia.

Nós vamos trazer informações mais concretas das obras em andamento e todos os projetos baseados, não no clientelismo, porque o Governador Requião não é clientelista. Eu deixei muito claro isso com o Governador desde o primeiro momento. Eu nunca aceitaria pedir algo para o Deputado Kielse, em nenhum momento, e sim, para os Municípios do Paraná.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Proposta de Emenda Constitucional, de autoria do Sr. Deputado Antonio Belinati, devidamente apoiada, constante do expediente. **Recebida; protocole-se; publique-se no Diário da Assembléia e em avulsos. Para conhecimento dos Srs. Deputados. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Ofício nº 009/07, subscrito pelo Sr. Deputado Pércles de Mello, constante do expediente, solicitando a realização de Sessão Solene para o dia 26 de abril próximo (quinta-feira), a partir das 09h30, com o objetivo de comemorar os sessenta anos de fundação da Associação dos Professores do Paraná - APP - Sindicato. **À Comissão Executiva.**

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Waldyr Pugliesi, na qualidade de Líder do PMDB, constante do expediente, indicando os nomes dos Srs. Deputados Luiz Eduardo Cheida e Cleiton Kielse para assumirem a Vice-Liderança do PMDB, nesta Casa. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Indicação nº 006/07, de autoria do Sr. Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, sugerindo o aumento do contingente de policiais e ronda ostensiva no Município de Campo Mourão. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 007/07, de autoria da Sra. Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente, sugerindo a criação de um Batalhão de Polícia Militar no Município de Araucária. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 008/07, de autoria do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente, pro-

pondo a construção de um Hospital Regional no Município de Pato Branco. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projetos de lei em número de dois, de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. Necessitam de apoioamento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de dez, de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. Necessitam de apoioamento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Alexandre Curi, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Sra. Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Nereu Moura, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Dr. Batista, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Stephanes Júnior, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de dois, de autoria do Sr. Deputado Marcelo Rangel, constantes do expediente. Necessitam de apoioamento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª Discussão

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 003/07, de autoria da Comissão Executiva, que altera dispositivo do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná (artigo 30). **APRECIAR NESTE TURNO EMENDAS APROVADAS EM 2ª DISCUSSÃO.**

Em votação a Emenda nº 1. **Aprovada.**

Em discussão a Emenda nº 2. Em votação. **Aprovada.**

Em discussão a Emenda nº 3. Em votação. **Aprovada.**

Em votação o Substitutivo Geral. **Aprovado.**

2ª Discussão

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 004/07, de autoria da Comissão de Tomadas de Contas, que aprova o ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, dos meses de janeiro e fevereiro de 2007. Resolução nº 003/04. COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO EXECUTIVA. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 054/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 005/07, que autoriza o Poder Executivo, mediante decreto, proceder transformação de cargos de provimento em comissão, desde que não haja qualquer aumento na despesa. COM PARECERES DA CCJ E CF. (Publ. no DA nº 002/07, de 27.02.07, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 054/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O Projeto de Lei nº 054/07 de autoria do Poder Executivo tem por objetivo, mediante decreto, a transformação de cargos de provimento em comissão.

Fundamentação

A Comissão de Constituição e Justiça, através de seu relator, verificou que o projeto de lei reveste-se de total legalidade, bem como não gera despesas com a folha de pagamento de pessoal, o que atende às reais necessidades administrativas, pois trata-se apenas de transformação de cargos de provimento em comissão.

Para comprovar referida legalidade, citamos a Lei de Estrutura Básica e Sistema de Administração do Poder Executivo (Lei 8.485/87) em seu parágrafo 2º, o qual autoriza o Poder Executivo a transformar cargos de provimento em comissão.

Em razão do exposto, somos favoráveis ao presente Projeto de Lei nº 054/07.

Sala das Comissões, em 05.03.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

NEREU MOURA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 054/07

P A R E C E R :

Apresentação

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 005/07, objetiva autorizar o Poder Executivo, mediante decreto, a proceder transformação de cargos de provimento em comissão, desde que não haja qualquer aumento de despesa.

Fundamentação

Chamada a se pronunciar, esta Comissão, de acordo com o que prescreve o artigo 33, parágrafo 3º, do Regimento Interno desta Casa de Leis, verifica não existir nenhum impedimento quanto a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis. Vale destacar que tal propositura possibilita pleno desempenho da máquina pública, fazendo com que se tenha um melhor atendimento e ainda celeridade nas ações de Governo.

De igual modo, é importante que se observe que não haverá impacto financeiro, uma vez que a medida será implantada sem aumento de despesa com a folha de pagamento de pessoal.

Conclusão

Sendo assim, opinamos favoravelmente ao projeto de lei em tela.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.03.07.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente

DOBRANDINO DA SILVA - Relator

Há sobre a mesa requerimento da Bancada de Oposição que requer a retirada do projeto de lei acima referido, constante da Ordem do Dia da presente Sessão Plenária.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Para Encaminhar)

Srs. Deputados, estamos pedindo aqui no nosso requerimento, a retirada do Projeto nº 054/07, item 3 da presente Ordem do Dia.

Sr. Presidente, quantos minutos posso encaminhar este requerimento?

(Sr. Presidente informa que por dez minutos).

Obrigado, Sr. Presidente, a partir deste momento - e é importante que os Srs. Deputados também compreendam - passaremos a usar o Regimento Interno se não houver um acordo de Lideranças.

Quero me reportar aqui ao Líder: estamos propondo, ilustre Líder, a retirada deste projeto por cinco Sessões, porque surgiu agora no debate final da questão da constitucionalidade que há um voto ou um parecer do Supremo. Mas temos todas as argumentações quanto a questão da constitucionalidade, mas queremos aqui colocar a V. Exa. uma proposta de retirada desse projeto por cinco Sessões porque ele é um projeto de lei - como já falei da tribuna desta Casa, encaminhando no Horário da Liderança da Oposição, que esta Casa não deva aprovar esse projeto. Porque, como já falei, ilustre Líder, se aprovarmos nesta Casa aqui, tirando competência e legitimidade dessa Casa, estaremos dando legitimidade para que o Governo governe por decreto! Governando por decreto, estaremos perdendo atribuição!

E não é só isso, o nosso requerimento também é para que os Deputados, ao verem esse projeto na Ordem do Dia, tenham a oportunidade também, porque aqueles Deputados que estavam na CCJ tiveram já a oportunidade de discutir a constitucionalidade, agora estamos aqui para

entrar em processo de votação da constitucionalidade desse projeto. Muitos dos Parlamentares estão recebendo informações desse projeto neste momento; de repente podemos incorrer em erro por falta de informações.

Então, acredito que esta Casa, adiando por cinco Sessões, teríamos tempo suficiente para amadurecer a votação desse projeto e votar em condições de discutir a questão da sua constitucionalidade.

Ora Srs. Deputados, quando aprovamos o orçamento do Estado fizemos um esforço muito grande para que o Governo respeitasse, por exemplo, a questão dos gastos na área da Saúde, foi um dos artigos vetados! Então esta Casa, a todo momento, abre mão dos seus poderes. Claro, podemos denunciar, podemos ouvir o pronunciamento do Deputado Belinati, sabemos que isso é realidade, não é o que eu ouvi da outra tribuna que o dinheiro está em caixa! O que é importante é que o Governo gaste o que a lei determina na área de Saúde, nós abrimos mão disso e ficamos aqui denunciando que o Governo não cumpre a Constituição!

Sr. Presidente, estamos aqui agora votando um projeto que o Governo não dará mais satisfação a esta Casa para remanejamento, para transformação de cargos! Como disse anteriormente, o Governo poderá pegar um cargo de dez mil e transformar em cinco de dois mil. Só estou citando valores aleatoriamente, mas também poderá pegar dois cargos de cinco mil e transformar em um de dez. E aí como é que fica a carreira dos funcionários do Estado?

Por esta razão estamos pedindo aqui ao Líder do Governo se poderíamos interromper esta Sessão por dez minutos para que fizéssemos uma reunião com os Líderes e encontrássemos uma solução harmônica e que essa Casa pudesse sair, neste momento, fortalecida! Neste momento mostrando ao Poder Executivo que por mais poderoso que ele seja, tem que se submeter ao Poder Legislativo! Nós aqui ficamos, às vezes, reclamando do Tribunal de Contas, mas o Tribunal de Contas é um Poder auxiliar da Assembléia Legislativa; mas quando precisamos impor a nossa autoridade, não a impomos!

Então é este o momento desta Casa dar um grito de independência e mostrar que não queremos, não devemos, não podemos deixar que o Governo governe por decreto. Ora, se o Governo estivesse - desculpe fazer este juízo, mas obrigo-me a fazer - imbuído de bom propósito, ele poderia ter encaminhado junto com este projeto de lei, um demonstrativo de onde ele quer remanejar esses cargos, quais os cargos que quer remanejar, quais os cargos que quer transformar e no que é que vai transformar. Agora é o seguinte simplesmente vamos dizer: "Senhor Governador, V. Exa. tem poderes absolutos, não precisa reportar-se ao Poder Legislativo, nós ficaremos aqui, infelizmente - como já disse - aprovando projetos que podem ter um grande significado para um Deputado, para uma determinada região." Mas este projeto é de fundamental importância para administração pública estadual.

Por esta razão, Sr. Presidente, estamos encaminhando este requerimento procurando, com a nossa pouca capacidade e poder de convencimento, convencer o ilustre Líder do Governo que está investido de todo poder deste Governo, para que negocie com a Oposição e certamente, se negociarmos este requerimento, quem sairá fortalecido será esta Casa. Amanhã, Deputado Romanelli, este bem que V. Exa. está achando que está fazendo ao Governo, autorizando-o a governar por decreto, amanhã poderá ser um mal. Amanhã V. Exa. poderá estar deste lado aqui.

Então, não vamos incorrer em erro pensando que o poder é eterno, achando que o poder é absoluto. As coisas mudam. E por esta razão não acredito, não confio - e acho que nenhum governante, seja ele quem for - que esta Casa deva dar poderes para governar por decreto. Por esta razão este requerimento para adiarmos. Esta Casa estará dando, Sr. Presidente, a oportunidade aos Srs. Deputados, que reflitam sobre este projeto. Nós esperávamos, ilustre Líder do PT, que nesta questão teríamos os votos do PT. Mas as informações que temos é que a Bancada fechou questão. Quer dizer, não teremos os votos do PT, que sempre prega, nesta Casa, a transparência, o poder desta Casa. Acredito que também - desculpem-me os Srs. Deputados do PT - fechar questão numa questão tão significativa para esta Casa, acredito que não há mais necessidade, porque todas as vezes - e aí quero alertar os Deputados da Oposição - Deputado Tadeu Veneri, que tem uma matéria de interesse de V. Exa., V. Exa. se socorre na Oposição. Agora, quando a Oposição quer salvaguardar os poderes desta Casa, não podemos recorrer aos Deputados do PT. Por esta razão a prática e o discurso estão muito distantes. Encerro o meu encaminhamento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Está em votação o requerimento.

O SR. WALDYR PUGLIESI (PMDB) (Pela Ordem)

Quero levantar uma questão de ordem. Quero protestar em relação ao seguinte: eu era Líder das Oposições, aqui na Assembléia na outra Legislatura. E naquela mesa ali fabricava-se requerimentos na vigésima quinta hora. Eram levados à Mesa, e a Mesa, eu poderia dizer, de maneira sub-reptícia, sonegava aqueles requerimentos à Bancada das Oposições e muitas vezes nós éramos surpreendidos, de maneira "amalandrada"! E quero protestar, Sr. Presidente, em relação a V. Exa. como Presidente, por ter recebido este requerimento que não tem esta importância, mas quero dizer doutrinariamente, a respeito dessa situação. Vejam bem, se estamos aqui, numa situação singular, podemos perder uma votação, porque esse requerimento, inclusive, nem foi protocolado na Mesa, mas ele está aqui para ser votado. Nós não estamos aqui num programa de televisão, de "pegadinhas", para se dar rasteira em quem quer que seja. Por isso o meu

protesto, como Líder da Bancada do PMDB. Esta é uma Casa séria. O Poder Legislativo está, como todos sabem, neste País, na situação em que se encontra, por questões como essa.

Então, fica aqui o meu repúdio aos fabricantes desses requerimentos que nada mais querem, a não ser pegar seja lá quem for, no contra-pé. Por isso fica aqui, Sr. Presidente, esta posição clara do PMDB. Nós, do Governo Requião, não temos que esconder nada de ninguém. Aliás, reservo-me o direito de fazer pronunciamentos na hora que melhor aprouver à Bancada do PMDB, porque tenho visto por aí, muita gente que, na realidade, quer aparecer como penicilina quando na realidade, são bactérias. Não me refiro a nenhum Deputado daqui, mas essa posição, nós do Governo Requião, nós da Bancada, tomaremos aqui e exigiremos.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Não há questão de ordem a ser definida, embora respeite o pronunciamento feito pelo Deputado Waldyr Pugliesi.

Não há questão de ordem a ser definida com relação a isso.

A Mesa recebeu o requerimento. Estava aqui na minha mão. Como Presidente, tenho que encaminhá-lo. Se não foi protocolado, teria que fazer uma averiguação administrativa da assessoria, que deveria responder por isso. Estou substituindo o Presidente.

Não vou permitir, Deputado Waldyr Pugliesi, que V. Exa. coloque em dúvida que eu tenha tomado esta posição para favorecer este ou aquele. Estava aqui e me foi colocado pela assessoria da Mesa. Se a assessoria da Mesa não protocolou, é um problema dela. Se fosse eu o Presidente, eleito pelos Deputados, já diria para vocês o que eu faria.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB)

Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Vou ler o artigo para encaminhar.

Artigo 171: No encaminhamento da votação, será assegurada a palavra a qualquer Deputado, para encaminhá-la pelo prazo de dez minutos, cinco Deputados a favor e cinco contra...

Solicito ao Deputado Romanelli se vai encaminhar a favor ou contra o requerimento.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB)

Vou encaminhar contra. V. Exa. poderá se socorrer da Mesa, para verificar que este requerimento, em função do nosso Regimento, é anti-regimental. Por quê? Porque o projeto está em regime de urgência. Quando o projeto está em regime de urgência, pode ser adiado por uma

única Sessão. Se não me engano é o artigo 177 que trata desse tema. A Mesa pode me esclarecer, mas independente disso, Excelência, esta Casa, há mais de duas semanas vem discutindo este tema. O tema é suficientemente claro a todos os Parlamentares e entendemos que esse requerimento não pode prosperar. Queremos votar como está previsto na Ordem do Dia, hoje em primeira discussão, para que possamos, recebendo o projeto no plenário e podendo, claro, discutir se for necessário no seu mérito; respeito que a Oposição tem que ter. Embora tenhamos que reconhecer que a Oposição foi tão massacrada em períodos anteriores, mas nós teremos aqui, sempre, o maior respeito em relação à Oposição.

Por isso quero pedir que o requerimento seja colocado em votação e que a Bancada que apóia o Governo possa votar para derrubá-lo, para que possamos cumprir o que está estabelecido na Ordem do Dia desta Sessão Plenária Deliberativa da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Era isso!

O SR. ELIO RUSCH (PFL) (**Pela Ordem**)

Artigo nº 148 e 156. V. Exa. falou que os Deputados são cinco a favor e cinco contra. Está bem claro o artigo 148: *que todos os Deputados inscritos poderão falar sobre qualquer projeto ou requerimento*. V. Exa. se apega no artigo nº 156, quando diz que: *é permitido a qualquer Deputado ou mesmo à Mesa requerer o encerramento da discussão observadas as seguintes regras: na primeira discussão, desde que a matéria tenha sido discutida em Sessão anterior*.

Ora, esse requerimento não foi discutido ainda, está sendo discutido agora. Neste requerimento qualquer proposição, de acordo com o Regimento Interno artigo nº 148, combinado com o artigo nº 156, seus incisos e seus parágrafos, na primeira discussão qualquer Parlamentar ou se todos os Parlamentares quiserem, poderão falar. Somente numa segunda Sessão, desde que a matéria já tenha sido objeto de discussão com Deputados inscritos, ou não, aí faz por cinco Deputados a favor ou cinco contra.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Não procede a questão de ordem do Deputado Elio Rusch, porque não estamos discutindo, estamos num processo de votação. E no encaminhamento de processo de votação no artigo nº 171, cinco Deputados a favor e cinco contra.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Pediria que a Mesa aplicasse o Regimento. O Deputado Nelson Justus tem aplicado o Regimento. O artigo nº 158 parágrafo 1º estabelece de forma muito clara: *Que o projeto em regime de urgência será permitido adiamento por uma única Sessão apenas*. O requerimento formulado pela Liderança da Bancada de

Oposição preenche o requisito de ter sido apresentado por um Líder. Mas, no mérito, ele é anti-regimental.

(Tumulto em Plenário)

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) **(Pela Ordem)**

Reconhecendo que o Regimento Interno, num projeto em regime de urgência, por uma Sessão, nós estamos substituindo e já está em poder da Mesa a substituição.

O SR. PRESIDENTE **(Augustinho Zucchi)**

Infelizmente não é possível. Mesmo que seja substituído faltam cinco assinaturas. Não dá.

Desculpe!

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) **(Pela Ordem)**

V. Exa. não deixou eu concluir a questão de ordem. Vou respeitá-lo porque está sentado como Presidente. Mas quero dizer que o comportamento de V. Exa., ao cortar a minha palavra quando estou levantando uma questão de ordem, não é procedimento regimental.

Por essa razão curvo-me à decisão de V. Exa. por respeitar o cargo que ocupa. Mas, quero pedir a V. Exa. que a partir desse momento tenha as tratativas regimentais comigo, porque sou Deputado igual a todos aqui.

O SR. PRESIDENTE **(Augustinho Zucchi)**

Os seus requerimentos têm que ser tratados regimentalmente. Aliás, quero chamar atenção da assessoria da Mesa: não pode ser colocado um requerimento que não está devidamente com seu trâmite legal colocado pela Mesa. Não é possível isto! Quero pedir mais atenção aqui da assessoria. Lamentável que isto ocorra! Aliás, não consta na Ordem do Dia que o projeto, sequer, está em regime de urgência! É lamentável que isto ocorra aqui, na Casa, depois de tanto tempo. Mas, não cabe a procedência da sua questão de ordem, Deputado Valdir, porque nunca deixei de ser imparcial, quando ocupei o cargo de Presidente desta Casa.

Em votação o projeto. Para discutir o projeto, com a palavra o Deputado Ademar Traiano.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Inicio minha fala voltando um pouco ao pronunciamento do Deputado Waldyr Pugliesi. Brilhante Deputado, orador realmente digno de elogios de todos que aqui estão, eloquente, conhecedor profundo desta Casa, do Parlamento Estadual. Um guerreiro quando foi Deputado Federal. Mas, quero contrariá-lo em algumas posições.

Dizia o Deputado Waldyr Pugliesi que é exatamente por isso, em função do que vem acontecendo no Parlamento Estadual, que o Legislativo está enfraquecido perante a opinião pública.

Eu, realmente, devo concordar com o Deputado Waldyr Pugliesi, quando afirma com tanta propriedade aquilo que disse nesta tarde em seu pronunciamento.

Mas, o Poder Legislativo, Deputado Waldyr Pugliesi, realmente está enfraquecido. E em função do que? Lamentavelmente, o Executivo Estadual, o Executivo a nível federal vem procurando castrar as prerrogativas dos Poderes Legislativos do Estado e da União.

É por isto que estamos enfraquecendo. Quando um Chefe do Executivo, como o Governador Requião, traz a esta Casa um projeto desta natureza, é uma demonstração de que realmente quer viver neste Estado um regime de exceção. Limitando os poderes do Poder Legislativo, do Parlamento Estadual, quando o coro de vozes da sociedade paranaense, e aqui realmente se faz presente através deste fórum amplo de debates, representado pelos Srs. Deputados Estaduais.

Não podemos concordar, não, Deputado Waldyr Pugliesi, com o seu posicionamento. E quero crer que o Poder Legislativo Estadual somente se tornará forte se nós, Deputados Estaduais, mostrarmos nossa independência como Poder para o Sr. Governador do Estado. Não podemos nos render ao “rei” Governador Roberto Requião, porque seu estilo de governar o Paraná, lamentavelmente, é este. Impõe medo aos seus Secretários, intimida a todos. E agora, com marca de exceção, vem aqui tentar intimidar o Parlamento Estadual, com um projeto que realmente não é digno e merecedor do aplauso deste Parlamento.

Parece-me Sras. e Srs. Deputados, que os fluidos do Presidente Hugo Chávez estão chegando no Paraná, porque lá se governa só através de decreto. Lá, acabou-se o Poder Legislativo. É apenas o ditador que tem poder para legislar e para governar. E aqui no Paraná parece-me que estamos caminhando para isso. O que se observa é exatamente isto: um Governador que dita normas, que impõe as regras da forma como bem pretende, que não respeita o Parlamento Estadual, não dá o espaço necessário para que possamos discutir com a sociedade aquilo que realmente poderá enobrecer este Parlamento Estadual.

Estamos vivendo, sim, aqui no Paraná, Deputado Belinati - V. Exa. que já foi Prefeito de Londrina, de uma grande Cidade, por quatro vezes, Deputado por cinco vezes - estamos vivendo um regime de exceção neste Estado. Um Governador que quer impor normas em todos os quatro cantos deste Estado. Mas, tenho a compreensão e a grandeza de entender que os Srs. Deputados, com a convicção absoluta, que aqui neste Parlamento temos a independência do Parlamento Estadual respeitada, haverão de tomar um posicionamento claro com relação a esse projeto.

Não podemos autorizar o Sr. Governador a fazer as alterações que pretende nos cargos, por meio de um decreto. Não podemos, de forma alguma, sob pena de estarmos cerceando o direito sagrado, livre, democrático, constitucional dos Deputados Estaduais exercerem na plenitude o seu mandato nesta Casa. Se estivermos permitindo que isso ocorra, com certeza, estaremos soterrados, sepultados, definitivamente, como Poder Legislativo, neste Estado.

Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. Deputadas: quero chamar a atenção de todos, principalmente da Bancada do PT, que tanto defendeu posições firmes e corajosas com relação a projetos desta natureza, que venham a esta Casa, nesta tarde, mostrar a sua grandeza, que não se curvem por interesses pessoais; que não se curvem por benefícios pequenos que o Governador possa oferecer a uma Bancada corajosa, como é a Bancada do PT; que não se curvem por uma ambulância, enfim, por pequenos favores que o Governo possa fazer, e venham aprovar uma matéria que, realmente, pode comprometer este Estado.

Esse é o nosso encaminhamento. Tenho convicção absoluta de que o Parlamento Estadual, esta Casa que é a caixa de ressonância da sociedade paranaense, haverá de dar uma demonstração de grandeza derrubando esse projeto, votando contrariamente, para não fazermos deste Estado uma filial do Presidente Hugo Chávez.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Está em votação.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Para discutir, os Deputados irão fazer a sua inscrição e será dada a palavra por ordem de inscrição.

Então, tem V. Exa. a palavra, Deputado Elio Rusch.

Os demais Deputados que quiserem encaminhar, farão a inscrição juntamente à Mesa.

O SR. ELIO RUSCH (PFL) (**Para Discutir**)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Em primeiro lugar, quero dizer que estranhei muito quando a mensagem já foi lida pelo 1º Secretário, quando a mesma deu entrada aqui na Casa. Por que estranhei?

Estranhei porque o Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião, foi Deputado Estadual, brilhante Deputado; foi Senador da República, grande tribuno; foi defensor da lei e, acima de tudo, sempre pregava no Legislativo a transparência do Executivo. Pois bem, um homem quando exerce um cargo eletivo, seja no Legislativo ou seja no Executivo, entendo que deve, ao menos, manter-se dentro da sua linha, dentro da sua atuação e não mudar de acordo com as conveniências.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: a Lei nº 15.466, de 31 de janeiro deste ano, e nós votamos em janeiro, aqui na Casa, a extinção da FUNDEPAR. Nós votamos, Deputado Romanelli, a extinção do Instituto de Saúde do Paraná, votamos a extinção do DECOM. Na mesma Lei, Srs. Deputados, quando nós e os novos Deputados que

estão hoje aqui, no Plenário, não estavam, ainda no exercício do seu mandato, mas já estavam eleitos, a Casa, através desta lei, já deu poder, Deputado Valdir Rossoni, para o Executivo, para o Governador do Estado do Paraná, remanejar os cargos das entidades, das autarquias extintas.

Para que não fique dúvida nenhuma, vou ler o que o Governador pediu através da Lei 15.466, artigo 4º. É a Lei no Estado do Paraná:

Art. 4º Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a expedir os atos necessários a incorporação dessas entidades à administração direta, para que no prazo máximo de sessenta dias, (aí que vem a questão, Srs. Deputados: nós extinguímos a FUNDEPAR, o ISEP e o DECOM e o Governador tinha o prazo de sessenta dias a contar da data de publicação desta lei), sejam readequados os atos organizacionais, as denominações e remanejamento dos cargos de provimento em comissão. As dotações orçamentárias do exercício de 2007 e os ajustes administrativos, orçamentários, no que se refere aos órgãos e entidades atingidos pelas presentes disposições legais. Parágrafo Único, Líder do Governo - Para implantação do dispositivo do caput desse artigo, fica autorizada a expedição de decretos regulamentares ou de abertura de créditos adicionais decorrentes da presente lei.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: o Governador fez uma experiência com a Casa. Ele extinguiu esses órgãos que acabei de citar e pediu autorização, por decreto, para que ele pudesse remanejar esses cargos em comissão para as Secretarias afins. Mas, estava dentro do corpo da lei, Deputado Péricles. A Assembleia aprovou - nós fomos contra, lógico - mas o Governador, resta saber: será que ele regulamentou isso por decreto? Será que ele não quer agora, talvez, através de uma nova lei justificar um ato que o Governador não consumou porque tinha o prazo de sessenta dias? Não sei, porque não fomos comunicados.

Agora, o mais grave de tudo ainda, Srs. Deputados, é que essa mensagem que vem para a Assembleia Legislativa e o corpo da lei, vejam os senhores o que diz essa lei de tamanha abrangência, e os paranaenses que nos presenciam hoje nas tribunas e nas galerias, o que diz a lei: *Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a, mediante decreto, proceder a transformação de cargos em provimento em comissão desde que não haja qualquer aumento na despesa. Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.*

É tudo isso. Quatro linhas para remanejar, através de um cheque em branco, quatro mil cargos em comissão no Governo do Estado.

O Poder Legislativo, seja Municipal, Estadual, no Congresso, não pode legislar sobre matéria financeira que aumenta a despesa e diminui a receita. Estamos impedidos por lei.

Nós, ao menos, temos o poder, uma prerrogativa nossa, aqui, no Paraná, na Assembleia Legislativa, de

legislar sobre matérias que interessam e trazem a transparência para a sociedade do Paraná.

Deputado Luiz Carlos Martins, se aprovarmos essa lei - disse muito bem o Deputado Valdir Rossoni, essa Assembléia Legislativa e nós, Deputados, estaremos resumidos a apresentar título de Cidadão Honorário, denominar logradouros e o que mais? Porque se é matéria financeira, não podemos legislar. Ontem, fomos questionados pela Bancada do Governo, que deveria tirar a prerrogativa das leis autorizatórias, que seria inconstitucional. Se não podemos analisar sobre matéria financeira, que é constitucional, se não podemos apresentar projetos autorizatórios e agora nos tiram o direito e o poder de legislar sobre os cargos de comissão do Governo!

Vamos resumir. Ora, Srs. Parlamentares, uma lei não pode ser feita para um Governo. Ela deve ser duradoura e ser feita para todos os governos. Como é que ficaríamos, aqui, na Assembléia, ou os Deputados que defendem essa lei do Governo? Porque o poder não é eterno, é passageiro. Temos na Casa inúmeros Parlamentares que foram Prefeitos das mais diversas Cidades, das grandes Cidades, da segunda maior Cidade, Londrina. Temos dois ex-Prefeitos. Temos o Prefeito de Ponta Grossa, de Maringá, de Colombo e de tantas outras Cidades mais importantes do Estado do Paraná, que já foram Chefe do Executivo.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Pela ordem, Sr. Presidente?

(Assentimento)

Gostaria de perguntar a V. Exa. - porque aconteceu comigo - no momento de encaminhamento não há prorrogação do tempo, é isso?

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Não há prorrogação.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Romanelli.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB)

Queria que V. Exa. dissesse, nesse momento, quais são os Deputados que estão inscritos para falar.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Na sequência.

Agora solicito ao Deputado Elio Rusch que conclua.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Concluo dizendo o seguinte: conclamo aos Srs. Deputados, para que possamos...

(Vozes paralelas)

... o projeto e sua constitucionalidade.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Pela ordem, Sr. Presidente?

(Assentimento)

Presidente, tenho a maior admiração por V. Exa., pelos momentos de liberdade. Se o horário é dez, é dez. Tchau!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Exatamente.

No processo de encaminhamento de votação é que não há prorrogação absoluta de tempo. Mas vamos estabelecer o seguinte: não há prorrogação. O pessoal cuida do relógio e há a condição de falar no tempo certo.

Deputados inscritos: Tadeu Veneri, Durval Amaral, Plauto Miró, Luiz Carlos Martins e Jocelito Canto.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Gostaria que V. Exa. me inscrevesse também.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB)

Pela ordem, Sr. Presidente?

(Assentimento)

Desculpe, V. Exa., mas não pode inscrever-se mais. De acordo com o parágrafo 3º, do artigo 148, a inscrição já deveria ter sido efetuada.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

As inscrições estão efetuadas e todos os inscritos aqui, terão a palavra garantida. O Deputado Valdir Rossoni está inscrito, mas não nessa ordem. Estão encerradas as inscrições.

Está inscrito o Deputado Tadeu Veneri e lhe concedo a palavra, observando a alternância.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, com o mesmo rigor que V. Exa. exigiu o cumprimento ao Regimento, faço uma questão de ordem e gostaria de dizer a V. Exa.: paz e amor, bicho!

Então, o seguinte: no artigo 117, quero socorrer-me do artigo 117 e quero levantar uma questão de ordem. Gostaria que a Mesa desse um posicionamento: para você colocar em discussão uma matéria, tem que estar aqui na Ordem do Dia os pareceres das comissões. Sinto-me impedido de votar este projeto, baseado no Regimento, porque não tenho o parecer da Comissão de Finanças aqui na Ordem do Dia.

Por esta razão eu me socorro do Regimento e peço a V. Exa. que delibere.

(Vozes paralelas)

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

A assessoria da Mesa informa que a matéria está devidamente acompanhada dos pareceres. Todavia, Deputado Rossoni, a matéria foi colocada na Ordem do Dia pelo Presidente Nelson Justus e vou respeitar a decisão dele.

Vamos para a discussão, então.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, permita-me discutir a decisão de V. Exa., o respeito que V. Exa. delega ao Presidente Nelson Justus, nós também concordamos, mas a autoridade do Presidente não está acima do Regimento.

Por esta razão, nós, Deputados da Oposição, sentimo-nos impedidos de votar esta matéria, porque a Ordem do Dia não tem o parecer da Comissão de Finanças. Como que o Parlamentar vai fazer aqui as suas observações se não tem nem o parecer da Comissão de Finanças?

Levanto esta questão e respeito a decisão de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Deputado Rossoni, a assessoria da Mesa nos comunica que há o parecer da Comissão de Finanças.

Então, solicito que seja encaminhado aos Srs. Deputados, aliás, isto deveria acontecer em todo e qualquer projeto, mas não vou mais fazer comentários a este respeito.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Posso dar uma sugestão a V. Exa., para restabelecemos a ordem e o rigor ao Regimento Interno: suspender a Sessão até que chegue aos Deputados de Oposição, o parecer da Comissão de Finanças.

É apenas o que desejamos.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Vou deixar a palavra ao Deputado Tadeu, para ir encaminhando, e se for necessário depois suspendemos.

O SR. ELIO RUSCH (PFL) (Pela Ordem)

Pedi a palavra apenas para dizer ao Deputado Rossoni que a Comissão de Finanças reuniu-se hoje, às 11h00 da manhã e exarou o parecer. Na votação foi dois a dois e o Presidente desempatou a favor do projeto, do parecer.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Muito obrigado pela sua informação.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)

Apenas para respaldar a decisão de V. Exa., o artigo 182, no inciso 2º, garante que expirados os prazos, que é de 48 horas de projeto em regime de urgência, o projeto será incluído na Ordem do Dia, independente da questão dos pareceres. Os pareceres existem...

(vozes paralelas)

... mas de qualquer forma, Excelência, existem, mas a Mesa está absolutamente respaldada pelo nosso Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Com a palavra o Deputado Tadeu Veneri.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Obrigado, Deputado Zucchi. Srs. Deputados, Sras. Deputadas. Na verdade uso esta tribuna por duas razões: a primeira por entender que, embora este projeto seja extremamente polêmico e a nossa Bancada ontem, num debate feito ao final da tarde, chegou a conclusão que deveria votar favoravelmente a ele, ainda que tenhamos levantado algumas dúvidas com relação a constitucionalidade, não chegamos a um acordo. O Deputado Luizão tem o entendimento que é constitucional. Eu entendo que é inconstitucional, e ainda assim respeito a decisão da minha Bancada. Primeiro, o Governo Federal também tem por prerrogativa o remanejamento dos cargos, mas só depois de ter feito alteração na Constituição Federal. Conversei com o meu Líder, de quem sigo a orientação e vou votar e na sequência ouvi aqui, e me perdoe o Deputado Traiano, talvez eu tenha ouvido errado mas a nossa discussão ontem não passou e se passasse eu diria aqui. Talvez o senhor não quis, mas afirmou, por trocas por ambulância, por cargo ou qualquer tipo de coisa. Porque se o senhor souber que alguém fez esta troca eu gostaria que dissesse, porque eu vou pedir Comissão de Ética em função do Partido. Essa é a primeira questão, nós estamos falando de Partidos sérios, em que pese ter divergências ideológicas, divergências de encaminhamento, mas nós não podemos entrar aqui nesse tipo de debate. Eu gostaria muito de ter um posicionamento diferente, mas não posso, em função da nossa decisão.

A segunda questão, Sr. Presidente, que eu acho que é preciso que nós levantemos e isso eu gostaria de fazer - ao Líder do Governo e ao Líder do PMDB, o Deputado Pugliesi, a quem aprendi a respeitar e admirar durante os oito anos de oposição ao Governo Lerner - algumas considerações que acho que é preciso que façamos. Primeiro, não seria uma solução melhor uma PEC apresentada pelo Governo para respaldar o assunto? Segundo, por que essa mensagem é tão importante para o Governo para ser votada nessa celeridade? Numa semana, duas semanas nós temos o projeto, temos que votar e temos que aprová-lo, coisa que não fizemos com outros projetos que estão aqui há algum tempo. Terceiro, entendo a necessidade do Governo que, muitas vezes, é muito maior na sua rapidez do que o trâmite que a Assembléia possa fazer. Mas não seria o caso de, enquanto tramitasse a PEC, os cargos comissionados serem remanejados, em determinados órgãos, por leis específicas, coisa que nunca foi recusada nesta Casa? Todas as leis específicas que vieram para cá foram aprovadas, todas, tanto neste Governo como no Governo anterior! Até porque quem tem a maioria faz valer a maioria e isso não é rolo compressor, é a maioria, faz valer a maioria e é para isso que tem a maioria.

No meu entendimento, acho que há um problema em nós votarmos uma lei que é inconstitucional e que vai, certamente, abrir um processo de uma ação direta de inconstitucionalidade na semana seguinte. Falo isso, Srs. e Sras. Deputadas, com muita tranquilidade, porque nós tivemos um outro projeto aprovado aqui, recentemente,

no último dia, eu alertei e falei que isso poderia acontecer e vai acontecer!

Por último, se nós temos esse encaminhamento que eu acho que é correto da parte do Governo, de fazer valer a sua maioria, faço aqui apenas uma pergunta, e aí fica àqueles que estão convidados, àqueles que estão aqui na Assembléia, uma reflexão: se nós somos uma base, base aliada, base, não um Partido único, base, nós temos um veto na seqüência, um veto ao projeto de minha autoria, não consegui demover o Líder do Governo, o Líder do PMDB, para que liberassem a Bancada. Ainda assim vou ser leal e fiel ao meu Partido e votar com aquilo que meu Partido determinou. Gostaria muito que houvesse reciprocidade na seqüência das votações. Falo isso com todo respeito, Deputado Pugliesi, à sua história, mas sei que Partido único acabou na União Soviética em 1989, o que para alguns é uma pena, para os democratas não. Justamente por ter acabado é que nós fazemos base de composição.

A base de composição do Governo Lula, do Governo Federal é feita de concessões de ambos os lados! E são essas concessões, para que não incorramos nesse tipo de erro, que não deveríamos estar fazendo debate dessa forma que estamos fazendo aqui, é que faço um apelo para que nós encontremos uma saída. Uma saída que pacifique e que não cause constrangimentos posteriormente nem aos Deputados que votam a favor, nem aos Deputados que votam contrário no seu legítimo exercício, mas principalmente que não nos causem algumas fissuras que só tendem a se aprofundar na medida em que o diálogo é substituído, simplesmente, pela maioria. E falo isso por toda a história que tive, já fui minoria por doze anos. Acho que ser minoria não é simples, não é fácil. Mas ser maioria requer uma sabedoria muito maior do que ser minoria, requer a sabedoria de saber que às vezes é preciso ter a generosidade de ceder e conceder para poder avançar.

Obrigado, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Está inscrito, aqui, pela ordem de inscrição, o Sr. Deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL (PFL)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Não estranhem a minha posição na tribuna, até porque o assunto que vou tratar não é assunto que interessa à Base Governista, não é assunto que interessa à Oposição da Assembléia Legislativa, não é assunto que deva ser tratado como assunto de interesse de Governo. Vou além, esse é um assunto que interessa ao Parlamento Paranense, a todos nós Deputados Estaduais, de manter as prerrogativas do Poder Legislativo ou abdicar destas já esvaziadas funções que temos como Parlamentar. Temos duas funções básicas: a de fiscalizar os Poderes Constituídos e a função de legislar.

Se esse projeto for aprovado da maneira que se encontra, nós estaremos, efetivamente, abdicando da

nossa função de legislar. Vamos analisar o projeto. O projeto do Governo é muito claro, resume em apenas uma linha. Diz o projeto do Governo: *Fica o Poder Executivo autorizado, mediante decreto, proceder transformação*. Duas palavras saltam aos olhos: decreto e transformação. O próprio Governo, na sua justificativa, fala em transformação de cargo, na sua exposição de motivos. Pois bem, qual é a função do decreto? É função regulamentadora, é função de regulamentar uma lei estabelecida pelo Parlamento, seja ele municipal, seja ele estadual, seja ele federal. O decreto não pode extrapolar a função regulamentadora, não pode o decreto legislar. Ou melhor, não pode o decreto estabelecer aquilo que a lei não lhe outorgou. E aqui queremos, por decreto, efetivamente, extrapolar a função regulamentadora prevista no próprio instituto do decreto. Tenho para mim que, efetivamente, a tese da abdicação do Poder Legislativo é que mais se coaduna neste momento. Por quê? Quando o Governo fala em transformação nós temos que examinar o que determina a Constituição Federal. E aí, Srs. Deputados, talvez, Deputado Waldyr Pugliesi, o equívoco que faz com que alguns Deputados se proponham, neste momento, a votar esta matéria sem discutí-la com mais profundidade.

A seguinte situação: o Governo manda sua mensagem e talvez esteja fundamentado com base na Constituição Federal, salvo engano, ou melhor dizendo o artigo 84: *compete privativamente ao Presidente da República...* E aí alguns falam que houve alteração através da Emenda Constitucional n° 20. Equívoco profundo de interpretação da norma.

(**Lê artigo 84 - incisos “a” e “b”**)

Nós não temos aqui, Deputado Professor Luizão, a extinção de cargo público. O governo quer, efetivamente, usar desse subterfúgio para fazer a transformação, mas nós vamos mais além. Tudo em cima do “livrinho”, porque a Constituição Federal e a Constituição Estadual trazem tudo. Pois bem. No artigo 48 da Constituição Federal diz: *Das atribuições do Congresso Nacional...* Leia-se também: *Das atribuições da Assembléia Legislativa. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigir..., ...especialmente sobre criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, observando o que estabelece o artigo 84, inciso VI, letra “b”, que é o caso de quando os cargos estão vagos*. Nesse caso, se estão vagos, o Governo não fez essa menção. Nós não podemos votar, exceto aquilo que está estritamente dentro da lei.

Pois bem. Quais são os princípios constitucionais que todos nós devemos nos louvar? Está muito claro para mim, Srs. Deputados, que nós não podemos, efetivamente, quando no artigo 38, inciso X da Constituição, fala claramente: *criação, transformação e extinção*. Isso é função específica de lei. Não pode ser através de decreto. Nós estamos, por decreto, legislando. É inconcebível. É inaceitável que o Parlamento do Paraná, e por isso é que disse que não é uma tese da Oposição, não pode ser uma tese da Situação e é um

equivoco do Governo, tentar usurpar as funções do Poder Legislativo. Não podemos fazer isso. Por mais que queiramos contribuir com o Governo do Paraná, nós não podemos abdicar das nossas funções legislativas. Estamos aqui fazendo o quê, senão legislando, senão fiscalizando? Está muito claro no artigo 48, no inciso X: *transformação...* . Transformação é de competência exclusiva de lei e o Governo justifica o seu projeto, põe no texto da lei, que é transformação através de decreto.

Sras. e Srs. Deputados, nós temos que ter, independentemente do nosso espírito de Governo ou do nosso espírito de Oposição, bom senso, equilíbrio e mantermos as nossas prerrogativas. Quais são os princípios constitucionais? Nenhum brasileiro pode ser obrigado a fazer ou deixar de fazer, senão mediante lei. O artigo 5º da Constituição Federal, o artigo 37 da Constituição Federal, todo ele é claro quando fala que toda e qualquer medida, só mediante lei. Assim prescreve no artigo 37, inciso I: *Os cargos, empregos e funções públicas...* e vai adiante, ... *na forma da lei*. Tem que ter lei. Nós somos legisladores. Vamos abdicar da nossa função? O artigo 37 no inciso II: *A investidura em cargo, emprego público..., ...na forma prevista em lei*. Segue adiante. Declarado em lei. Nós somos legisladores, senhores. Nós vamos abdicar e vamos dar ao Poder Executivo a oportunidade de transformar cargos, que está vetado no artigo 48, inciso X, por decreto? O que estamos fazendo aqui? Sem paixão, mas em respeito ao Parlamento em que todos nós estamos investidos neste cargo público de quatro anos. Não podemos abdicar. Que me desculpem, seguimos em frente. Ainda o artigo 37, inciso V. Esta santa “Bíblia”, Presidente Nelson Justus que nós temos o dever de cumprir e fazer respeitar. Nós não podemos aqui nesta tarde, desrespeitar. Por mais que queiramos ajudar o Governo, temos que preservar a autonomia do Poder Legislativo.

Quantas foram as vezes que o Governo quis mexer na estrutura legislativa do Estado, transformar cargos, criar cargos, juntar cargos, separar cargos? Tenho certeza que nenhum Deputado desta Casa vai impedir o bom funcionamento do Poder Executivo.

Agora, faça-me o favor, todos nós temos compromisso com a democracia! Usurpar a função legislativa, usurpar o Poder Legislativo é colocar em risco a democracia no nosso Estado, colocar em risco a democracia em nosso País! E com o meu voto para usurpar a função legislativa, seja quem for o Governante, eu não vou concordar.

Muito obrigado!

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Pela Ordem)

Para fazer uma questão de ordem Sr. Presidente. V. Exa., quando terminou meu horário o senhor cortou com trinta minutos exatamente. Eu respeitei. Agora, V. Exa. deixou passar um minuto e meio do orador e

segundo o Regimento Interno desta Casa, quando for encaminhamento são dez minutos, rigorosamente.

O SR. DR. BATISTA (PMN) (Pela Ordem)

Gostaria de registrar a presença do Prefeito de Maringá que se faz presente nesta Sessão.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Devidamente registrado!

O SR. PROFESSOR LUIZÃO (PT) (Pela Ordem)

O senhor falou: “o próximo inscrito para encaminhar”, nós estamos discutindo ainda o projeto.

O SR. PLAUTO MIRÓ (PFL) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente. Srs. Deputados. Ouvi no dia de hoje inúmeros pronunciamentos com relação ao projeto de lei de autoria do Executivo, a Mensagem 005/07, que autoriza o Executivo, mediante decreto, a proceder à transformação de cargos em comissão, desde que não haja qualquer aumento na despesa.

Sr. Presidente, nós temos visto o Poder Legislativo nos últimos tempos sofrendo um desgaste significativo em cima de atuações que vem fazendo. E poucas prerrogativas, no decorrer do tempo, acabou sobrando para o Legislativo. E nós estamos vendo, aqui, no Estado do Paraná, a tentativa de o Poder Executivo mais uma vez tirar uma importante função, uma importante prerrogativa do Poder Legislativo. A partir do momento em que o Governo tenha condições de fazer a transformação dos cargos que foram criados por lei, por esta Casa de Leis, nós estaremos perdendo o controle do Governo do Estado do Paraná, perdendo o direito de fiscalizar o Poder Executivo. E pior, perdendo, Sr. Presidente, de formarmos a opinião pública daquilo que está acontecendo com relação a criação dos cargos de confiança, que é aquele cargo, Deputado Douglas, que aquele ocupante do poder maior tem o direito de nomear sem concurso público, sem consultar ninguém, sem dar explicação para ninguém. E o Governador Roberto Requião tenta trazer para ele mais este direito, mais este poder.

E eu espero que esta Casa de Leis, os Srs. Deputados possam ver a importância que tem este projeto. E no momento de votar, votar com a consciência. Consciência de um Parlamentar eleito pelo voto popular e não meramente um Parlamentar que é do lado do Governo e vota tudo aquilo que ele manda.

Infelizmente, o Parlamento Brasileiro caminha neste sentido. Podemos ver lá no Congresso Nacional, no momento em que se compõe uma maioria ampla, muitas vezes lá, através do tal do “mensalão”, mas lá todos votam aquilo, muitas vezes, que o próprio Presidente da República deseja.

E aqui no Paraná, quero pedir a todos para analisarem com profundidade, para que não venhamos a perder mais um direito e mais uma prerrogativa do Estado do Paraná. E digo mais, Srs. Deputados, vocês que hoje

estão do lado do Governo: Governo é cíclico. Quem será o próximo Governador do Estado do Paraná? Será que é da corrente política de quem hoje está no poder ou é da corrente política contrária?

E estas prerrogativas que nós daremos, através deste projeto de lei, pode servir aos novos governantes. Então, aqui quero pedir consciência a cada um de vocês. Não só pensem agora, neste ano, no ano que vem, no outro ano. Pensem no futuro. Espero que todos possam continuar no próximo mandato, nesta Casa de Leis. Agora, a aprovação deste projeto é um mal para a Assembléia e um mal para o povo paranaense que nos elegeu, que nos colocou aqui para que nós possamos representá-los.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS) (Pela Ordem)

Para registrar que está aqui conosco o Presidente da COMCAM, na unidade do Município da Região de Campo Mourão, o Prefeito César, de Barbosa Ferraz e o Vereador Luciano, também de Barbosa Ferraz.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Devidamente registrado. Sejam bem-vindos à Casa.

Concedemos a palavra ao Deputado Luiz Carlos Martins.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O Deputado Durval Amaral colocou de maneira bastante clara que nós não estamos aqui para dificultar o andamento do Governo, o caminhar do Governo. O Governo tem que caminhar. E até nos parece que o Governo não está caminhando. Pelo contrário, o Governo está parado, e é preciso caminhar.

Eu não vou votar a favor deste decreto, Deputado Romanelli. Sabe por quê? Porque me parece que este é o primeiro teste para futuros decretos. Uma armadilha? Não sei se é uma armadilha. Mas, eu me lembro, aqui, Deputado Dobrandino, de um filósofo chinês, pobrezinho, que vivia nos arredores de Pequim, Son Pen Pen. Ele era tão pobre que ele escrevia suas idéias naquele papel de embrulhar pão. Hoje, o pão já vem em saquinhos, mas na China, naquela época, como aqui no Brasil, o pão vinha embrulhado num papel e ele aproveitava aquele papel para colocar suas idéias. Eu me lembro muito bem, Sr. Presidente, de um pensamento desse chinês, desse filósofo que vivia nos arredores de Pequim: “a profundidade da armadilha depende do peso dos nossos pés.” Qual é o peso que estamos colocando agora?

Não sei se o Deputado Ney Leprevost se encontra presente porque, com certeza, ele votaria contra esse projeto. Tenho certeza, também, que alguns Deputados que vão votar a favor desse projeto vão votar envergonhados, porque estão votando contra as suas próprias prerrogativas.

Sabe qual é o meu receio? O meu receio, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, é que nós estejamos Deputado Durval Amaral, abrindo uma porteira muito ampla para futuros decretos. De repente, pode chegar um decreto do Executivo dizendo assim: “a Assembléia Legislativa, a partir de hoje, está proibida de investigar o escândalo da CEASA.” Daqui a pouco, vem outro decreto: “a Assembléia Legislativa está proibida de investigar o escândalo da PAVIBRAS.” Daqui a pouco, a porteira vai se abrindo e vem outro decreto: “a Assembléia Legislativa está proibida de investigar o escândalo dos televisores.” Os televisores mais caros do mundo! Essa porteira vai se abrindo e as nossas prerrogativas vão desaparecendo.

Não queremos, de forma nenhuma, dificultar o andamento do Governo. Queremos que o Governo ande, que o Governo produza, mas não dessa forma, por meio de decreto. O que nós estamos fazendo, aqui, então? Para quê fomos eleitos? Por que estamos aqui?

Com certeza, eu quero que fique registrado esse nosso pronunciamento e que, amanhã, não venham me cobrar, como alguns Deputados que hoje não estão mais aqui e que dizem: eu não sabia ou não sabíamos que tínhamos tantas prerrogativas.

Peço neste instante, se é possível pedir, uma reflexão profunda sobre o nosso papel nesta Casa. Nós nunca dificultamos a aprovação de mensagens positivas do Governo. Jamais! Não estamos aqui para fazer Oposição radical, para fazer Oposição nervosa. Não! Estamos aqui...

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB)

Pela ordem Sr. Presidente.

(Assentimento)

Desculpe o orador que está na tribuna, mas quero invocar o artigo 149, inciso I, porque estamos discutindo a constitucionalidade, que é a primeira discussão. O Deputado Luiz Carlos Martins, brilhantemente, como integrante da Bancada da Oposição, utiliza o tempo dele não para falar sobre constitucionalidade ou inconstitucionalidade do projeto, ele desvia o foco, foge do debate que devemos enfrentar, nesta tarde, que é sobre constitucionalidade do projeto que está em primeira discussão de acordo com o artigo 149 inciso I.

Por isso, Exa., o mérito da questão, inclusive, sobre qualquer tema que V. Exa. possa tratar é uma questão sobre o mérito do projeto. Hoje nós estamos discutindo constitucionalidade, de acordo com o artigo 149.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT)

Mas, Deputado Romanelli, foram colocados conceitos hoje, aqui. Conceitos, posturas por Deputados da Base Governista e nós não questionamos. Porque, quanto mais discutir, melhor, à exaustão, devemos “parlar”. Por que não? Qual é o papel de cada um de nós aqui? Agora, o que nós não podemos aceitar e somos contra, é a censura. Não devemos ser censurados. E não vamos censurar absolutamente ninguém. Se é armadilha, eu não sei.

Alguém iluminado deve ter dito ao Governador: “Governador, está na hora de medirmos a temperatura do Plenário, na Assembléia. Vamos medir a temperatura, Governador. O senhor manda esse decreto, esse é o primeiro, dependendo da temperatura do Plenário, nós então abrimos a porteira e outros decretos serão aprovados”.

Vamos refletir sobre isso profundamente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Deputado Jocelito Canto.

Pela ordem o Deputado Elio Rusch.

O SR. ELIO RUSCH (PFL) (**Pela Ordem**)

Para registrar a presença aqui na tribuna de honra, do Vereador Luiz Fernando Gomes, do Município de Terra Roxa e todo o comitê.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Devidamente registrado. Sejam bem-vindos a esta Casa de Leis.

Pela ordem o Deputado Stephanes Júnior.

O SR. STEPHANES JÚNIOR (PMDB)

Comunicar a presença dos Vereadores de Siqueira Campos: o Paulo e o Dudu. Sejam bem-vindos.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Devidamente registrado. Sejam bem-vindos a esta Casa.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Questão de Ordem**)

Sr. Presidente e Srs. Deputados, quero cumprimentar o Deputado Durval Amaral, anotei aqui para fazer uma questão de ordem a V. Exa.

V. Exa. subiu àquela tribuna de lado contrário, hoje, e deu uma aula de Direito. Aliás, V. Exa. é advogado brilhante e só V. Exa. poderia fazer isso.

Agora veja como é a sina do Parlamentar, que não é diferente da sina do policial. O policial, se ele age, é exagerado na hora da confusão. O policial, se não age, é omissos.

Veja a sina do Presidente da CCJ. Parecer nº 054/07: *Autoriza o Poder Executivo mediante decreto proceder a transformação de cargos de provimento, em comissão, desde que não haja qualquer aumento na despesa. Fundamento: Reverte-se de total legalidade o projeto. Sala das Sessões, 05 de março de 2007, Deputado Nereu Moura, Relator e o Presidente Durval Amaral.*

Veja como é a sina do Presidente da CCJ. Vi V. Exa. fazer aqui o encaminhamento brilhante, dizendo que não podemos votar o projeto, que é inconstitucional. Daí eu vejo a sua sina como Presidente, de ter que assinar na Sala das Comissões, em 05 de março de 2007, aquilo que eu chamo de “mico inconstitucional” e que V. Exa. tem que assinar. É a sina do policial, é a sina do Deputado que faz parte desta Casa.

Eu vejo, aqui, eu ia votar a favor desse projeto. Mas, mudei. Sabe por quê, Sr. Presidente? O meu amigo, Deputado Tadeu Veneri me convenceu, hoje. O Deputado Tadeu Veneri me convenceu quando fez o pronunciamento. E o Deputado Traiano, V. Exa. fez uma acusação aqui e foi contestado ali pelo Deputado Tadeu Veneri, dizendo que V. Exa. falou em ambulância e coisa e tal. Mas, V. Exa., acho que tem um fundo de razão. Sabe por quê? Porque o Deputado Tadeu Veneri ao fazer o seu pronunciamento disse que era ilegal o projeto, inconstitucional, mas que ia votar a favor. A minha cara caiu.

Por que, Deputado Traiano, por que o PT vota com o Governo? O senhor sabe? Porque gosta do Governador? Não. Vota com o Governo porque tem o quê? Porque tem cargos. Cargos, Deputado! Estamos fechados, temos cargos! Nosso Presidente André Vargas negociou bem, três, quatro Secretarias. Então, evidentemente, caiu o meu queixo. Porque ele encaminha a votação, diz que é inconstitucional e estamos falando de inconstitucionalidade, não estou falando de mérito. Percebemos que ele mesmo está convencido que é inconstitucional, Sr. Presidente, e ele vai votar porque a Bancada definiu. Mas, Sr. Presidente, quero colocar agora: por que é inconstitucional, Sr. Presidente? De acordo com o artigo 27 da Constituição Estadual, o Governo deve pautar-se pela obediência aos princípios da legalidade e publicidade, além de outros. É aquilo que o Deputado Durval Amaral falou: “A criação de cargos públicos depende de lei.”

O SR. ELTON WELTER (PT)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Não posso me calar, como Líder da Bancada. Nosso Partido é um Partido que apoiou o Governador Requião, nós não trocamos voto. Não temos essa visão fisiológica que muitos aqui têm. Temos clareza na nossa posição. O Governo Federal faz por decreto. A posição do Tadeu Veneri tem que ser respeitada, aqui, nesta Casa. Nós vamos acompanhar o Governo, sabemos da seriedade que esse Governo tem.

Com relação aos cargos comissionados, aqueles que forem eventualmente remanejados por fruto dessa lei, se V. Exa. fizer um pedido de informação específico de quantos cargos comissionados estão lotados na Secretaria A, B e C, nós votaremos favorável. Porque serão requerimentos consistentes nesse sentido.

Portanto, V. Exa. não têm o poder de agredir essa Bancada que tanto contribui com o Estado pela sua seriedade.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Com todo o respeito que tenho pelo Deputado que está usando a palavra, acho que não entendeu o que falei ou não quis entender.

Falei quando usei a tribuna, que a minha posição, o meu entendimento era pela inconstitucionalidade. O entendimento da Bancada, e talvez o senhor não tenha entendido porque, na sua Bancada, cada um vota como dá na cabeça, o entendimento da Bancada é pela constitucionalidade e eu voto com a Bancada.

E, por último, Deputado, o senhor deve lembrar que dentro de quatro anos foi o mais ferrenho defensor do Governador. Não sei o que mudou.

Certamente, o senhor não perdeu cargos para estar tão irritado da forma como está.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Eu mudei como o senhor que mudou agora e vai votar.

Sr. Presidente, queria que garantisse o meu tempo, que passou três minutos, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

V. Exa. tem tempo suficiente para encaminhar.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Obrigado, Sr. Presidente.

Não vou entrar no mérito dessa questão, apenas estou colocando o que penso. É um direito que me cabe. Todo mundo pode colocar o que pensa.

Mas, Sr. Presidente, a criação de cargos públicos depende de lei. Quando se fala em desdobramento, também está se falando em criação de cargos. Pois, onde havia um único cargo em provimento e comissão passará a existir dois ou mais.

Cabe dizer ainda que se deve, na medida do possível, destinar a ocupação dos cargos em comissão aos servidores efetivos, até mesmo para preservar a estabilidade das decisões governamentais, não os deixando aos arbítrios das intempéries políticas. Foi a minha assessoria que escreveu, muito bem. O desdobramento implicará em maior número de pessoas trabalhando no serviço público, todavia, não em cargos efetivos de prestação de serviços à comunidade, mas em cargos de assessoramento e de direção se criam “mais chefes do que índios” - essa é a expressão popular. O artigo 87 da Constituição do Estado confere ao Governador o direito de prover e extinguir, na forma da lei, os cargos públicos. Assim, entendo que não cabe a aprovação da presente lei, sem que se faça, primeiramente, uma alteração na Constituição do Estado, possibilitando o desdobramento, por decreto do Governador.

Então, Sr. Presidente, pode fazer isso, mas tem que primeiro mexer na Constituição. Isso é claro! O Congresso concedeu tal autorização ao Presidente. Todavia, com a alteração no texto constitucional, da mesma forma deve proceder o Estado do Paraná. Encaminho e voto a favor. Não sou contra desdobrar os cargos, desde que não crie prejuízos e aumente a remuneração. Acho que tem que primeiro mexer, de acordo com a lei, na Constituição, para fazer isso.

Para finalizar, Sr. Presidente, vou votar também contrário, porque ontem vi aqui o nosso Líder, Deputado Romanelli, dizer que o projeto da escola de Carambeí era bom, mas era inconstitucional e por isso o Governo vetou. Como o Governo veta aquilo que acha inconstitucional, nós também não podemos deixar passar, aqui, uma lei que é inconstitucional, até que se mude o que diz a Constituição.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concedo a palavra ao último orador inscrito, para discutir o projeto, Deputado Valdir Rossoni.

O SR. STEPHANES JÚNIOR (PMDB)

Para constar o que li na Gazeta e sei que saiu na Folha de São Paulo, no Estadão, no Globo e em vários jornais do Brasil, uma coisa que acho infeliz e que não deve ser verdadeira, em uma pesquisa feita pela Fundação Perceus Abrão, que é ligada ao PT, onde mostra que os petistas são considerados os mais corruptos do Brasil, com mais de 30% da população pesquisada nas principais capitais brasileiras, que disse isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Deputado Stephanes, não cabe a questão de ordem. Estamos em regime de discussão de projeto.

Concedo a palavra ao Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu gostaria que os Srs. Parlamentares que vão votar a constitucionalidade desse projeto, no qual alguns como eu alegam a sua inconstitucionalidade - é muita pretensão minha, mas quero que os Parlamentares, ao repousarem em suas casas, hoje, no calar da madrugada, lembrassem da Emenda 19, de 1998. Ela diz, aqui, muito bem claro, não precisa mais nada depois de nos atermos a essa questão: *A transformação de cargos pretendida deverá ser programada e planejada pelo Executivo, segundo suas necessidades e submetida de forma detalhada e especificada à prévia aprovação do Poder Legislativo.* Deputado Durval Amaral, repito: *A transformação de cargos pretendida deverá ser programada e planejada pelo Poder Executivo, segundo as suas necessidades e submetida de forma detalhada e especificada à prévia aprovação do Poder Legislativo, mediante encaminhamento à Casa de Leis de um anteprojeto.*

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB)

Exa., o que trata do tema decreto, V. Exa. vai, se puder, ler o parecer, é a Emenda 32 que foi modificativa da Constituição no artigo 84. O senhor está se referindo a uma Emenda que foi superada por outra - Emenda 32 que alterou exatamente...

(Vozes paralelas)

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Deputado Nelson Justus, Deputado Romanelli, até o presente momento eu não dei aparte ao Líder, mas me submeto ao poder do Líder e pelo que eu conheço o Deputado Romanelli, ele é um democrata, mas tem dado sinais de censura, por várias vezes levantou se baseando no Regimento, querendo cercar o direito dos Deputados de encaminhar esta matéria.

Deputado Romanelli, eu já tive aqui nesta Casa a experiência de ser Líder do Governo e se voltasse a ser Líder do Governo não cometeria alguns erros que cometi na minha vida. Cegado pelo poder, muitas vezes fiz aqui desta tribuna a defesa do indefensável, muitas vezes. Mas no decorrer do tempo vamos aprendendo, vamos estudando, vamos nos aperfeiçoando e vai chegando num momento que você não se submete mais à vontade do todo poderoso. Nos submetemos à nossa consciência.

Por isso, quero dizer a V. Exa. que V. Exa. pode pegar a Constituição Federal e pegar a Emenda 19/98. V. Exa. vai verificar que o que eu estava repetindo está na Constituição. Agora, se V. Exa. se atém a um determinado artigo, o importante aqui é ser didático, o importante aqui é colocar esta questão. Nem “buschismo”, nem “chavismo”. Nós temos que ter a legitimidade de fazer leis, de aprovar leis é do Legislativo e nós fomos eleitos para isto.

Por isso quando eu vejo a discussão, quando eu vejo a discussão do problema de ambulâncias, do problema de benesses do poder, eu não quero entrar nesta questão, porque todos sabem o que acontece.

Por esta razão, nós estamos aqui usando o Regimento Interno. Nós estamos regimentalmente, dentro do Regimento, usando da nossa prerrogativa e vamos usá-la. Vamos ficar aqui até o tempo necessário para esgotarmos esta questão e amanhã estaremos aqui na questão do mérito, porque nós colocamos para V. Exa. o seguinte vamos adiar esta votação, vamos dar a oportunidade aos Parlamentares estudarem as constitucionalidade disto, através de suas assessorias, e amanhã nós poderíamos votar aqui tranqüilamente. Por esta questão, a nossa obstrução hoje é desta forma. É todos encaminharem esta questão. É um direito nosso.

E por esta razão, eu concedo aparte ao ilustre Deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL (PFL)

Muito obrigado, nobre Deputado Valdir Rossoni...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

A Mesa não vai permitir apartes durante o encaminhamento. Por gentileza, V. Exa. conclua.

O SR. DURVAL AMARAL (PFL) **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente, nós não estamos em processo de encaminhamento. Estamos em processo de discussão.

Em discussão, *datíssima vênia*, V. Exa. sabe que cabe apartes.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Não, nós estamos discutindo o projeto.

O SR. DURVAL AMARAL (PFL)

Exatamente. Processo de discussão. Nós não estamos encaminhando. O encaminhamento virá após o encerramento da discussão...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Me perdoe, Deputado Durval Amaral, na discussão não cabe aparte. V. Exa. está equivocado.

O SR. DURVAL AMARAL (PFL)

Eu vou respeitar a decisão de V. Exa. pelo respeito que tenho por V. Exa..

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Olha, não serão admitidos apartes às palavras do Presidente, paralelos aos discursos ou por ocasião do encaminhamento de votação.

O SR. DURVAL AMARAL (PFL)

Mas, nós não estamos encaminhando. Nós estamos discutindo...

(Vozes paralelas)

...vou respeitar V. Exa..

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

A discussão é o encaminhamento. Nós estamos discutindo para o encaminhamento da votação. Por esta razão não tenho concedido apartes.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Veja, eu me submeto a decisão de V. Exa., não queremos aqui criar uma polêmica mas nós estamos discutindo, neste momento, depois, no encaminhamento é que não se permitirá o aparte.

Mas o que nós aqui, na verdade, estamos procurando, através das palavras - e tenho certeza já ganhamos muitos votos aqui, estou sentindo o clima que muitos Parlamentares estão sentindo que não podem dar esta atribuição a quem quer que seja - não é a questão, disse muito bem o nosso mestre, Durval Amaral, não estamos aqui discutindo atribuições ao Governador Requião. No meu entender, à uma centena de pessoas no Paraná, até eu pensaria. Mas o que nós estamos discutindo aqui é a sua constitucionalidade e é inconstitucional! Não podemos dar atribuição ao Poder Executivo que é do Poder Legislativo! Por essa razão eu quero ser repetitivo porque tenho certeza que os Srs. Parlamentares hoje até poderão votar contra o que estamos defendendo, mas amanhã vão refletir! Quero repetir aqui: a transformação de cargos pretendida deverá ser programada e planejada pelo Poder Executivo.

Quero comentar essa parte da lei: ora se o Governo quisesse fazer transformação de cargo ou remanejamento, como está na lei, por que ele não planejou e mandou, junto com a lei o que ele vai mudar e o que ele vai transformar, o que ele vai remanejar? Por esta razão eu estou aqui encaminhando a questão da inconstitucionalidade dessa lei! Quero fazer a defesa do Deputado Durval Amaral. O Deputado Durval Amaral não precisa de defensor, ele é competente o suficiente, mas na CCJ, no dia em que este projeto veio à pauta, eu pedi vistas porque já senti, sem ter conhecimento do projeto, Deputado Durval, que tinha algo de estranho no ar. Pedi vistas e no outro dia apresentei um voto em separado e obtivemos quatro votos. Quero dizer que se não fosse aquela interferência que o Deputado Welter aqui ficou todo agitado, nós teríamos ganhado a votação na CCJ, o clima era nosso, mas, de repente, uma força chegou do além e convenceu alguns Parlamentares, por essa razão nós perdemos!

Concluo aqui meu pronunciamento, Sr. Presidente. Desculpe ter passado do tempo porque não observei isso.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Agradeço a compreensão de V. Exa. e quero deixar claro que como nós estávamos discutindo e como eu peguei o bonde andando, caberia perfeitamente o aparte do Deputado Durval Amaral bem como do Deputado Romanelli. Agora sim nós vamos passar ao regime de votação e encaminhamento e aí não cabe aparte, mas até então sim.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, eu gostaria de pedir que a Mesa determinasse que fossem suprimidas as expressões que, lamentavelmente, foram utilizadas pelo Deputado Stephanes Júnior, em relação ao Partido dos Trabalhadores. Nós temos o maior respeito pelo Partido dos Trabalhadores, é um partido que contribuiu e contribui com o processo democrático do nosso País e não é possível, Sr. Presidente, num processo de discussão de um tema como esse, encaminhar uma questão de ordem assim. Peço que retire dos Anais desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Realmente não havia necessidade nenhuma de qualquer tipo de discussão que não fosse pertinente ao projeto.

O SR. STEPHANES JÚNIOR (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, eu só li jornal, é algo que está escrito em todo o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Encerrada a discussão.

Encontra-se o projeto em regime de votação.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB)

Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Vou abrir inscrições para os Deputados que queiram encaminhar. Cinco Deputados favoráveis ao projeto e cinco contrários. E os Deputados discursarão alternadamente.

Primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Romanelli.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Queria chamar a atenção dos integrantes da nossa Bancada, porque aqui hoje lamentavelmente dessas duas tribunas, eu e todos os Parlamentares escutamos, numa discussão que deveria ser sobre constitucionalidade, lamentavelmente escutamos aqui discursos sobre temas que absolutamente nada tem a ver. Aliás, Deputado Luiz Carlos Martins, V. Exa. amanhã vai fazer um debate comigo sobre a questão dos televisores. V. Exa. não pode, no meio de uma discussão, inserir um termo igual a esse. Me desculpe. Tenho o maior respeito por V. Exa., mas foi absolutamente desleal da sua parte. Quero dizer Exas., que...

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT)

Sr. Presidente, tenho o maior respeito pelo Deputado Romanelli. Jamais, Deputado Romanelli, eu fui desleal. A minha vida, a minha história é de lealdade. Tenho certeza que V. Exa. foi infeliz no termo que usou...

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Esta Presidência vai, a partir deste momento, agir com rigor para que evitemos discussões paralelas. Qualquer tipo de discussão desta natureza será interrompida pela Mesa e V. Exas. que se inscrevam em Explicações Pessoais, senão, não vamos concluir. Até porque alguns Parlamentares estão desviando o tema que está em votação e nós não vamos permitir este desvio.

Por gentileza, conclua, Deputado Romanelli. E não há aparte.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB)

Gostaria de poder encaminhar o tema, porque ouvi atentamente as palavras do Líder Rossoni, do Presidente da Comissão de Constituição e Justiça. E Exa., não posso aqui, respeitando todos os outros Parlamentares, porque sinceramente não é possível que se possa discutir um projeto - quando você está discutindo constitucionalidade do projeto - se fazer a discussão. E pior do que tudo foi a desinformação, aqui, neste Plenário, hoje. O Deputado Durval Amaral fez um pronunciamento muito bonito; na essência, Exa., absolutamente falso. Desculpe, não para lhe ofender. Porque ele se baseou numa premissa equivocada, porque estávamos tratando da Emenda 32. Como também, diga-se de passagem Deputado Rossoni, V. Exa. tratou da Emenda 19. A Emenda 19 foi a que fez a

reforma do Estado Brasileiro do Governo Fernando Henrique Cardoso. E o tema, na verdade, é tratado no modelo legislativo do nosso País hoje por uma alteração feita pela Emenda Constitucional 32 de 2001, era o Presidente Fernando Henrique Cardoso, quando modificou o inciso VI do artigo 84: *Das Competências Privativas do Presidente da República*. V. Exa., Deputado Durval Amaral, não colocou: “dispor mediante decreto sobre: a) organização e funcionamento da administração federal quando não implicar aumento de despesa e nem criação ou extinção de órgãos públicos.”

O que se trata, Exas.... como funciona no Governo Federal hoje? O Governo Federal tem o Ministério Público de Planejamento e lá tem a Secretaria de Gestão. É a Secretaria de Gestão que faz por decreto do Presidente da República - não é por medida provisória - a transformação dos cargos necessários, quando é necessário criar cargos para programas específicos e baseado na Emenda Constitucional, que estabelece um modelo legislativo no nosso País. Por isso, Exa., quando lemos à luz do que diz a Constituição Federal no seu artigo 87 inciso VI, nós vamos fazer uma interpretação sistemática com a Constituição do Estado do Paraná, que compõe a competência do Governador dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei.

O fato é que a lei que nós estamos votando aqui hoje, é uma lei que autoriza. O que diz a lei no artigo 1º? *Fica o Poder Executivo autorizado, mediante decreto, proceder à transformação de cargos de provimento em comissão, desde que não haja aumento de despesa*. Ou seja, aqui nós sabemos que a norma legal é complementada por um outro ato, que é o decreto. O decreto complementa a norma legal e dá sentido a ela. Na medida em que o decreto diz que esses cargos aqui serão extintos; esses aqui serão criados por transformação, ou seja, objetivamente faz-se o quê? Vou dar exemplo para as pessoas entenderem. Existem cargos vagos de Inspetor de Ensino, cargos de Simbologia C. Enumera os cargos, estabelece um valor, faz a soma deles de uma forma objetiva e cria chefes de segurança do sistema penitenciário, com valor “x” para poder de fato, promover a organização do Poder Executivo.

Na verdade, não existe cheque em branco. Por que não existe cheque em branco? Porque está tudo limitado pelo nosso ordenamento constitucional e infraconstitucional, na medida em que nós temos, de forma muito objetiva, que publicar o decreto no Diário Oficial, dizendo de onde serão os cargos transformados.

Por isso, o tema que estamos tratando aqui, é a constitucionalidade. A constitucionalidade no nosso País pode ser analisada de duas formas: o controle de constitucionalidade se faz pelo Supremo Tribunal Federal e pelos Tribunais de Justiça, no sentido abstrato da lei, da norma legal. Se ela ferir o disposto na Constituição, e claro, se faz o controle da constitucionalidade, daí cada aplicador

do Direito, cada juiz no controle difuso, se for o caso da aplicação específica da lei ao caso concreto.

Por isso o que estamos votando aqui hoje, saibam Sras. e Srs. Deputados que é absolutamente constitucional. É uma matéria extremamente importante. Não se fará nenhuma reorganização do Estado do Paraná a partir deste decreto. É para dar maior agilidade e promover uma gestão do ponto de vista objetivo em relação às questões que envolvem o nosso Poder Executivo. Porque programas, projetos que são criados através de um planejamento estratégico, para poder dirigir as políticas públicas que podem estar atendendo a nossa população, na verdade, são um instrumento, uma ferramenta de gestão para ser utilizada pelo Estado e certamente, a utilização dos cargos comissionados, ditos de assessoramento e que são aqueles que, até pela sua nomenclatura, dão suporte à implementação de novos programas, promovendo uma melhor organização do Estado.

Quero dizer que o Supremo Tribunal Federal, quando julgou, por uma ADIN, a alteração promovida pela Emenda 32 que estabelece a competência do modelo legislativo de se fazer pelo decreto. A Relatora disse que essa Emenda nº 32, não ofendia o princípio da reserva legal pela alteração constitucional promovida. Além do que, só para informar esta Casa, nós votamos, não votei eu, mas certamente muitas de S. Exas. votaram a Lei 10.543, de 10 de dezembro de 1993, que de forma muito objetiva estabelece do Tribunal de Contas a possibilidade de se fazer esse remanejamento, desde que não se alterando a despesa total com o pessoal.

Por isso, quero pedir à nossa Bancada o voto para que nós possamos aprovar esse projeto e poder promover uma gestão dinâmica, ao mesmo tempo, claro, que respeita o princípio da legalidade no Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Para encaminhar contra o projeto, o Deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL (PFL) (Para Encaminhar)

Exmos. Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Primeiro uma explicação: o Deputado Valdir Rossoni já o fez aqui, com relação à CCJ. Conduzo a CCJ com total isenção. Efetivamente essa matéria na CCJ, não tive oportunidade de votar porque lá sou apenas voto Minerva e é minha obrigação assinar todos os pareceres aprovados na CCJ, mas o assunto foi extremamente discutido e existiram, lá, quatro votos contrários.

Com relação à afirmação do Deputado Romanelli, por quem tenho o maior apreço, sei que em momento algum quis sequer levar para o lado pessoal essa discussão, então não há problema algum.

Mas, se nós estamos discutindo a Emenda Constitucional nº 32, efetivamente, o Governo do Estado não fez menção a ela em nenhum momento na exposição dos motivos. Eu tenho que me ater ao que eu estou votando

aqui. Estou votando um projeto onde o Governo do Estado tenta, através de decreto, fazer a transformação de cargos. E como, efetivamente, não se trata de uma Emenda Constitucional que o Governo mandou, o Governo mandou uma Lei Ordinária, a nossa Constituição Estadual, no artigo 53, é muito clara: Das Atribuições da Assembléia Legislativa: criação, transformação. Olha aqui. Transformação, não precisa nem fazer interpretação sistemática do direito, como eu fiz, naquela hora, ali. Agora, é interpretação pura e simples: criação, transformação e extinção de cargos. Ora, se o Governo está propondo, através de Lei Ordinária, a transformação de cargos, para que ele possa fazer isso por decreto, e ele não alterou a Constituição Federal, não precisa ir muito longe na interpretação.

Primeiro o Governo deveria ter apresentado uma Emenda Constitucional alterando o artigo 53, da Constituição Estadual. Se assim o fizesse, ainda nós Parlamentares deveríamos fazer uma reflexão para sabermos, se abriríamos mão da nossa prerrogativa de legislar. Porque é tão clara a Constituição Estadual, é tão clara a Constituição Federal, em todos os seus artigos. A Constituição Federal, no artigo 48, inciso X, criação, transformação e extinção. É prerrogativa exclusiva do Congresso Nacional. Se nós formos lá, na Emenda Constitucional nº 32, que bem colocou aqui o Deputado Romanelli, no que tange à matéria, alterou tão somente o artigo 84 e inciso “b” da Constituição Federal.

Não posso lhe conceder o aparte Deputado Romanelli, está sendo tão bom discutir com V. Exa., porque estamos tendo a oportunidade de discutir em altíssimo nível essa matéria.

Por todas as questões, eu posso sintetizar, primeiro: o Governo está usurpando a função legislativa, não deveria fazê-lo. Mas, se a Assembléia Legislativa entendesse dar essa prerrogativa, o Governo, Deputado Valdir Rossoni, deveria fazer primeiro através de Emenda Constitucional, alterando a Constituição do Estado do Paraná, o artigo 53, inciso VIII. Primeiro passo: ele não pode por Lei Ordinária alterar a Constituição Estadual e aí toda a argumentação que eu fiz aqui sobre a interpretação sistemática do direito que efetivamente o Deputado Romanelli também fez sua argumentação. Nós não podemos - e por isso fiz questão de usar aquela tribuna - não se trata de ser Governo, não se trata de ser Oposição, se trata de defender o Poder Legislativo. Não se trata de ser Partido Democrata, PFL, não é discussão partidária, é discussão de bom senso. Se o Governo quiser efetivamente fazer a transformação de cargos, faça: ou por Emenda Constitucional - e eu particularmente seria contra - ou encaminhe uma Lei Ordinária específica para a Assembléia Legislativa, dizendo: são esses os cargos que nós queremos transformar, que queremos unir, queremos dividir. Nós vamos votar isso aqui na Assembléia sem nenhum problema.

Aqui eu tenho convicção de um Governo como é do Governador Roberto Requião, que pauta pela transpa-

rência, não precisa ocultar o que precisa fazer com essa transformação de cargos em comissão através de decreto. Até porque ele tem a maioria tranqüila na Assembléia Legislativa.

A questão maior, além da questão jurídica que para mim está resolvida, está muito clara, é cristalina, a questão é a seguinte: o Poder Legislativo do Paraná faz com que o Governo entenda as suas prerrogativas e não é confronto de Situação ou de Oposição de um Governo. O Poder Legislativo do Paraná, efetivamente, faz com que o Poder Executivo ou respeite o Legislativo enquanto Poder, ou o Poder Legislativo do Paraná dá esse cheque em branco ao Poder Executivo.

Eu acho que não é sensato, repito, mais uma vez, não se trata de questão partidária, não se trata de ser aqui PFL, PT, PSDB, isso deveria ser para todos nós, um alerta, até para que nós pudéssemos chegar ao Governador e dizer a ele. Estou assumindo publicamente, aqui, Romanelli, se o Governador Requião mandar uma mensagem para a Assembléia querendo transformar todos os cargos do Paraná e dizendo para onde vão esses cargos, vai ter o meu voto. Nós não podemos engessar, nós não podemos cercear aquilo que é prerrogativa do Poder Executivo. Mas nós não podemos abrir mão da nossa prerrogativa e quando inclusive o Deputado Romanelli leu no artigo 84, não existe outra forma, a não ser por lei.

Claro que o decreto regulamenta a lei. Nós aqui estamos extrapolando, estamos revogando, como aquele Vereador do interior que queria revogar a Lei de Newton por causa da caixa d'água. Nós estamos revogando por decreto o que está estipulado na Constituição Estadual, ou o que está estipulado na Constituição Federal, que o Governo só pode fazer mediante lei específica a transformação de cargos. Eu não tenho culpa se quem redigiu a Mensagem do Governador redigiu mal. Não deveria ter colocado lá a palavra “transformação”, mas ele pôs. Está no projeto de lei que o Governo encaminhou para cá.

Agora não posso compactuar e tenho a convicção, nobre Deputado, que o Governo não faz isso mal intencionado, tenho certeza disso. Pensa e busca apenas a agilidade do Executivo e nós estamos a dizer assim: não precisamos discutir, não precisamos votar. Ele busca agilidade e nós estamos buscando a nossa subserviência absoluta ao Poder Executivo. Estamos diminuindo o Poder Legislativo. E tenho certeza que o Governador, que foi Deputado Estadual, se aqui ele estivesse, não aceitaria jamais que o Executivo tentasse impor ao Legislativo essa usurpação de suas prerrogativas. Eu tenho convicção absoluta quanto a isto.

Então, vamos ter altivez. Vamos ter isenção. Vamos ter equilíbrio. O Deputado Valdir Rossoni fez um apelo, aqui: vamos adiar por uma dia esta votação. Vamos fazer, estou à disposição, tenho certeza de que o Deputado Valdir Rossoni também, para fazermos uma reunião juntos, a Liderança da Oposição e a Liderança do Governo. Tenho certeza de que se levarmos isto ao Governador, da preocupação que tem a Assembléia

Legislativa de manter suas prerrogativas - o Governador é um homem de bom senso e de equilíbrio, Sr. Presidente - tenho certeza de que ele vai, efetivamente, rever esta posição, porque para mim isto é coisa de tecnocrata, que não tem a dimensão e a grandeza de saber que ele está usurpando funções do Poder Legislativo. Eu tenho certeza de que uma posição de V. Exa., Sr. Presidente, junto com a Liderança do Governo, com a Liderança da Oposição, dois minutos de conversa com o Governador...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

V. Exa. tem um minuto para concluir.

O SR. DURVAL AMARAL (PFL)

... dois minutos de conversa do Presidente da Casa, do Líder do Governo, do Líder da Oposição - e eu clamo até o Deputado Waldyr Pugliesi, que é um dos homens baluartes da história democrática do nosso Estado, que jamais se curvou diante da ditadura - dois minutos de conversa bastarão para que o Governo refaça esta mensagem. E se tiver que fazê-lo, pela agilidade ao Poder Executivo, o fará através de Emenda Constitucional e efetivamente vai estabelecer os casos específicos para esta transformação de cargos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta Presidência recebe o Requerimento nº 357 de autoria do Deputado Luiz Cláudio Romanelli, constante do expediente, requerendo a prorrogação da Sessão Ordinária por mais duas horas. **Aprovado.**

Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA (PMDB)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Na verdade esta matéria é palpitante. E aqui estamos exercendo nosso direito legítimo de avaliar com profundidade.

Eu ouvi o Deputado Valdir Rossoni, Líder da Oposição, reclamar desta mensagem enviada pelo Governador Roberto Requião a esta Casa. Mas, lendo o jornal Folha de São Paulo, verifiquei que lá em São Paulo o Governador José Serra, até a presente data, encaminhou um projeto de lei para a Assembléia Legislativa de São Paulo. E as mudanças estruturais da administração de São Paulo fez através de decreto. Até agora foram 182 decretos, modificando a estrutura do Governo paulista. O que vale lá, não vale aqui. O que vale aqui, não vale lá.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o projeto de lei em tela que ora analisamos é, sim, constitucional. É legal, é legítimo. Em 2002 o Governador Jaime Lerner encaminhou a esta Casa - na época o Deputado Durval Amaral era o Líder do Governo e o Deputado Valdir Rossoni era o 1º Secretário desta Casa - um projeto de lei que se transformou na Lei nº 13.667, e que não atende minimamente a especificação hoje reclamada pelos Deputa-

dos da Oposição. Uma lei genérica, ampla, geral e irrestrita. O Governador Jaime Lerner pedia a transformação dos cargos da estrutura organizacional básica do Poder Executivo.

Veja só, Sr. Presidente, a amplitude da lei aprovada por esta Casa, em 2002, e defendida com unhas e dentes por aqueles que, hoje, reclamam da medida do Governador Requião. Diz o Governador na lei já sancionada e aprovada por ele: *“as Secretarias de Estado mencionadas ficam transformadas, extintas, da seguinte forma: a Secretaria de Estado da Segurança Pública fica transformada em Secretaria de Estado de Segurança; a de Justiça e Cidadania em Secretaria da Justiça. Em decorrência do disposto no artigo anterior, fica extinta a Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania; fica extinta a Secretaria de Estado de Integração Regional. Em decorrência do disposto nos artigos anteriores, as entidades da administração indireta e os entes de cooperação passam a vincular-se em Secretaria de Estado; a Companhia de Informática do Paraná - CELEPAR e a Imprensa Oficial à Secretaria de Estado do Governo; a Junta Comercial do Paraná à Secretaria de Estado da Segurança. Ficam extintos os seguintes cargos de provimento em comissão da Secretaria de Estado de Integração Regional; da Secretaria de Estado do Planejamento; da Secretaria de Estado da Administração e Previdência; da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania. Ficam criados os cargos de provimento no Gabinete do Governador; na Secretaria de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento; na Secretaria de Estado da Administração; na Secretaria de Estado da Fazenda; no Instituto Agrônomo do Paraná; no Serviço de Loterias do Paraná; na Secretaria de Estado da Agricultura do Paraná.”*

Sr. Presidente, tem amplitude do que essa proposição que foi, aqui, aprovada, defendida com unhas e dentes pelo Deputado Durval Amaral, então Líder do Governo nesta Casa? Agora, mudou tudo. Agora, não vale mais, porque ali no Palácio Iguazu está o Governador Requião.

A lei tem amparo legal, constitucional, como prevê o artigo 37, parágrafos 4º e 5º e artigo 41 da Constituição Federal. A lei está amparada, Sr. Presidente, na Lei nº 8.885 de 1997, de autoria do Governador Álvaro Dias, subscrita pelos Secretários da época.

No artigo 104 diz: *Fica o Poder Executivo autorizado a transformar cargos de provimento em comissão para implantação das estruturas organizacionais, a fim de aprimorar o seu objetivo.* A Lei nº 13.667, como eu disse, Sr. Presidente, também tem a mesma característica. Além da Constituição Estadual e a Constituição Federal. Portanto, não tem inconstitucionalidade, não tem ilegalidade. Esta Casa pode, sim, apreciar este diploma, esta lei, esta proposição do Governo do Estado.

O que nós precisamos, Sr. Presidente, é termos uma certa linha, nós como seres humanos, às vezes avaliamos as posições, mudamos os conceitos.

Vi o Deputado Valdir Rossoni dizendo lá da tribuna que ele talvez não fizesse muitas coisas hoje se voltasse a ser Líder do Governo. Talvez esse projeto que foi aprovado lá atrás, com toda essa fronteira gigante, com toda essa invernada de amplitude, não tivesse mais a aprovação incisiva desse vibrante e competente Deputado que lidera a Oposição desta Casa.

Portanto, sei que o que está em jogo aqui é o discurso político; o que está aqui dando base, suporte a esta matéria é a posição política, legítima, incontestável que deve ser espremida com vigor aqui nesta Casa.

Subimos a esta tribuna com a convicção inabalável de que o Governador Requião está, sim, trilhando o caminho da legalidade, da constitucionalidade, do respeito por este Parlamento ao encaminhar essa matéria, para receber o apreço, a aprovação ou a rejeição, a fim de que ele possa implementar no seu Governo a orientação que deseja e que espero que seja de profícuo êxito, de grandes conquistas para o Estado do Paraná.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Para encaminhar, Deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente. Acompanhei atentamente os pronunciamentos, primeiro o nosso Presidente da CCJ, Deputado Durval Amaral.

Quero começar pelo pronunciamento do Deputado Nereu Moura, meu amigo, meu grande companheiro. Deputado Nereu Moura, o erro de 2002 não justifica o erro em 2007. Se em 2002 alguém errou, isso não quer dizer que devamos errar agora em 2007. Se o rolo compressor da situação que se apresenta, neste exato momento de novo, porque nesse projeto há um rolo compressor, que está induzindo ao erro o Governador Requião, e aí, o Deputado Durval Amaral foi muito feliz quando disse que não é contra remanejar os cargos, desde que venha na forma da lei corretamente.

Nós fazemos lei aqui. Para nós não há perdão, Sr. Presidente. Quando erramos uma vírgula em um projeto nesta Casa, o que faz o Governador, Srs. Deputados? Ele veta os nossos projetos. Projetos importantes, às vezes ele veta por uma vírgula mal colocada. Vem aqui e mantém-se o seu veto. Quando cometemos um erro, às vezes, na eminência de querer acertar, o Governo veta. Falou isso agora o Deputado Tadeu Veneri que mais uma vez me surpreende, porque ele reclama que o Governo vai derrubar, vetou o projeto dele do assédio que está aqui, e que ele reclamou que vota com o Governo e o Governo não retorna isso para ele quando ele precisa. Mas, daí ele vai votar a favor por entender que a Bancada decidiu que deveria votar. E não é política, não. Sou do Governo, sou admirador desse Governo. E, por isso, não vou colocar o Governador em maus-lençóis.

Essa lei está clara que é ilegal. Não sou advogado, mas quem escolhe o Presidente da CCJ? Qual é o maior

poder constitucional desta Casa, além deste Plenário? A CCJ, que é a Comissão mais importante desta Casa. E se elege um Presidente que tenha gabarito, conhecimento e que seja advogado, que “come lei do meio-dia até a noite”.

Esse Presidente vem aqui e nos dá uma aula de Direito. Nós que não somos advogados - eu, só um radialista, fico analisando e chego à conclusão: se o Presidente da Comissão de Justiça, a CCJ, desta Casa, diz que a lei é ilegal, então, não posso ir contra ele. Votei nele, ajudei-o a se eleger Presidente desta Casa, eu não, mas o meu Partido. Como é que vou contrariar a maior autoridade do Direito desta Casa, o Presidente da CCJ?

O que falta, aqui, Sr. Presidente, é humildade de alguns assessores do Sr. Governador, que o colocam nessa situação, que fazem ele pagar esses “micos”, aqui, em Plenário, que nem o Líder do Governo consegue sustentar, porque não é legal. E o que não é legal não se sustenta, se enrola, se puxa uma lei daqui, outra de lá. Mas fico com a palavra do meu Presidente, porque se tem uma Comissão que tem poder aqui nesta Casa, é a CCJ. Mesmo que o Presidente tenha assinado, porque é uma Constituição.

Lembro-me, V. Exa., aqui, veja como é a perseguição - eu, quando Prefeito, eu assinei um decreto, da mesma forma que V. Exa., transformando em Utilidade Pública uma instituição de Ponta Grossa, que a Câmara havia autorizado e o Ministério Público fez uma ação contra mim, Deputado Durval Amaral, porque sancionei a lei.

Vou fazer só uma comparação do assunto, Sr. Presidente. Não estou fugindo do assunto.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está fugindo mais uma vez do assunto. Eu casso a palavra de V. Exa. Por gentileza, o Deputado que usar da palavra à proposição escrita não poderá desviar das questões em debate: artigo 149.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

V. Exa. não é anti-democrático? V. Exa. não é da ditadura? Eu não estou desviando. Onde eu desviei, Sr. Presidente? Por favor! Estou fazendo uma comparação. Vou terminar, atendendo a V. Exa.

O Ministério Público mandou a esta Casa uma lei, nós a aprovamos e o Governador a vetou. O Ministério Público mandou a esta Casa uma lei, nós a aprovamos e o Governador a vetou. O Ministério Público, rapidamente, mandou uma outra lei e nós aprovamos, porque esta era inconstitucional, na criação de cargos do Ministério Público. Lembra disso? O Requião vetou, porque era inconstitucional e escreveu um “catatau”, que tenho guardado no gabinete.

Se vamos aprovar essa lei, Deputado Péricles, que vai votar, V. Exa. enquanto Prefeito, mandou uma lei para a Câmara de Ponta Grossa. E naquela Câmara V. Exa. mandou uma lei transformando, como determina a lei, Lei Orgânica. V. Exa. fez certo, mas mandou mexer na

Lei Orgânica e transformou os cargos como quis, porque a Lei Orgânica permitia, através de uma mudança. É isso o que tem que acontecer, aqui, através de lei.

Por isso que, como defensor do Governador, aliado dele, vou votar contra, porque acho que essa lei foi mal feita e ele quando assinou essa lei, na correria não percebeu, alguém instruiu mal o processo. Mas quero dizer, Sr. Presidente, se o Governador corrigir amanhã a lei, de acordo com a lei, para fazer valer a história dos vetos, quando erramos tem veto, sou favorável que ele possa mexer nos cargos, não sou contra. Sou a favor que ele mexa nos cargos, desde que não crie despesa, mas que venha na forma da lei.

Sr. Presidente, desculpe-me.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Professor Luizão.

O SR. PROFESSOR LUIZÃO (PT)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Esse assunto foi muito debatido na CCJ, da qual eu faço parte, e o parecer que prevaleceu foi pela constitucionalidade, respeitada, claro, a opinião daqueles que discordam do parecer que prevaleceu.

Na Bancada do PT nós fizemos a discussão já relatada aqui pelo Deputado Tadeu Veneri, respeitando também a posição do Deputado. O objetivo do projeto é flexibilizar a transformação dos cargos, sem no entanto, que o Governador possa usurpar deste poder, tanto que ele não pode criar ou extinguir órgãos públicos nem aumentar despesas e também ele tem que publicar, dar conhecimento dos cargos que ele estará transformando.

A doutrina clássica do direito administrativo previa que o decreto se limitaria à função de pormenorizar, detalhar e esmiuçar as regras legais, não podendo, não existindo a possibilidade de inovação na ordem jurídica. Esse entendimento foi alterado em 2001, com a Emenda Constitucional nº 32, e o Governo Federal, atualmente, adota este procedimento de transformar cargos, sim, por decreto. Diga-se de passagem que o atual Governo Federal, não foi ele que criou essa possibilidade, não foi ele que alterou o artigo 84 da Constituição Federal. Foi o Governo passado, foi em 2001, Governo Fernando Henrique, do PSDB.

Então, essa possibilidade foi criada lá em 2001 pelo PSDB, e atualmente é adotada pelo Governo Federal. Então, o que diz o artigo 84, com a sua transformação, inciso VI: que o Executivo, mediante decreto, pode organizar o funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa e não pode criar ou extinguir órgãos públicos. E também ele pode extinguir funções ou cargos que estejam vagos. E esta alteração na Constituição foi motivo de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade. Em 2004, o STF consagrou entendimento, confirmando através do pronunciamento da

Relatora, Ellen Gracie, atual Presidente do STF, confirmou que através de decreto o Executivo Federal pode dispor sobre a organização e o funcionamento da administração federal, quando isto não implicar aumento de despesa ou criação de órgãos públicos.

Em mais uma passagem, o Supremo Tribunal Federal, recentemente, em 2005, também relatado pela Ministra Ellen Gracie, relata o seguinte: é indispensável a iniciativa do Chefe do Poder Executivo, mediante projeto de lei ou mesmo após Emenda Constitucional 32/01, por meio de decreto na elaboração de normas que, de alguma forma, remodelam as atribuições de órgão pertencente a estrutura administrativa de determinada unidade da federação. E pelo princípio da simetria, tal determinação constitucional se aplica no âmbito federal e também nos Estados membros, Municípios e Distrito Federal, porque os Estados membros não podem se afastar do modelo federal.

Então, a nossa Constituição Estadual em seu artigo 87 diz que compete privativamente ao Governador, inciso VI, dispor sobre a organização e funcionamento da administração estadual, na forma da lei. Qual lei? Esta lei que nós estamos discutindo, que vamos votar hoje.

Então, Srs. Deputados, é de conhecimento que esta lei, este princípio, esta possibilidade de remanejar por decreto já existe em Minas Gerais e atualmente está sendo discutida no Estado de São Paulo e em muitos Municípios já foi discutida.

Então, acredito e estou convencido disso, não existe inconstitucionalidade. O que existe é que a nossa Constituição Estadual não está atualizada à emenda que modificou a Constituição Federal. Qual é a lei maior que devemos observar? É a Constituição Federal!

Então, esse projeto não é inconstitucional e esta é a discussão que estamos tendo aqui: a transformação de cargos comissionados pode ser feita, já que vai simplificar as ações do Executivo.

Claro que estamos acostumados, eu fui Vereador oito anos, estou iniciando aqui na Assembléia, tenho muito que aprender com os Srs. Deputados, mas no meu entendimento o Governo Estadual tem essa prerrogativa, sem usurpar de seu poder. Aprovando essa lei, ele poderá transformar cargos comissionados. Digamos que um órgão ou secretaria esteja pretendendo iniciar um projeto, seja na área ambiental, seja na área da Saúde e para iniciar esse projeto ele necessite contratar alguns técnicos e aquela secretaria ou órgão não tenham aqueles cargos naquele valor pretendido. Aí, naquele momento, o Governo pode transformar quatro, cinco, seis cargos em dois ou três para poder viabilizar seu projeto. Evidentemente publicando no Diário Oficial, tornando público e de conhecimento de todos essa modificação que ele estará fazendo. Isso traz agilidade para a administração. Não imagino que isso esteja ofendendo nosso poder, nossa capacidade de legislar, já que ele não poderá alterar a estrutura. Do contrário, para iniciar um projeto desses,

ele teria que encaminhar um projeto para a Assembléia e em regime de urgência. No mínimo, 45 dias de discussão.

Nós estamos seguindo um modelo que já existe no Governo Federal, que não foi criado pelo atual Governo; foi criado em 2001 pelo Governo Fernando Henrique Cardoso, do PSDB, e funciona muito bem na administração federal.

Portanto, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, o entendimento que eu tive na CCJ, que nós tivemos na Bancada do PT e que eu defendo aqui é que o projeto é, sim, constitucional, pois no contrário a Oposição não teria dificuldade, na seqüência, de junto ao Judiciário conseguir o seu intento que é inviabilizar a aplicação desta lei.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito, Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, a grande verdade é que a cada argumentação há uma preocupação de se buscar resposta. Nós passamos aqui a falar sobre o Decreto 4010 que falou, há pouco, o Professor Luizão que a Ministra Gracie disse que é constitucional. Mas vejam do que trata o decreto: *Dispõe sobre liberação de recursos para pagamento de servidores federais*. Não trata nada do que estamos tratando aqui, de remanejamento e de transformação. *Compete ao Ministro de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão mandar processar a folha de pagamento dos servidores da administração pública federal direta, autarquias e fundações*. Então, quer dizer, as informações que nós agora fomos buscar não batem com o que disse aqui, há pouco, o Professor. Além disso, quero dizer ao ilustre Deputado Nereu Moura, que pelo menos o que é importante, prestou muita atenção nos meus pronunciamentos - e agradeço - e que cita o Governo anterior, o Governo Jaime Lerner, e falou de todas as criações de cargo do Governo Jaime Lerner. Mas pode observar que em nenhum momento o ex-Governador mandou para esta Casa, e aí é que está a grande discordância nossa, foram criados os cargos, em nenhum momento fala em transformação. O que estamos nos atendo? À Constituição Estadual. Disse muito bem, aqui, o Deputado Durval: "só há uma maneira de aprovarmos este projeto de lei, se mudarmos a Constituição do Estado."

Então, quando o Governo anterior criou os cargos, remanejou, pode observar, não tem transformação. Esta palavra não existe na lei.

E agora concordo com alguns pronunciamentos, atribuo às vezes a assessores que querem mostrar serviço ao chefe e acusam esse problema, aqui, que está um impasse. Porque na verdade quando nós - e aí volto a responder - quando o ilustre Parlamentar se reporta ao Governo de São Paulo, quero dizer o seguinte: fui eleito Deputado do Paraná e tenho muito orgulho de ser Deputado do Paraná. Estou discutindo uma lei que será

implantada no Paraná. Se lá em São Paulo concordaram com o Governador, não é porque ele é do meu Partido que eu vou concordar. Quero dizer que as maiores discordâncias que tenho são dentro do meu Partido. Tenho posicionamentos muito claros. Mas se há de se falar em contradição, Deputado Durval, e por isso que nos atemos a questão da lei, tem que mudar a Constituição. Por que o que vai acontecer? Vai ser aprovado, nós somos minoria. Mas nós vamos nos socorrer. De quem? Da Justiça. Nós vamos alegar a inconstitucionalidade da lei na Justiça e vamos ganhar. E se a Justiça nos der ganho de causa, nós vamos fazer leitura; se perdermos vamos dar a mão à palmatória, aos Deputados que se posicionaram contra nós. Mas há entre nós a Justiça, há ainda quem vai dizer se estamos certos ou errados. Mas não tenho nenhuma dúvida da nossa certeza. E por isso que me preocupo quando o encaminhamento personaliza, vem individualmente sob posicionamento.

Vejam como são as questões. No Governo anterior eu ouvia daquela tribuna Deputados de Oposição ao Governo que nós pertencíamos, o Governo anterior criou setecentos e poucos cargos, que foi citado pelo Deputado que me antecedeu. E eu via daquela tribuna, parecia que iria acabar o mundo, por causa da criação daqueles cargos. Quando assumiu o atual Governo eu disse: agora a primeira atitude desse Governo vai ser mandar uma lei para esta Casa extinguindo os setecentos cargos criados pelo Governo anterior, porque ouvia aqui todos os Deputados de Oposição fazendo esse encaminhamento. Pasmem os senhores, se nós formos pegar os cargos que foram criados pelo atual Governo, e vejam o seguinte, já está governando há quatro anos e não precisou dessa lei para governar por decreto. Para o que o Governo está se preparando? É que logo ali na frente, terá dificuldades de ter maioria nesta Casa. Então, ele vai governar por decreto. Se ele governou quatro anos sem decreto, por que precisa agora de decreto? É quase entrar no mérito, mas é um questionamento que eu me faço nesse momento.

Pasmem os senhores, alguém que criticava o Governo que criou setecentos cargos, que eu achei que iam extinguir, pasmem os senhores, sabem quantos cargos esse Governo criou? Dois mil, seiscentos e dois. Está aqui a relação dos cargos criados. Estão todos aqui os projetos de lei, criando 2.602. Quer dizer, se os setecentos eram demais, somem mais os 2.600. O que nós estamos fazendo aqui? Digo: atribuem-se ao Governo anterior, erros? Vamos consertá-los! Se houve medidas erradas lá, temos que aperfeiçoar aqui e é o que não estamos fazendo! Nós estamos querendo jogar a culpa a quem já passou, a quem já não existe mais, a quem não está mais no Governo e queremos justificar uma atitude do Governo. Duvido, duvido que o Governador Requião estivesse aqui, com a Constituição Estadual na mão e ele fosse Deputado e o Governador fosse Jaime Canet Júnior e ele estivesse aqui nesta Casa, eu duvido que ele estivesse aqui encaminhando essa votação favorável. Ele

estaria aqui, encaminhando como nós estamos encaminhando, tentando convencer os Deputados que está sendo usurpado do Poder Legislativo. Eu não tenho dúvida. Parece que estou imaginando o Deputado Requião sentado ali, no Governo ou na Oposição, e ele estar aqui analisando este projeto de lei. A grande verdade é que se o Governador Requião tivesse ouvido dez minutos dos encaminhamentos que foram feitos aqui, principalmente pela Oposição, ele estaria neste momento, mandando buscar esse projeto de lei, porque é contra tudo o que ele fala.

Por esta razão, eu tenho certeza que ainda amanhã, eu tenho esperança, que o Governador ouça o clamor desta Casa e mande retirar esse projeto de lei, porque eu sei que a vontade dele é que esta Casa tenha poderes e condições de legislar.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

A Mesa consulta se há algum Deputado favorável ao projeto, para encaminhar.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Para encaminhar.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB)

Queremos ouvir o último orador inscrito, porque certamente o Deputado Elio Rusch fará uma análise aprofundada do tema “constitucionalidade” do projeto que está em pauta. Certamente será o último orador.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra, o Sr. Deputado Elio Rusch.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Obrigado, Deputado Luiz Cláudio Romanelli, Líder do Governo.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, nós ouvimos diversos oradores que já se manifestaram com relação a esse projeto. Mas um dos Deputados que tocou na essência da constitucionalidade desse projeto, não poderia ser outro, senão o Deputado Durval Amaral, Presidente da CCJ. Tenho certeza, que se o Deputado Durval Amaral tivesse o poder do voto no Plenário, ele votaria contra o projeto e votaria pela inconstitucionalidade.

Senão vejamos, Deputado Luiz Cláudio Romanelli, Líder do Governo, V. Exa. fez menção clara na Constituição Federal, e também, na Constituição Estadual. Não quero repetir e ler os mesmos artigos, mas uma coisa está clara na Constituição, é no Título VI.

Nós sabemos Deputado Luiz Cláudio Romanelli, que a Constituição está dividida por títulos, depois dividida em capítulos e depois em sessões. O Deputado Caíto Quintana, que foi o Relator da Nossa Constituição do Estado do Paraná, também tem elaborado a nossa Constituição com base na Constituição Federal, para que não incorressem em nenhuma contradição e não viéssemos

aprovar aqui na Casa, alguma seção, algum artigo, que viesse contrapor a Constituição Federal.

Pois bem, Deputado Luiz Cláudio Romanelli, no Título IV, no Capítulo I, na Seção II, que fala Dos Direitos e Atribuições do Congresso Nacional. Quando você fala atribuições do Congresso Nacional traz isso também para as Assembléias Legislativas dos Estados.

No Título IV, a Seção II e o Capítulo II, no artigo 84 fala sobre As Atribuições do Presidente da República. Automaticamente você traz isso para os Governadores dos Estados da nossa Federação. O artigo 84, inciso VI-B está clara, que o Presidente da República, ou seja, o Governador, pode legislar sobre decreto na extinção de cargos, quando os mesmos estão vagos. Mas não para transformar e nem para criar cargos. Isso não está na Constituição e não está contemplado. A mesma coisa acontece também na Constituição do Estado do Paraná. Aliás, é a nossa Constituição, aí eu faço das palavras do Deputado Durval as minhas: para aprovar essa lei, só se nós mudarmos a Constituição do nosso Estado.

Pois bem, o Governador do Estado quando manda essa mensagem para a Assembléia Legislativa, e eu lamento profundamente que o Deputado Luiz Cláudio Romanelli - que nós fizéssemos uma análise profunda sobre a constitucionalidade da Legislação, não esteja prestando atenção.

O Deputado Nereu Moura, a quem eu devoto o maior respeito, nesta Casa um grande tribuno, quando fez menção à Lei nº 8.485/07, porém esta lei - antes da Constituição do nosso Estado, e muito antes da Constituição Federal - esta lei, no seu artigo ao qual eu fazia menção, no artigo 104, parágrafo 2º (**Lê o artigo**).

Ora, isso já está revogado pela Constituição, não pode mais. Quando o Deputado Nereu Moura disse que nós havíamos aprovado em 2002 uma lei mais abrangente do que essa que estamos discutindo agora, na constitucionalidade, o que é que nós aprovamos, o Deputado Nereu Moura leu apenas os seus títulos, mas não leu a essência da lei que nós aprovamos. Quando ele disse que transforma conforme especifica o órgão da estrutura organizacional, base do Poder Executivo e adota outras providências. O que diz o artigo 1º: “*As Secretarias do Estado mencionadas neste artigo ficam transformadas conforme segue. Inciso II. A Secretaria de Estado da Segurança Pública fica transformada em Secretaria de Segurança Pública, Justiça e Cidadania*”. E assim por diante.

Ele cita também que em decorrência ao exposto anteriormente ficam extintas as Secretarias de Estado de Justiça e Cidadania. Mas ele diz também - ele não citou que quando foram criados os cargos foram citados os cargos, senão vejamos: no artigo 6º, quando ele diz que ficam extintos os seguintes cargos provenientes em comissão no Poder Executivo, ele disse claro, a lei que nós aprovamos naquela época que eu faço menção dessa, porque o Deputado Nereu Moura provocou exatamente essa discussão... .

Inciso I diz o seguinte: *A Secretaria do Estado de Integração Regional - ficam extintos os cargos de Secretários, o cargo de Chefe de Gabinete, símbolo DAS-5.*

Na Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico, dois cargos de Chefe de Grupo De Planejamento - símbolo C. E assim por diante, em toda a lei. Ela cita os cargos que ela cria e cita também os cargos que ela extingue.

Então, não foram exatamente verdadeiras as palavras proferidas pelo Deputado Nereu Moura a quem eu respeito muito como amigo e companheiro aqui do Parlamento.

Eu disse antes, Deputado Nelson Justus e V. Exa. não estava aqui presente, nós aprovamos essas leis aqui na Assembléia. Nós aprovamos recentemente uma lei também do Governador Roberto Requião, e eu votei favorável a essa lei. Por que votei favorável? Porque o Governador extinguiu a FUNDEPAR e outros e ele pediu por lei para transformar esses cargos extintos em outros cargos à disposição da Secretaria afim. Aí que não vejo a inconstitucionalidade e muito menos o cheque em branco para o Governador. No nosso entender, só não temos formação em bacharel em Direito, mas temos o conhecimento da vida do Parlamento há trinta anos.

O que é que nós entendemos por um decreto? O decreto regulamenta uma lei. Mas quem usa o decreto para administrar não são Governos democráticos, a não ser com exceção para regulamentar uma lei. Agora, decretos para administrar, para criar, extinguir, transformar cargos, no meu entender, respeito a todos, são Governos totalitários ou até ditatoriais. E nós aqui na Assembléia, Sr. Presidente, Srs. Deputados, jamais podemos admitir que venhamos a perder poder, que foram conquistas à duras penas, para quem foi político, e aqui na Casa nós temos muitos, que viveram o regime autoritário e o regime que nós vivemos neste País.

Longe disso, Deputado Romanelli. O que nós queremos é a transparência absoluta e total aqui da Casa. Por isso nós votamos contra.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Encerrada a discussão. Em votação.

Item nº 3 da pauta, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 005/07.

Os Deputados que aprovam o projeto queiram levantar-se.

Vinte e cinco Deputados aprovam o projeto.

Dezesseis Deputados rejeitam o projeto. **Aprovado.**

Discussão Única (Proposições)

ITEM 04

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 050/06. Veto aposto ao Projeto de Lei Nº 013/06, de autoria do Depu-

tado Tadeu Veneri, que dispõe sobre a aplicação de penalidades à prática de assédio moral nas dependências da Administração Pública Estadual Direta e Indireta por servidores públicos estaduais. **COM RELÁTÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.**

OF/CTL/CC Nº 143/06

Curitiba, 02 de junho de 2006.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 123/06, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, votei o Projeto de Lei nº 013/06, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo sobre normas para apurar e punir servidores públicos de qualquer dos Poderes pela prática de assédio moral. Tal projeto de lei foi analisado pela Secretaria de Estado da Administração e da Previdência e pela Procuradoria Geral do Estado, tendo ambas considerado a medida inconstitucional, por vício de iniciativa (artigo 66 - II, da CE) do processo legislativo e não obstante, sem as mínimas condições, justa e tranqüila exequibilidade.

Apresentando com o devido detalhamento o indiscutível ponto de vista acima expendido, é feita anexação do Parecer nº 35/06, da Procuradoria Geral do Estado.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo restituo a esta colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 013/06 encontra-se publicado no DA nº 041/06, de 11/05/06, em Redação Final)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO DE VETO GOVERNAMENTAL
Nº 050/2006

P A R E C E R :

Relatório

O presente veto governamental é em relação à proposição aprovada neste Legislativo, de iniciativa do Deputado Tadeu Veneri, a qual fixa penalidades aos servidores públicos estaduais em caso de prática de assédio moral, nas dependências da Administração Pública Estadual.

A justificativa do veto, segundo o Chefe do Executivo Estadual, é por julgar a proposição inconstitucional, uma vez que, na opinião do Governador, a iniciativa para propor norma neste sentido é competência privativa do Poder Executivo, nos termos do artigo 66, inciso II, da Constituição Estadual. Remete ainda sua justificativa a

um parecer da Procuradoria Geral do Estado que diz acompanhar as razões do veto, mas de fato não houve a referida junta.

Voto do Relator e sua Fundamentação

A função desta Comissão de Constituição e Justiça na apreciação dos vetos governamentais, no nosso entendimento, se desdobra em duas funções: a primeira de ordem formal e conclusiva, quando se verifica se o veto observou as exigências legais, como a legitimidade da autoridade que apresentou o veto e, acima de tudo, se apresentado no prazo constitucional.

A segunda função, embora não haver expressa disposição regimental e quem a entenda desnecessária, é de ordem opinativa, servindo como base para a apreciação do veto em Plenária, quando se fundamenta por razões de inconstitucionalidade ou juridicidade da proposição.

Já se o fundamento do veto é por razões de interesse público, estamos discutindo uma questão de mérito. Logo, o parecer opinativo, neste caso, na mesma lógica, deveria ser da Comissão Permanente de mérito competente. Porém, como não há esta previsão regimental, talvez até com acerto, pois o próprio Plenário fará a análise direta da conveniência ou não ao apreciar o veto.

No entanto, sem as razões de ordem formal, continuamos a entender que convém esta Comissão manifestar-se sobre os fundamentos da inconstitucionalidade ou anti-juridicidade invocada, ainda que em forma de mero parecer opinativo, vez que não pode ter função terminativa.

Quanto ao exame das formalidades, o autógrafo do presente projeto de lei foi encaminhado e recebido pelo Executivo Estadual no dia 15 de maio de 2006, ao passo que o veto, assinado pelo Governador do Estado, foi encaminhado e recebido nesta Casa no dia 2 de junho de 2006. Logo, considerando o calendário de dias úteis deste período, o veto foi apresentado dentro do prazo estabelecido no parágrafo 1º do artigo 71, da Constituição Estadual.

Quanto às razões do veto, que são de ordem formal, logo, entendemos cabe a esta Comissão opinar pela justificativa da mesma.

Projeto sobre esta matéria foi apresentado pelo mesmo autor ainda no ano de 2004, o qual foi aprovado nesta Casa, mas que recebeu veto governamental e que restou mantido no ano passado. Ao reapresentar o projeto nesta Sessão Legislativa, pelo mesmo autor, esta Comissão aprovou um Substitutivo Geral deste Relator, com duas sub-emendas do Deputado Barbosa Neto, no qual, no nosso entender, cuidou-se, rigorosamente, de excluir qualquer inconstitucionalidade. Desta forma, não procedem os fundamentos do veto quanto ao vício de iniciativa, vez que o autógrafo apresenta texto de lei que assegura a todos os usuários e servidores do Serviço Público Estadual, em qualquer de seus poderes, cabendo a cada Poder, no âmbito e limite de sua competência, normatizar procedimentos de apuração e punição de eventuais infrações a esta lei, por parte de servidores públicos estaduais.

Não há, portanto, vício de iniciativa na presente proposição, pois não se legislou sobre servidores públicos especificamente, mas sim, fixou-se garantias fundamentais aos cidadãos em geral, inclusive servidores, de não serem submetidos à prática de assédio moral. Com este enfoque, indubitável que a matéria é de competência do Legislativo, com iniciativa de seus Pares.

Conclusão

Destarte, somos de parecer favorável no sentido do regular processamento do presente veto, vez que apresentado na forma legal, e quanto às razões do veto, opinamos pela remessa do feito diretamente para apreciação no Plenário desta Casa, com recomendação da insubsistência do veto.

Sala das Comissões, em 14.08.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ELTON WELTER - Relator

Em votação.

Para encaminhar, concedemos a palavra ao Deputado Luiz Cláudio Romanelli.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, este projeto de lei, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, que recebeu uma Emenda Substitutiva, na verdade é um projeto que foi vetado pelo Governador em função de ele flagrantemente ferir o princípio da iniciativa legislativa, de um tema que é de competência exclusiva do Governador do Estado.

Por isso, eu queria dizer a V. Exa. e aos Srs. Deputados que embora se pretenda com este projeto de lei regular, ou seja, tipificando aquelas condutas, aquela conduta humana reprovável, na verdade temos que reconhecer que o parecer da Secretaria de Administração, e que esta Casa já exerceu uma função executiva, seja no Governo do Estado, Governo Federal ou no Município, quem já foi Prefeito, Prefeita, os que foram Secretários de Estado, os que exerceram função executiva sabem, ao lerem o projeto de lei, e se V. Exa. verificar, aquilo que diz o *caput* do artigo 2º da lei, nós temos que reconhecer, Exa., que nós teríamos um grande ônus ao Estado. Porque o assédio moral já está reconhecido, especialmente pela legislação trabalhista, como um novo instituto, que tem sido respeitado.

Agora, o assédio moral, para ser caracterizado, exige clara insubordinação. Ninguém assedia um seu igual. Mas, quando estamos falando em Estado, estamos falando de responsabilidade objetiva e não responsabilidade subjetiva.

Então, o que teríamos com esta lei, aqui? Além da questão da constitucionalidade da iniciativa, nós teríamos também um problema muito grave, em relação às ações de indenização por dano moral, que adviria de uma eventual lei. Porque sinceramente, você considerar que pratique assédio moral um servidor que atinja a auto-estima, a auto-determinação do servidor, ou o usuário do serviço público, bem como a evolução da carreira e outras coisas

mais, na verdade, até falar sobre as idéias, que eventualmente alguém possa se apropriar da idéia alheia, na verdade, nós sabemos que o processo criativo é um processo coletivo, não é individual.

Então, Exa., nunca o processo criativo vai ser assédio moral. Desculpe, mas o projeto é absolutamente inconstitucional. E também no mérito, sinceramente, acho que embora a boa intenção do Deputado Tadeu Veneri, o veto tem que ser efetivamente mantido, respeitando naturalmente o Deputado Tadeu Veneri. Mas, o veto tem que ser mantido, porque de fato traria grande ônus e até uma certa desorganização, em relação às questões da hierarquia da nossa organização administrativa do Estado do Paraná.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Para encaminhar, concedemos a palavra ao Deputado Tadeu Veneri.

O SR. TADEU VENERI (PT) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, na verdade, o projeto que nós apresentamos, pela segunda vez, havia sido vetado em 2004, e nós, na ocasião, não conseguimos, por três votos, derrubar o veto.

Conversamos com o Governador e ele propôs que reapresentássemos o projeto. É por isso, Deputado Romanelli, que estranho a justificativa do veto, porque é uma cópia exatamente igual do mesmo veto que apreciamos, aqui, há dois anos atrás. É uma cópia! Sendo que foi pedido para que nós fizéssemos uma série de alterações, que nós fizemos, e não se deram ao trabalho, talvez, de ler o projeto e, simplesmente, vetaram novamente.

Falo isso porque é a única razão que eu entendo haver, inclusive porque, naquele período, eu conversava com o Deputado Dobrandino, Líder do Governo, e nós havíamos sugerido que o próprio Governo encaminhasse uma mensagem à Assembleia Legislativa, porque entende o Governo, também, e acho que esse entendimento é correto, que deve haver mecanismos, dentro do espaço público, para coibir o assédio moral.

Vejam os senhores: não só o projeto não veio, como veio o veto com os mesmos argumentos e, mais ainda, o que eu não entendi, Deputado Romanelli, o que diz o veto do Governador? Diz que o veto é apresentado com o devido detalhamento, o indiscutível ponto de vista expedido, é feita anexação do Parecer nº 35/06 da Procuradoria Geral do Estado.

Ora, Sr. Presidente, olhando o projeto e os Srs. Deputados têm este projeto sobre as suas mesas, não há o parecer da Procuradoria. Não há. Até para nós podermos fazer o debate, Deputado Romanelli, não há o parecer da Procuradoria embasando as razões do veto. Então, fica bastante difícil fazermos qualquer tipo de votação, pelo menos no meu entendimento, posso estar errado, quando não sabemos exatamente o porquê de o projeto estar sendo vetado. Simplesmente, diz que o projeto está sendo vetado a bem do serviço público, mas o embasamento

desse “bem do serviço público”, que nós deveríamos conhecer para poder contra-argumentar, não existe.

O Deputado Elton Welter, que foi o Relator do projeto apresentado, propôs, inclusive, algumas alterações para sanar possível veto de iniciativa, que acho que nós...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta Presidência solicita, por gentileza, a atenção dos Srs. Deputados para o pronunciamento do Deputado Tadeu Veneri.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Obrigado, Sr. Presidente!

Acho que nós podemos entender que o veto tem na sua origem um entendimento diferenciado. Nós absolutamente concordamos, Deputado Romanelli, o senhor, advogado, sabe que pareceres são pareceres e, por isso, podem ser diferentes. O assédio moral não se dá apenas do superior para o subordinado, o assédio moral pode, também, se dar do subordinado para o superior. Então, é falsa essa premissa.

Nós tivemos no debate de assédio moral, em 1995, porque nós começamos esse debate em 1997 no Paraná, quando apresentei, pela primeira vez, este projeto na Câmara de Vereadores de Curitiba e, aqui, inclusive alguns Deputados, que na época eram Vereadores, devem lembrar que fizemos justamente esse debate.

O Banco do Brasil em 1995, com a reestruturação produtiva, teve o primeiro modelo no Brasil de PDV, o primeiro modelo de projeto de Plano de Demissão Voluntária. Três mil e quinhentos no Paraná e, na sequência, cinquenta mil pessoas no Brasil. Vinte e sete suicídios dentro do banco. E qual era a principal forma de fazer com que os funcionários aderissem ao PDV? O assédio moral, a desqualificação, a pressão, ameaça, todo um processo que na Europa já vem sendo discutido há quinze, vinte anos, que causa bilhões de prejuízo e justamente por isso é lei.

Sei que teremos aqui, Deputado Rossoni, uma dificuldade imensa - não estou antecipando, mas a experiência me obriga a reconhecer - uma dificuldade imensa em derrubar esse veto. Até porque o Deputado Romanelli já me antecipou ontem que o PMDB não vota pela derrubada do veto porque entende que deve manter o veto e acho legítimo o posicionamento, embora discorde dele. Mas, acho que não podemos fazer o papel de avestruz. Esse problema existe, regulemos ou não.

Solicitei ao Governo que mandasse uma mensagem para cá para que evitasse que tivéssemos que apresentar novamente o projeto - como acho que devo fazê-lo a partir de amanhã - ou por iniciativa parlamentar, ou por iniciativa como foi proposta, de um projeto de lei de iniciativa popular ou por negociação da Bancada, por um projeto que o Governador venha a mandar. Mas, não é possível que ignoremos que essa é uma prática que existe hoje, depois de todo o processo neoliberal, que infelizmente varreu o nosso País nos últimos anos.

Esse processo não é isolado. O processo de reestruturação produtiva feito inicialmente na Europa, nos anos 60 e 70 e posteriormente no Brasil, final da década de 80, início de 90 tem entre os seus pressupostos, você ter uma grande quantidade de pessoas que num determinado momento são descartáveis. São consideradas pessoas não produtivas. E há uma única forma de fazer com que saiam “voluntariamente”, é desqualificando essas pessoas no seu ambiente de trabalho.

Os senhores têm sobre a mesa, inclusive, todo o trabalho feito tanto pela psicóloga francesa como aqui, a Dra. Margarida Barreto que é a maior autoridade que temos no Brasil sobre esse assunto. É impossível ignorar isso. Não podemos pensar que a vitória ou derrota se dá numa única discussão. Essa discussão posso perder aqui, mas temos a discussão feita na sociedade e não podemos ser, em hipótese alguma, porta-vozes do atraso.

A Assembléia Legislativa tem por papel ser a vanguarda da sociedade. Não pode ser o porta-voz daqueles que querem que as relações sociais se mantenham como se mantinham há vinte, trinta, cinquenta anos.

Participamos recentemente, Sr. Presidente, de uma audiência pública onde se discutiu a violência contra as mulheres. Certamente isso não teria sido discutido há quinze anos atrás, porque era vista como normal, assim como é visto como normal o assédio moral por algumas pessoas e achamos que nada deve ser mudado. Então para que queremos transformação? Alguns talvez queiram a Idade Média. Acho que já deveríamos estar chegando no século das luzes, pelo menos nisso. E, sem dúvida nenhuma, Deputado Romanelli, século das luzes significa relação digna de trabalho, onde o subordinado ou o superior não possa, em hipótese alguma, usar o seu poder para constranger, coagir, criar situações que são classificadas como assédio moral, sim.

Por isso, a nossa iniciativa, a nossa intenção de disciplinar a matéria.

Agradeço a todos os Deputados que votarem para que possamos derrubar o veto e aqueles que assim não entenderem, vamos buscar fazer o convencimento, porque ainda que não queiramos, a sociedade avança.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Solicito à 1ª Secretária para que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados para a votação. Aqueles que forem favoráveis ao veto, votam com a expressão SIM e contrários ao veto, NÃO.

A 1ª SECRETÁRIA (Cida Borghetti)

(Procede à chamada nominal)

Sr. Presidente, 42 Srs. Deputados votaram.

Vinte e dois com a expressão SIM e vinte com a expressão NÃO.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está mantido o veto e rejeitado o projeto.

Discussão Única (Indicações)

ITEM 05

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 001/07, de autoria do Deputado Jocelito Canto, que equilibra os vencimentos dos Diretores de escolas estaduais, adequando-os à responsabilidade progressiva vinculada ao número de alunos matriculados nas escolas que dirigem. **Aprovada. (Publ. no DA nº 001/07, de 26/02/07, em Indicações)**

ITEM 06

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 004/07, de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro, que indica a criação da Região Metropolitana de Pato Branco. **Em votação. (Publ. no DA nº 008/07, de 07/03/07, em Indicações)**

O SR. ELTON WELTER (PT) (Para Encaminhar)

A indicação do Deputado Litro, do ponto de vista regimental, é o método adequado para este tipo de disciplina, esta forma de disciplina.

Aqui nesta Casa de Leis estão tramitando criação de Regiões Metropolitanas. Do ponto de vista do método, o Deputado Litro está correto. Quando envolve planejamento, envolve estrutura do Estado, é competência exclusiva do Poder Executivo e cabe fazer indicação para todas as Cidades pólo, se fosse do ponto de vista daquilo que é atribuição regimental nesta Casa, senão nós vamos criar Região Metropolitana em todos os Municípios pólo do Paraná e aí vira um chapéu.

Então, o que eu quero recomendar, que se vote favorável a esta indicação, que se converta em Indicação Legislativa todas as outras que eventualmente estão tramitando aqui, senão novamente esses projetos vêm vetados do Poder Executivo e cria problema para o próprio Parlamento.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Em votação. Deputados que aprovam permaneçam como estão.

Aprovada.

ITEM 07

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 005/07, de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro, que indica a criação da Região Metropolitana de Francisco Beltrão. **Aprovada. (Publ. no DA nº 008/07 de 07/03/07, em Indicações)**

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimento nº 299, de autoria do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.**

Requerimento nº 337, de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 312, de autoria do Sr. Deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 313, de autoria dos Srs. Deputados Plauto Miró e Ribas Carli Filho, constante do expediente. **Rejeitado.**

O SR. PLAUTO MIRÓ (PFL) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, esse requerimento convida o Procurador-Geral do Estado para comparecer à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná para poder aqui explicar todas as suas colocações feitas oficialmente a vários meios de comunicação do Estado do Paraná.

Então nós temos que, através desse requerimento, vindo ele convidado a Assembléia Legislativa, uma oportunidade de discutir, de passar a limpo tudo aquilo que está sendo colocado nos meios de comunicação nesses últimos dias.

Quero pedir a todos os Deputados o apoio para aprovar este requerimento.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, eu queria encaminhar para que pudéssemos rejeitar este requerimento em função que aquilo é fundamental para esclarecer, o tema já está sendo tratado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta Presidência solicita aos Srs. Deputados que tomem assento para que possamos proceder a votação do requerimento encaminhado pelo Deputado Plauto e pelo Deputado Romanelli.

O SR. RIBAS CARLI FILHO (PSB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, nós estamos apenas convidando, Deputado Romanelli, para que o Procurador-Geral possa vir esclarecer a respeito das questões à frente da SANEPAR. Ninguém está acusando, ninguém está deturpando a imagem de ninguém, apenas convidando, pela transparência do Governo do Paraná, nós queremos convidá-lo para ouvi-lo, sem comprometimento com nada.

Desde que eu entrei nesta Assembléia, há pouco mais de um mês e meio, todos os requerimentos para esclarecimento foram rejeitados. Isso nos dá interpretações ambíguas e há algo que pode estar errado. É isso que eu estou pensando.

Apenas para esclarecer, eu e o Deputado Plauto fazemos o convite.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Em votação o requerimento.

Dezoito Srs. Deputados aprovam o requerimento. Vinte Srs. Deputados rejeitam o requerimento. **Rejeitado.**

Requerimento n° 324, de autoria do Sr. Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 327, de autoria do Sr. Deputado Duílio Genari, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 329, de autoria do Sr. Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n° 331 a 336, de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 339, de autoria da Sra. Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento n° 342, de autoria do Sr. Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento n° 349, de autoria dos Srs. Deputados Valdir Rossoni, Luiz Carlos Martins, Douglas Fabrício e demais Deputados pertencentes à Bancada de Oposição, constante do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Esse tema, na verdade, é o tema que foi votado ontem, só mudando o destinatário do pedido de informações. É um tema que carece do mesmo problema do que foi votado ontem. E nós pedimos, justamente pela falta de foco, por não ser específico, e pedimos aos Deputados que rejeitem o requerimento formulado pela Bancada de Oposição.

O SR. DURVAL AMARAL (PFL) (Pela Ordem)

Para discutir, Sr. Presidente.

Mas as medidas necessárias para que se faça o melhor Governo da história do Paraná estão sendo colocadas em prática e não vão parar por aqui.

